

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Aly Juma Sahal

**Um estudo sobre o impacto do trabalho das minas na saúde dos migrantes
moçambicanos: caso dos mineiros residentes na cidade de Maputo (1975-2011)**

Juiz de Fora

2021

Aly Juma Sahal

Um estudo sobre o impacto do trabalho das minas na saúde dos migrantes moçambicanos: caso dos mineiros residentes na cidade de Maputo (1975-2011)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sahal, Aly Juma.

Um estudo sobre o impacto do trabalho das minas na saúde dos migrantes moçambicanos: caso dos mineiros residentes na cidade de Maputo (1975-2011) / Aly Juma Sahal. -- 2021.

117 f. : il.

Orientadora: Fernanda do Nascimento Thomaz

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. Mineiros moçambicanos. 2. Minas da África do Sul. 3. Tuberculose. 4. Compensação. I. Thomaz, Fernanda do Nascimento, orient. II. Título.

Aly Juma Sahal

Um estudo sobre o impacto do trabalho das minas na saúde dos migrantes moçambicanos: caso dos mineiros residentes na cidade de Maputo (1975-2011)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 15 de janeiro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Fernanda do Nascimento Thomaz

Profa. Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Marco José de Oliveira Duarte

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Luís Henrique Passador

Prof. Dr. Luís Henrique Passador
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Dedico este trabalho aos meus pais, Juma Sahal (in memoriam) e Rassula Armando, pelo apoio, carinho e ensinamentos transmitidos.

Aos ex-mineiros que participaram deste trabalho, pelo partilhamento das suas experiências...

AGRADECIMENTOS

No decorrer do mestrado, tamanhas foram as adversidades que surgiram. Todavia, pessoas de boa-fé e vontade contribuíram enormemente para que as pudesse enfrentar e superar com determinação. Quero, deste modo, reconhecê-las e aproveitar o espaço para expressar:

A minha mais profunda gratidão a minha orientadora, Profa. Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz, pela hospitalidade, paciência, solicitude e, principalmente, ensinamentos transmitidos, que seguramente levarei comigo para todo o sempre. Espero que ao ler este trabalho, ela encontre muitas das ideias e reflexões que de si derivaram.

Aos Profs. Drs. Luís Henrique Passador e Marco José de Oliveira Duarte, não só por terem aceitado participar do exame de qualificação e da banca de defesa, mas também pelos seus comentários e sugestões em ambos momentos que, sumariamente, abriram perspectivas muito úteis para a minha reflexão sobre o trabalho.

A minha saudosa e querida irmã, Afua Juma Sahal, pelo apoio, força e carinho incondicional.

A minha namorada, Helena Adriano Chauque, meu porto mais que seguro, meu amorzão, minha companheira de todos os momentos, não somente pelo amor, apoio incondicional e compressão das minhas ausências, mas também por me inspirar a cada um dos dias que convivo ao seu lado.

Aos meus amigos mais chegados – Alberto Bute e Nelson Tivane, e primos - Eusébio da Costa e Dalilo Sahal, pela coragem e carinho que sempre me transmitiram nos momentos cruciais deste trabalho.

Ao casal, Geraldo e Ana Gomes, pela hospitalidade em sua casa e solicitude, que sem elas, provavelmente, o processo de construção do trabalho teria sido bastante fastidioso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), pela concessão da bolsa de estudo que me permitiu cursar o mestrado no Brasil.

Por fim, às pessoas cujos nomes aqui não mencionei, mas que de forma directa ou indirecta deram o seu contributo e me acarinharam ao longo deste percurso académico.

RESUMO

O objectivo desse trabalho é analisar o impacto do trabalho das minas da África do Sul na saúde dos migrantes moçambicanos, com particular incidência para aqueles que eram oriundos da cidade de Maputo, e que contraíram tuberculose, entre 1975 e 2011. No primeira secção, foi apresentado o processo histórico que envolve o trabalho migratório para as minas, onde é destacado não só como o controlo do fluxo migrante foi visto como fonte de arrecadação de receitas pelos sujeitos que o tutelavam, mas também como estes projectos migratórios perigavam constantemente a saúde dos sujeitos envolvidos na tal migração, facto que resultava, naturalmente, na contracção de várias doenças tais como a tuberculose, silicose, pneumonia, entre outras. Na segunda secção, apresentou-se a experiência de trabalho nas minas por parte dos sujeitos desta pesquisa. Através dela, conclui-se que, na generalidade, o trabalho das minas era nocivo para a saúde dos trabalhadores, facto que fazia com que doenças como tuberculose ou silicose fossem consequências “naturais”. O tratamento aos mineiros com problemas de saúde variava de mina para mina – umas prestavam um atendimento médico-hospitalar exemplar, outras nem por isso – mas o denominador comum era que, uma vez adoecidos, os trabalhadores se tornavam “candidatos” a perderem os seus empregos assim que as companhias efectuassem demissões, nalgumas vezes com compensação e outras vezes não.

Palavras-chave: Mineiros moçambicanos. Minas da África do Sul. Tuberculose. Compensação.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the impact of the work of mines in South Africa on the health of Mozambican migrants, with a particular focus on those who came from the city of Maputo, and who contracted tuberculosis, between 1975 and 2011. In the first section, the historical process involving the migratory work to the mines, where it is highlighted not only how the control of the migrant flow was seen as a source of revenue collection by the subjects who tutored it, but also how these migratory projects constantly endangered the health of the subjects involved in such migration, a fact that naturally resulted in the contraction of several diseases such as tuberculosis, silicosis, pneumonia, among others. In the second section, it brought the experience of working in the mines by the subjects of this research. Through it, it is concluded that, in general, the work of the mines was harmful to the health of the workers, a fact that made diseases such as tuberculosis or silicosis to be “natural” consequences. The treatment of miners with health problems varied from mine to mine - some provided exemplary medical care, others less so - but the common denominator was that, once sick, workers became prone to losing their jobs, sometimes with compensation and sometimes not.

Keywords: Mozambican miners. South African mines. Tuberculosis. Compensation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1 – Formação etnolinguística de Moçambique	22
Mapa 2 – Estações da TEBA e as principais rotas para as minas, c.1970-c.1990.....	66

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Mineiros trabalhando.....	35
Fotografia 2 – Mineiros dançarinos trajados de forma tradicional	37
Fotografia 3 – Migrantes “clandestinos” a caminho das minas.....	47
Fotografia 4 – Vagões de comboio embretumado de gente rumo às minas	50
Fotografia 5 – Interior dos dormitórios nos <i>compounds</i>	51

LISTA DE TABELAS

TABELAS

Tabela 1 – Mapa necrológico de mineiros no Transvaal-1913	52
Tabela 2 – Trabalhadores recrutados pelas minas, 1920-1975 (anos seleccionados)...	61
Tabela 3 – Trabalhadores recrutados pelas minas, 1976-1992	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP – Acordo Geral de Paz

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

ANC – African National Congress

BM – Banco de Moçambique

CEA – Centro de Estudos Africanos

CIO – Rhodesian Central Intelligence Organization

DTS – Doenças de Transmissão Sexual

DUI – Declaração Unilateral de Independência

ELF – Estados da Linha de Frente

FIR – Forças de Intervenção Rápida

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

HIV/SIDA – Human Imuno Deficiency Virus/Síndrome da Imune Deficiência Adquirida

LOA – Living-Out Allowence

MBOD – Medical Bureau for Occupational Disease

MCCOD – Medical Certification Committee for Occupational Diseases

NDH – National Department of Health

NRC – Native Recruiting Cooperation

ODMWA – Occupational Diseases Mines and Works Acts

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Pan-Africanist Congress of Azania

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

RDA – República Democrática Alemã

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

SADC – Southern African Development Community

SADCC – Southern African Development Coordination Conference

SWAPO – South West People's Organisation

TB – Tuberculose

TEBA – The Employment Bureau of Africa

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNAMI – União Nacional de Moçambique Independente

UNAMO – União Nacional Africana de Moçambique

WNLA – Witwatersrand Native Labour Association

ZANU – Zimbabwe African National Union (ZANU)

ZAPU – Zimbabwe African People's Union (ZAPU)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O PROCESSO HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES PARA AS MINAS	20
2.1 A MIGRAÇÃO CONTROLADA PELOS CHEFES LOCAIS	20
2.2 A MIGRAÇÃO DURANTE O PERÍODO COLONIAL	38
2.3 MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE E A MIGRAÇÃO	54
3 EXPERIÊNCIAS DA ACTIVIDADE MINEIRA	73
3.1 POR QUE MIGRAR?	73
3.2 DOS EXAMES CLÍNICOS AO <i>SCHOOL MINE</i>	77
3.3 OS <i>COMPOUNDS</i> : DA “PRISÃO” À “LIBERDADE”	79
3.4 O SUBSOLO: ESPAÇO QUE “NÃO É PARA UM SER HUMANO TRABALHAR”	86
3.5 EXPERIÊNCIAS DE ADOECIMENTO E TRATAMENTO DAS MINAS	91
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

A concepção da temática sob a qual este trabalho se debruça tem as suas origens no período em que eu era estudante do curso de História na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Moçambique. Para ser mais preciso, tudo começou quando, no âmbito das disciplinas do curso ministradas pelo Prof. Dr. David Hedges, íamos desenvolvendo trabalhos de pesquisa bibliográfica que versavam sobre a migração da força de trabalho moçambicana para as minas da África do Sul. Ao longo destas pesquisas, fui me apercebendo da escassez ou quase inexistência de trabalhos que abordassem exaustivamente a questão da saúde dos mineiros, mas mais particularmente sobre as doenças que eles adquiriam ocupacionalmente¹.

Esta escassez ou quase inexistência de estudos voltados para as doenças ocupacionais era algo que eu achava muito estranho, sobretudo porque em Moçambique, principalmente na região Sul, o trabalho das minas da África do Sul é amplamente famoso não só porque permite aos sujeitos migrantes, por exemplo, adquirir recursos financeiros para efectivarem os seus projectos pessoais; mas também por ser implacavelmente severo por conta das doenças ocupacionais e dos acidentes de trabalho. Destarte, esta escassez ou quase inexistência de trabalhos académicos voltados para as doenças ocupacionais dos mineiros moçambicanos acabava por expressar *per si* a importância de estudar o tema, facto que, concomitantemente, me instigava ainda mais a querer estudar a temática.

Na pesquisa vigente, o tema inicial buscava perceber como é que o trabalho das minas na África do Sul reflectia na saúde dos mineiros moçambicanos – aqui a ideia era olhar para as doenças ocupacionais como um todo. Nesta direcção, para tornar o trabalho viável, decidi estabelecer a cidade de Maputo como o locus da pesquisa, tendo

¹ Vários cientistas sociais, tais como Luís Covane, Patrick Harries, Malyn Newit, Ruth First, Jeanne Penvene, António Rita-Ferreira, Marvins Harris, Valdemir Zamparoni, Dulce Mungoi, entre outros, escreveram sobre o trabalho migratório em Moçambique. Destes, somente Valdemir Zamparoni e Patrick Harries trazem nos seus trabalhos algumas informações significativas sobre as doenças ocupacionais, desde o início das migrações até cerca dos anos 1940. Não quero com isso dizer que os outros trabalhos foram menos importantes. Pelo contrário, todos os trabalhos tiveram uma utilidade indispensável para que eu pudesse edificar o trabalho em tela.

os anos de 1975 e 1994 como recorte temporal. Este recorte era justificado por dois motivos: 1975 foi o ano em que Moçambique tornou-se um país independente, facto que significou que o controlo do fluxo da mão-de-obra que migrava para as companhias mineiras da África do Sul passou a estar nas “mãos” de um governo local, isto é, o governo da FRELIMO². 1994 foi o ano em que o governo minoritário do *apartheid* caiu, e no seu lugar entrou o regime de maioria negra, onde Nelson Mandela, do *African National Congress* (ANC), era o presidente.

Aos poucos comecei a perceber que trabalhar a questão das doenças ocupacionais como um todo transformaria o trabalho em algo demasiado amplo e complexo, que iria ultrapassar o quadro de uma dissertação de mestrado. Por esse motivo, decidi focalizar-me na tuberculose, também porque tinha uma experiência pessoal com essa doença no âmbito do trabalho migratório – pai de um conhecido na cidade de Maputo havia contraído tuberculose enquanto estava ao serviço das minas. Assim, o objectivo central deste trabalho é analisar o efeito do trabalho das minas na saúde dos trabalhadores migrantes moçambicanos, com particular incidência para aqueles que eram oriundos da cidade de Maputo, e que contraíram tuberculose. O contacto com os sujeitos da pesquisa fez-me também alterar a baliza cronológica que havia definido previamente, passando esta a ser de 1975 à 2011. 2011 foi o ano em que o último dos meus informantes deixou as minas.

Este trabalho se baseia, essencialmente, na noção de como o trabalhador é olhado numa sociedade cuja relação de produção é capitalista – recorde-se que, desde o início, as relações de produção na indústria mineira da região que na actual geografia chamamos de África do Sul, mostraram-se capitalistas. De acordo com Karl Marx, numa sociedade onde impera este tipo de relação productiva, o trabalhador e o patronato (proprietário dos meios de produção) têm interesses antagónicos. O trabalhador, para sobreviver, vende a sua força de trabalho ao patronato, em troca de salário, que é o que lhe permite acessar o necessário para que ele se mantenha vivo e se reproduza. Já para o patronato, nada lhe é mais importante do que o lucro, ou melhor, a produção infinita do tal lucro. Neste sentido, o trabalhador é olhado como uma peça ou um

² Frente de Libertação de Moçambique, movimento que, através de uma luta armada contra o governo colonial português, que decorreu entre os 1964 e 1974, conquistou a independência de Moçambique.

instrumento qualquer que permite a produção e maximização do lucro³. Na mesma linha, Harry Braverman acrescenta que, por ser uma relação de produção que supervaloriza o lucro em detrimento do homem, o patronato dá pouca importância para as condições de vida e trabalho na qual o trabalhador está submetido⁴.

Como bem refere Vicent Navarro, é esta relação produtiva conflituante que não só contribui para a manutenção e exploração do trabalhador, mas também compromete a sua saúde, tanto física como mental⁵. Marcela Sales já adverte que no capitalismo, muita das vezes, o adoecimento aparece como resultado de factores que actuam isoladamente e, portanto, desconectado da sociedade como um todo. As razões que levam ao adoecimento são olhadas a partir de um prisma puramente angular, como por exemplo, o péssimo estilo de vida. Dito em outras palavras, a responsabilidade pelo facto de ter ficado doente recai exclusivamente ao próprio trabalhador⁶ – ver-se-á no segundo capítulo deste trabalho que, em alguns momentos, as minas adoptavam esse tipo de postura. A médica e socióloga mexicana, Asa Laurell, desbancou esta concepção ao aduzir acertadamente que existem determinações sociais que levam à quadros de adoecimento. Nesta linha, ela pontua que a saúde tem uma relação intrínseca com a forma como vivemos o dia-a-dia, e as relações de trabalho figuram como uma das espinhas dorsais para que se perceba quais as causas que levam ao surgimento de enfermidades⁷.

O presente trabalho esteou-se não só na análise bibliográfica, mas também documental de trabalhos pertinentes a temática que me propus a estudar. Estas fontes foram recolhidas em Moçambique e no Brasil – respectivamente, nas bibliotecas da cidade de Maputo e das dependências da Universidade Federal de Juiz de Fora

³ MARX, Karl. *Manuscritos filosóficos e económicos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009. Pp. 24-33; 35-36; 37-40; 79- 81 e 82-90.

⁴ BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. Pp. 54-56.

⁵ NAVARRO, Vicent. *Capitalismo, imperialismo, salud, medicina*. Madrid: Tecnicas Gráficas, 1979. P. 83.

⁶ SALES, Marcela. Saúde, sofrimento mental e trabalho: um estudo sobre as determinações do sofrimento mental dos trabalhadores. Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2019. Pp.16-17 e 74-75.

⁷ LAURELL, Asa. “A saúde-doença como processo social”. *Revista Latinoamericana de la salud*, nº 2, 1982, Pp. 3-10.

(UFJF); bem como em revistas científicas que são possíveis de serem acessadas de forma remota.

Utilizei também a história oral, expressa em entrevistas. O uso desta metodologia foi de fundamental importância para o trabalho, pois, como bem nos ensina Joan Garrido, “ela possibilita incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas também nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora”⁸.

Assim, visitei entidades e organismos que directa ou indirectamente não só lidam com questões burocráticas relacionadas com a contratação dos mineiros, mas também prestam-lhes serviços que são extensivos, inclusive, aos familiares destes mesmos sujeitos. A primeira destas instituições foi o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS). Aqui o meu objectivo principal era perceber o discurso desta instituição relativamente ao trabalho migrante, recolher dados estatísticos sobre a tuberculose por entre a população mineira, e pedir que me fosse fornecido contactos de mineiros que em algum momento padeceram desta patologia. Em relação aos dados estatísticos e os contactos, foi-me dito que o MITESS não tinha estas informações, e que somente na *The Employment Bureau of Africa* (TEBA) – agência que quase sempre recrutou trabalhadores em Moçambique, eu poderia achar estes dados.

Chegado à TEBA, disseram-me que para poder acessar os dados que demandara, eu devia escrever uma carta para a sede da TEBA em Joanesburgo, na África do Sul, expressando os meus pedidos. Escrevi e submeti a carta conforme fui instruído, mas até ao momento do meu regresso ao Brasil, após ter passado cerca de cinco meses em Moçambique realizando a pesquisa de campo, infelizmente não tive nenhuma resposta por parte da instituição.

É importante mencionar que mesmo que não tivesse sido aconselhado a contactar a TEBA, no plano de actividades de campo que havia previamente elaborado, eu já tinha programado contactar esta instituição. Da TEBA, uma vez que ela também funciona como uma espécie de intermediário entre as minas e o MITESS, interessava-me, principalmente, perceber o seu discurso acerca do trabalho migratório e saúde dos

⁸ GARRIDO, Joan Al del Alcàzar. “Fontes orais na pesquisa histórica”. *Revista Brasileira de História*, nº25/26, 1990. P. 43. Ver também PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Primeira parte.

mineiros. Em última instância, o discurso da TEBA me permitiria perceber, de certa forma, o discurso das instituições que ela intermedeia.

Conforme deu para notar, através dos contactos que fiz tanto com o MITESS como com a TEBA, não foi possível obter dados estatísticos sobre a tuberculose, bem como o contacto dos mineiros com histórico desta mesma doença. No entanto, devo mencionar aqui que, estas duas instituições sempre foram bastante solícitas em fornecer qualquer outro tipo de informação que me permitisse ampliar o meu conhecimento em relação a problemática aqui abordada.

Apesar de não conter dados estatísticos sobre a tuberculose no recorte temporal demarcado, o trabalho em tela contém falas de ex-mineiros que contraíram tuberculose, e que eles atribuem às minas sul-africanas. Na minha aproximação à alguns destes sujeitos, foi de importância capital a participação de “agências de contacto”, tal como a Associação dos Mineiros Moçambicanos (AMIMO), na medida em que eles me forneceram contacto de alguns destes ex-mineiros. Além disso, algumas pessoas que fazem parte do meu círculo social também serviram de ponte entre mim e alguns dos sujeitos que participaram desta pesquisa – isto tanto os que contraíram tuberculose como os que não contraíram. Nesta linha, também recorri a técnica de *snowball sampling* ou “bola de neve”⁹, onde um sujeito que contactei me levou à outros inquestionavelmente importantes para o trabalho aqui apresentado.

Portanto, está aqui claro que, por causa da natureza deste trabalho, a amostra de participantes não foi definida previamente, mas sim, construída no decorrer do processo de pesquisa. Na generalidade, durante a minha estadia em Moçambique foram conduzidas 16 entrevistas semi-estruturadas. Uma com um técnico afecto no MITESS, outra com o Coordenador de Desenvolvimento da TEBA, e 14 com ex-mineiros¹⁰. Algumas entrevistas foram gravadas em formato MP4 – quando permitidas pelos participantes da pesquisa – e posteriormente transcritas integralmente para

⁹ REGINA, Weber. “Relatos de quem colhe relatos: pesquisa em história oral e ciências sociais”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 39, n° 1, 1996. P. 68.

¹⁰ No corpo do trabalho não faço referência a todos os mineiros que participaram deste trabalho. No decorrer da pesquisa, chegou uma altura em que consegui atingir aos objectivos propostos. Após isso, os novos entrevistados foram trazendo conteúdos que eu já tinha conseguido em entrevistas feitas *a priori*. Neste sentido, achei desnecessário trazer a fala daqueles indivíduos que meio que “choviam no molhado”.

análise. Para aquelas entrevistas que não foram possível gravar, fiz anotações no meu caderno de campo.

Todos os envolvidos deram os seus depoimentos de forma livre e, antes de levar a cabo a cada uma das entrevistas, expliquei-lhes detalhadamente a finalidade da minha pesquisa. Relativamente aos ex-mineiros, optei por utilizar nomes fictícios de forma a preservar as suas identidades e também garantir sigilo das informações que eles gentilmente me concederam.

No geral, a análise das entrevistas foi feita atendo-se para as experiências individuais, e em seguida fez-se uma leitura temática, onde as falas individuais dos meus interlocutores foram cruzadas. Depois de finalizar estes procedimentos, redigi parcial e finalmente o trabalho. Contudo, durante o processo de redacção, contactei inúmeras vezes, por telefone, alguns dos meus entrevistados quando necessitava de esclarecimento sobre algum ponto relacionado com a temática que me propus a estudar.

Por achar que a problemática deste trabalho foi suficientemente abordada na forma apresentada, decidi organizar o trabalho em apenas dois capítulos. No primeiro, trouxe o processo histórico que envolve o trabalho migratório, onde destaquei não só como o fluxo migratório eram olhado por aqueles que o controlavam, mas também como estava a questão da saúde dos tais sujeitos migrantes. No segundo capítulo, trouxe a experiência dos meus entrevistados, onde em termos específicos abordei as razões que os levava a partir para as minas, as suas experiências no respeitante a acomodação, trabalho, adoecimento e a forma como foram tratados pelas companhias mineiras enquanto sujeitos adoecidos.

Uma vez que o trabalho é sobre a tuberculose, faz-se mais do que imperioso trazer aqui uma etiologia sintópica acerca desta doença. Na verdade, a tuberculose é uma doença infecto-contagiosa que se contrai, principalmente, através da inalação de gotículas transportadas pelo ar contendo bacilos da tuberculose, emitidas por pessoas com tuberculose activa – note-se que as tais gotículas são expelidas através da fala, tosse ou até mesmo espirro. Apesar de ser muito raro, “o gado bovino, aves, primatas e

outros mamíferos” também podem ser fonte de infecção da tuberculose¹¹. Para que se compreenda um pouco mais sobre a doença, presumo que seja necessário mostrar, a princípio, quais os desdobramentos que culminam na aparição dos seus primeiros sintomas clínicos.

Quando o indivíduo inala os bacilos da tuberculose, as células do seu sistema imunológico prontamente tentam combater estes agentes externos – lembrando aqui que após inalados, geralmente os bacilos se instalam primeiramente nos pulmões. Por um lado, se o indivíduo não tiver um sistema imunológico saudável, que, portanto, consegue combater eficazmente os bacilos, estes agentes incubam-se e, num período médio de quatro à doze semanas começa a surgir os primeiros sintomas da tuberculose – os seus sintomas clássicos são cansaço, febre, perda de peso, suor nocturno, falta de apetite, dor na caixa torácica e tosse – crónica ou com catarro (às vezes com sangue). É, portanto, somente quando os bacilos estão activos que, o hospedeiro não só apresenta sintomas da tuberculose, mas também pode transmitir os bacilos à uma outra pessoa. Vale ressaltar também que é nesta fase activa que os bacilos – uma vez não contidos pelo sistema imunológico – se espalham nos pulmões e, nalgumas poucas vezes, irradiam-se também para outros órgãos do corpo como olhos, rins, ossos, meninge, entre outros, através da corrente sanguínea ou do sistema linfático¹².

Por outro lado, se o indivíduo tiver um sistema imunológico saudável, assim que os bacilos chegam nos pulmões, eles são combatidos, contidos e acabam permanecendo num estado lactente ou dormente, podendo ficar neste estado por décadas ou até mesmo por toda a vida do hospedeiro sem causar-lhe nenhum sintoma clínico – recorde-se que enquanto os bacilos estiverem num estado lactente, o indivíduo hospedeiro não é capaz de infectar uma outra pessoa. No entanto, se em algum momento da vida o sistema imunológico deste indivíduo ficar comprometido – por conta de factores como por exemplo, infecção por HIV, uso de medicamentos imunossuppressores, desnutrição, envelhecimento, estresse, exaustão, alcoolismo, entre outros – os bacilos podem reactivar-se, facto que significa que passam a estar no

¹¹ NOGUEIRA, Antônio et al. “Tuberculose: uma abordagem geral dos principais aspectos”. *Rev.Bras. Farm*, n° 93, 2012. Pp. 3-4.

¹² MASSABNI, António & BONINI, Eduardo. “Tuberculose: história e evolução dos tratamentos da doença”. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, vol. 22, n°2, 2019. Pp. 15-16; NOGUEIRA, Antônio et al. *Op. Cit.* Pp. 4-6.

estado activo e, por conta disso, depois da incubação, actuam da mesma forma como esclareci no parágrafo precedente¹³.

Convém destacar que o contacto frequente com pessoas portadoras de bacilos activos – associada à superlotação, humidade e ambientes fechados – pode levar a um risco maior de infecção, principalmente se o sistema imunológico estiver comprometido pelos factores acima referenciados¹⁴.

É oportuno mencionar aqui também que, em termos técnicos, se o indivíduo é hospedeiro de bacilos de tuberculose no estado lactente, diz-se que ele tem tuberculose lactente. Já no caso em que os bacilos estão activos, diz-se que o mesmo tem tuberculose activa¹⁵. No que tange ao tratamento da doença, ele é feito através de antibióticos, que geralmente são administrados durante um período de seis meses. Em alguns casos, em decorrência da resistência dos bacilos, o tratamento de seis meses costuma ser ineficaz e, neste tipo de cenário, prolonga-se o tratamento por mais alguns meses¹⁶.

¹³ NOGUEIRA, Antônio et al. *Op. Cit.* Pp. 5-6.

¹⁴ *Ibidem.* P. 6. Ver também NOGUEIRA, Antônio et al. *Op. Cit.* P. 16.

¹⁵ MASSABNI, Antônio & BONINI, Eduardo. *Op. Cit.* P. 16.

¹⁶ RABAHI, Marcelo et al. "Tratamento da tuberculose". *J. Bras. Pneumol*, nº 43, 2017, Pp. 472-472.

2 O PROCESSO HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES PARA AS MINAS

Tal como o título, de certa forma, já sugere, este capítulo descreve sobre o processo histórico que envolve a migração de trabalhadores de “Moçambique” para as minas da “África do Sul”. Tendo em conta o recorte temporal que vai, de grosso modo, desde o século XIX até a década de 1970, nele procuro mostrar não só como as diversas entidades em “Moçambique” olharam para o fluxo migratório em análise, mas também como estava a questão da saúde dos sujeitos envolvidos neste mesmo fluxo.

2.1 A MIGRAÇÃO CONTROLADA PELOS CHEFES LOCAIS

O primeiro aspecto saliente que se impõe é que, até a última década do século XIX, Moçambique não era uma colónia portuguesa e, muito menos, uma unidade sociopolítica tal como hoje concebemos¹⁷. Embora os portugueses reivindicassem soberania sobre a região de Moçambique, a verdade é que durante quase toda a centúria oitocentista, a tal soberania circunscrevia-se somente a algumas feitorias¹⁸ no litoral e ao longo do vale do Zambeze. Algumas delas localizavam-se no Ibo, Mossuril, Ilhas de Moçambique e Quirimbas, arredores de cidades tais como Inhambane, Xai-Xai, Lourenço Marques, entre outros locais, onde tinha uma presença portuguesa bastante modesta¹⁹. Todavia, é preciso evidenciar que, o estabelecimento de feitorias na zona litorânea e no vale do Zambeze não era algo arbitrário, muito pelo contrário. Tratava-se

¹⁷ CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Ribeirão: Edições Húmus, 2010. P. 125. Ver também THOMAZ, Fernanda. Os “filhos da terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no Sul de Moçambique (1890-1930). Dissertação de Mestrado: UFF, 2008. P. 8.

¹⁸ Estabelecimentos que funcionavam como entreposto para trocas comerciais com os povos da região ou com mercadores que para aí se deslocavam.

¹⁹ CAPELA, José. *Op. Cit.* P. 140. Ver também ROCHA, Aurélio. Associativismo e nativismo em Moçambique: O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938). Dissertação de Mestrado, UNL, Lisboa, 1991. Pp. 15-16; ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. 2ªEd. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2012. P. 29; ALBUQUERQUE, Joaquim Mousinho de. *Moçambique, 1898-1898*. Lisboa, 1934. Pp-67-68; THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* P. 8.

de locais economicamente estratégicos, na medida em que permitiam aos portugueses participar na extensa rede comercial com os povos locais²⁰.

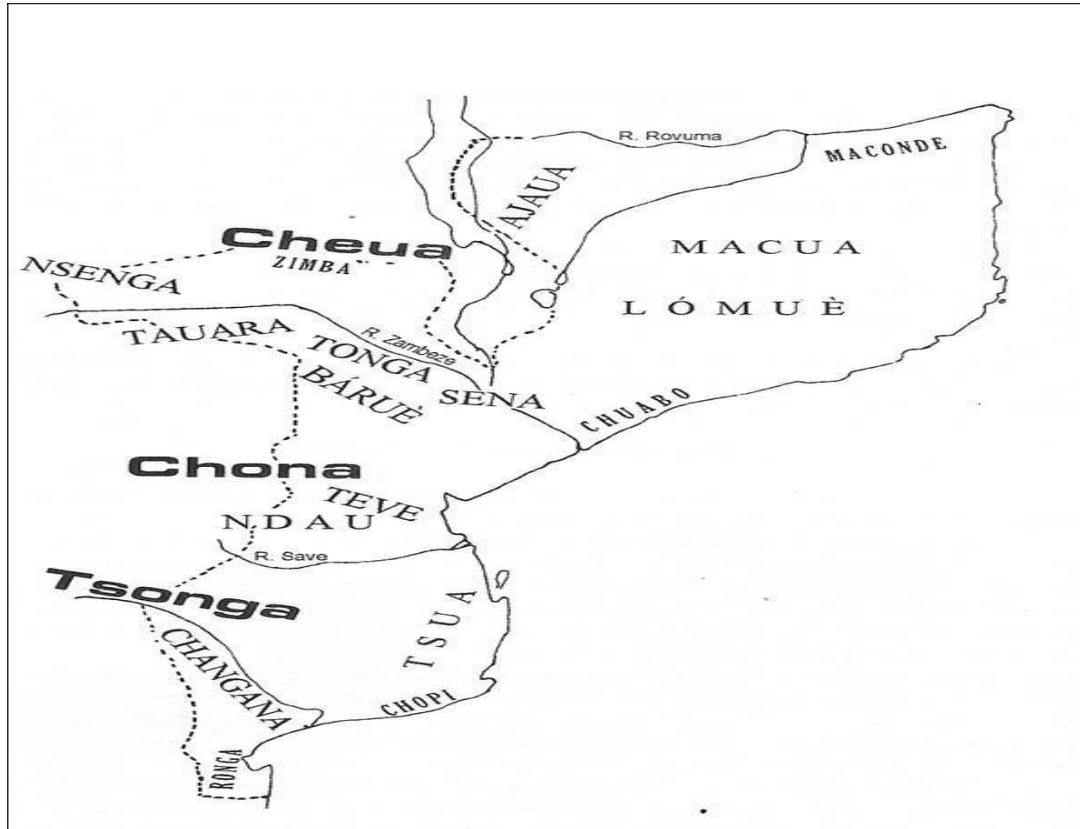
No respeitante aos povos locais, deve-se assinalar que eles é que ocupavam, esmagadoramente, o grosso da região de Moçambique. Eles tinham características socioculturais específicas, e faziam parte da alargada “rede linguística” comum que hoje a gente chama de *Bantu*. Alguns destes povos eram os macuas, os yaos ou ajauas, os senas, os ndaus, os chopis, os bitongas, os matswas, os changanas, os vatsuas, os rongas, entre tantos outros²¹. Tem que se realçar aqui que, durante este período, os ingleses, franceses, indianos, brasileiros/portugueses, etc., também comercializavam com estes povos locais e, tal como os portugueses, tinham fixado feitorias no interior e no litoral²².

²⁰ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 26-27. Ver também FELICIANO, José Fialho. *Antropologia económica dos Thonga do sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998. P. 55.

²¹ THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* P. 8. Ver também SERRA, Carlos. *História de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, 2000. Pp. 15-23.

²² SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 352-353. Ver também CAPELA, José. *Op. Cit.* P. 125; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 25-28.

Mapa 1 – Formação etnolinguística de Moçambique



Fonte: SERRA, Carlos (Dir.). *História de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, 2000. P. 18.

É importante assinalar também que estes povos locais estavam agregados em várias chefaturas que gozavam de independência política em relação aos portugueses²³. Portanto, em troca de produtos como marfim, ouro, amendoim, sesame, cobre, escravos, âmbar, perolas, peles de animais, pontas de rinoceronte, dentes de hipopótamo, os povos locais recebiam sal, bebidas alcoólicas, tecidos, roupas, espelhos, sapatos, enxadas, algodão, missangas, armas de fogo, pólvora, em um comércio que parecia ser profícuo para todos os envolvidos²⁴.

Ora, retornemos aos portugueses. Para se ter uma ideia da sua parca presença, basta recordar que em 1824, na Ilha de Moçambique – que na altura era a cidade

²³ ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* P. 29; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 28-30; COVANE, Luís. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, 2001. P. 67.

²⁴ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 27-28; SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 87-123 e 353; ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* Pp. 30-31 e 36; COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 7-8 e 85-86.

“capital”, existiam cerca de 20 portugueses; em Quelimane, dos 160 residentes, apenas 12 eram portugueses; em Sena, havia somente um português; em Tete, apenas dois; em Sofala, não existia nenhum; em Inhambane, somente oito, e em Lourenço Marques apenas um pequeno destacamento militar. Cerca de quarenta anos depois, parece que esta configuração não se alterou tanto assim, sobretudo se olharmos que em Quelimane – que não só era a cidade mais activa da região de Moçambique, mas também a que concentrava a maior actividade comercial e financeira – num universo de 10 mil habitantes²⁵, havia em torno de 21 portugueses. Isso significa dizer que na região de Moçambique, até o último decénio do século XIX, não houve nenhum período em que os moradores portugueses, àqueles que eram “originários de Portugal ou seus descendentes directos”, não fossem “mais do que umas escassas dezenas”²⁶. Sendo assim, parece ter razão José Capela quando se auto-indaga se com este quadro diminuto de portugueses na região de Moçambique pode-se falar de soberania ou até mesmo de ocupação²⁷.

Os primeiros fluxos migratórios de homens da região de Moçambique para as minas da região que actualmente conhecemos como África do Sul começaram em 1867 – quando foram descobertas jazidas de diamante na região de Kimberley, e eram compostos, principalmente, por homens oriundos da região Sul²⁸. Em outros termos, tratava-se principalmente dos chopos, changanas, rongas, vatsuas, etc. Há registos que dão conta de que até 1879, já existia cerca de 12 mil homens da região de Moçambique a trabalhar nos campos diamantíferos²⁹. Parece que com a descoberta de minas de ouro na região de Witwatersrand, em 1886, esses fluxos migratórios agudizaram-se³⁰.

²⁵ Destes habitantes, em torno de 4.134 eram escravos. CAPELA, José. *Op. Cit.* P. 126. Ver também THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* P. 13.

²⁶ CAPELA, José. *Op. Cit.* P. 126.

²⁷ *Ibidem.* P. 126. Ver também THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* P. 13.

²⁸ COVANE, Luís. *Relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964: Acordos e regulamentos.* Maputo: AHM, Estudos 6, 1989. P. 13.

²⁹ GASPAR, Napoleão. *The Reduction of Mozambican Workers in South African Mines, 1975-1992: A Case Study of Gaza Province-District of Chibuto.* Dissertação de Mestrado, WU, 2006. P. 16.

³⁰ COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 14; ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* P. 37.

Até 1889, existiam quase 10 mil trabalhadores nas minas de ouro. Destes, 60% eram provenientes da região de Moçambique³¹.

Deve-se destacar aqui que, até o período dos descobrimentos das minas, a África do Sul, como uma unidade sociopolítica como conhecemos hoje, não existia. Existiam duas colónias britânicas, o Cabo e o Natal, e duas repúblicas dos afrikaners, o Estado Livre de Orange e o Transvaal. Por outro lado, existiam ainda vários reinos africanos tais como os zulu, swazi, xhosa, sotho, pedi, venda e tswa, que eram independentes tanto dos britânicos como dos Afrikaners, se bem que uma grande parte dos seus territórios tivesse sido ocupada³².

A presença de outros povos da região Austral de África nas minas, como os xhosa e swazi, mostra que este fenómeno migrante não era algo exclusivo à homens oriundos da região de Moçambique. Entretanto, há que destacar que os homens da região de Moçambique sempre foram uma das forças braçais mais regulares e importantes. Até 1899, eles perfaziam um total de 80 mil trabalhadores em toda a indústria mineira³³. E uma década depois, passaram a representar 46% de toda a mão-de-obra existente nas minas³⁴.

Bem, é importante assinalar que muito antes dos primeiros fluxos migratórios para as minas, já a partir das décadas de 1850/60, alguns poucos milhares de homens da região de Moçambique, também principalmente oriundos da região Sul, migravam para trabalhar nas grandes plantações de cana-de-açúcar e algodão nas regiões de Natal e Cabo, bem como na construção de infra-estruturas, tais como o porto de Natal (hoje Durban) e das primeiras linhas férreas³⁵. Portanto, tal como nas minas, os homens da região de Moçambique também partilhavam postos de trabalho, nestas propriedades, com outros povos, como os pedi e tswa³⁶.

³¹ HARRIES, Patrick. *Work, culture and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann, 1994. Pp. 109-111.

³² UEM/HISTÓRIA. *Manual de história da 10ª classe*. [África Austral], Maputo, 1980. Pp. 9-10. Ver também CASTELO-BRANCO, Luís. A política externa sul-africana do Apartheid a Mandela. Tese de Doutoramento, ISCTE, 2003. Pp. 14-63.

³³ FIRST, Ruth. *O Mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*. Maputo: CEA, 1998. P. 35. COVANE, Luís. *O Trabalho Migratório ...* P. 103.

³⁴ COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 105.

³⁵ ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* P. 36.

³⁶ GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 16-20. COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 67.

Alguns excertos socioeconómicos até aqui arrolados, referentes tanto à região de Moçambique como à da África do Sul, fornecem alguns indicadores que permitem perceber que nesta última região já estava em edificação uma sociedade capitalista, uma vez que já se encontravam presentes alguns dos principais elementos que caracterizam este tipo de sociedade, tais como a produção para o mercado, trocas monetárias, organização empresarial e espírito de lucro³⁷. Isto equivale dizer que os homens da região que hoje catalogamos como África Austral, ao migrar para as minas e plantações, estavam automaticamente a entrar em contacto com sectores cujas relações de produção eram basicamente capitalistas. Destarte, neste tipo de relação produtiva, já dizia Marx, ao capitalista (proprietário privado dos meios de produção) interessa única e exclusivamente a produção incessante de lucro, ao passo que o trabalhador é visto como uma mercadoria, a mais miserável das mercadorias – ou seja, o trabalhador, que é um ser humano, ele é rotulado como uma simples peça, como outra qualquer, na produção do capital³⁸. Portanto, como transparentemente veremos no decorrer do trabalho, este é o ponto nodal para que se compreenda as vicissitudes à que os trabalhadores estarão sujeitos.

As motivações que impeliram os homens da região de Moçambique a estarem tão profundamente envolvidos com a migração são várias. No entanto, farei menção as que seguem, pois as considero basilares: as adversidades climatéricas (principalmente as cheias); as “doenças bovinas”; “a paulatina extinção de elefantes cujo marfim” era um dos principais produtos que assegurara o acesso à produtos importados³⁹; a crescente monetarização da economia na região⁴⁰; as questões de ordem cultural⁴¹; os salários atractivos e o *lobolo*⁴².

³⁷ Sobre as características de uma sociedade capitalista ver POCHMANM, Márcio. *Capitalismo e desenvolvimento*. In: *Brasil sem industrialização: A herança renunciada*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, Pp-17-20.

³⁸ MARX, Karl. *Op. Cit.* Pp. 79-90; BRAVERMAN, Harry. *Op. Cit.* Pp. 54-56; SOUZA, Diego. Saúde do(s) trabalhador(es): Análise da “questão” e do “campo”. Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2016. P. 35.

³⁹ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 180; ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* Pp. 29-37; COVANE. Luís. *Op. Cit.* Pp. 67 e 86-86.

⁴⁰ Só para exemplificar, muitos comerciantes em Lourenço Marques, que antes das migrações trocavam as suas mercadorias importadas por marfim, peles de animais, óleos vegetais, entre outros, com as migrações começaram a demandar somente pagamento em dinheiro pelos seus produtos. COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 67. Ver também HARRIES. *Op. Cit.* P. 103.

Sobre estes fluxos migratórios, torna-se importante questionar o por que dos sectores da economia da região da África do Sul, tais como as plantações e as minas, recorrerem ao uso da mão-de-obra migrante. Relativamente a este aspecto, Luís Covane fornece algumas pistas quando afirma, por exemplo, que existia uma certa dificuldade em recrutar mão-de-obra a nível local pelo facto da agricultura, pelo menos inicialmente, ainda conseguir suprir as necessidades básicas – muitos dos poucos contratados localmente raras vezes completavam os seus contractos de dois ou três anos porque queriam regressar às suas respectivas casas, e assim cuidar das suas parcelas de terra – e algumas das chefaturas locais, como os zulus, serem hostis ao emprego dos seus homens fora das fronteiras dos seus reinos⁴³. Já Randal Packard, analisando especificamente as minas, acresce que a dificuldade em recrutar mão-de-

⁴¹ Segundo Valdemir Zamparoni, a partir dos finais século XIX, ir para as minas da região da África do Sul era considerado “uma espécie de rito de passagem à idade adulta, uma experiência à qual todos os homens deviam submeter-se para de fato tornarem-se homens”. Os homens que iam às minas - os chamados *magaïças* – eram respeitados pela comunidade “por sua coragem, fortuna e experiência no mundo, comparados nas canções e linguagem populares a galos”. Os que não iam - os chamados *mamparras* - eram denegridos e menosprezados “como inferiores, ignorantes, que nada conheciam do mundo, eram galinhas”. Mas entretanto, aqueles que voltavam das minas sem nada, “quer porque tinham adoecido e nada recebido durante sua jornada nas minas, quer porque tinham gasto todo o salário, esquecendo-se da família”, eram apelidados de *mampara magaïça*. Em outros termos, seriam *magaïça* “por terem ido às minas, mas eram considerados *mamparras* por seu comportamento indesejado”. ZAMPARONI. *Op. Cit.* Pp. 212-215; ver também HARRIES, *Op. Cit.* P. 157; GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 17-18.

⁴² Casamento tradicional em que o noivo – geralmente através da sua família, “dá” um dote (seja dinheiro, gado ou até mesmo objectos) à família da sua noiva como forma de demonstrar “gratidão”. Na verdade, esta cerimónia tem se mostrado dinâmica, pois de tempos em tempos ela tem se transformado e reinventado não só por conta das interacções sociais, mas também por causa questões de ordem económicas. Em sua essência, é uma cerimónia que perpassa o amor e, neste sentido, também cumpre outras funções, como por exemplo: legitima a união conjugal; confere respeito e dignidade – perante a comunidade – tanto aos que contraíram matrimónio como aos seus próprios familiares; confere harmonia social entre os sujeitos que casaram e o espírito dos seus antepassados. Em resumo, era com o salário das minas que os mineiros conseguiam pagar o tal dote. GRANJO, Paulo. “O lobolo do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais”. *Travessias – Revista de Ciências e Humanas em Língua Portuguesa*, nº 4, 2004. Pp. 48-78; FERNANDES, Rhuann. “Lobolo: Celebração litúrgica e tradicional no Sul do Moçambique”. *Campos*, nº2, 2018. Pp. 124-125 e 127. MUNGOI, Dulce. *Identidades viajadas: Família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do rand, África do Sul*. Tese de Doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2010. Glossário.

⁴³ COVANE, Luís. *O Trabalho migratório...*Pp. 86-90; SERRA, Carlos. *Op. Cit.* P. 352; MCCULLOH, Jock. *South Africa's gold mines and the politics of silicosis*. Johannesburg: James Currey, 2012. P. xxi; Thomaz, Fernanda. *Op. Cit.* P. 32; ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* Pp. 35-36.

obra doméstica estava relacionada ao facto dos locais considerarem os salários pouco atraentes e, igualmente, acharem as condições de vida e trabalho bastante insalubres⁴⁴. Ora, o caso dos migrantes da região de Moçambique é um dos exemplos flagrantes que mostra, como bem elucida Fernanda Thomaz, que se recorria ao uso de mão-de-obra externa pelo facto dela também ter a vantagem de ser, reactivamente, barata e fiável, uma vez que os trabalhadores se encontravam apartados – em termos geográficos, não apenas dos seus parentes, mas também dos seus meios produtivos, podendo assim se engajar em contractos mais longos, e sem tantos riscos de quebra⁴⁵.

De qualquer forma, apesar deste fornecimento de mão-de-obra externa, é importante frisar que, neste período, a escassez de mão-de-obra era um problema crónico. Esta carência levava as companhias mineiras a digladiarem entre si pelos trabalhadores, facto que em última instância acabava por fazê-las pagar um salário que, na sua óptica, era considerado demasiadamente elevado – ou seja, “estes salários, julgados excessivos”, representavam para as minas uma redução nos seus lucros⁴⁶. Entretanto, parece que o problema não se restringia a isso. Segundo António Rita-Ferreira, as minas viam também nos supostos altos salários “a principal causa da limitada oferta de mão-de-obra”⁴⁷ – isto porque para as companhias mineiras, “o Africano dirigia-se às minas para trabalhar, por norma, durante um limitado período e no único fito de juntar a quantia que julgasse suficiente para cobrir determinadas necessidades”. Isto para dizer que, na visão das companhias mineiras, “quanto mais elevado fosse o salário, menor era o tempo de serviço que o trabalhador precisava prestar” para atender aos objectivos que o levou a “abraçar” o projecto migratório⁴⁸. Nesta lógica de ideias, para as minas, a redução de salários acabava por ser uma espécie de necessidade vital⁴⁹.

⁴⁴ PACKARD, Randal. *White plague, black labour: Tuberculosis and the political economy of health and disease in South Africa*. Los Angeles: University of California Press, 1989. P. 68.

⁴⁵ THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* Pp. 32-33. Ver também COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 87.

⁴⁶ RITA-FERREIRA, António. “O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e África do Sul”. *Estudos de Ciência Política e Sociedade*, n° 67, 1963, p. 75. Ver também MCCULLOH, Jock. *Ibidem*. P. xii. COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 92 (sic. 168); FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 22. Nota de rodapé.

⁴⁷ RITA-FERREIRA, António. *Op. Cit.* P. 75.

⁴⁸ *Ibidem*. P. 75

⁴⁹ *Ibidem*. P. 75. O mesmo argumento pode ser encontrado também em MCCULLOCH, Jock. *Op Cit.* P. 10.

Na região de Moçambique, desde muito cedo, ao que parece, os chefes locais – como é o caso de Muzila, rei do Reino de Gaza⁵⁰ – viram os fluxos migrantes como uma importante fonte de arrecadação de receitas. Eram eles, antes, portanto, do domínio efectivo português, que organizavam e controlavam a mão-de-obra que migrava para a região da África do Sul. Como bem refere Carlos Serra, já desde as décadas de 1850/60, recrutadores independentes - muitos dos quais conhecedores da região Sul, pois se dedicavam a caça de elefantes e comércio de marfim - e autoridades coloniais do Natal e Cabo⁵¹ firmavam contractos junto dos chefes locais por forma a garantir o fornecimento de mão-de-obra para o sector mineiro e as plantações⁵².

Há que realçar que apesar dos chefes locais deterem o monopólio sobre o controle do fluxo migrante, as autoridades portuguesas conseguiam, nalgumas vezes, se beneficiar desse fluxo através da cobrança de taxas de trânsito nos territórios sob os quais tinham autoridade - facto que não descarto que lhes fizesse ter interesse em controlar este fluxo. Não quero com isso dizer que essa prática era exclusiva dos portugueses, muito pelo contrário. Outros reinos africanos, como Zulu e Maputo, também a faziam⁵³.

Deve ser destacado também que estes fluxos migrantes foram uma importante força motriz na dinamização do comércio local, particularmente no Sul da região de Moçambique. Ou seja, o rápido aumento do número de migrantes, empregues na região da África do Sul, levou a um aumento maior do poder de compra por parte

⁵⁰ Este Reino foi fundado por volta de 1820, na sequência da invasão e subjugação por parte dos ngunis – que vinham da Zululândia e fugiam da dominação de Tchaka, imperador dos zulus – aos povos do Sul da região de Moçambique. O fundador do reino e, igualmente, o primeiro rei, foi Sochangane (também conhecido por Manikusse). Após a sua morte, em 1858, substituiu-o o seu filho Mawewe. Este viria a ser deposto em 1862 por Muzila, que por sinal era o seu irmão. Muzila morreu em 1884, e no seu lugar entrou o seu filho Gungunhane, mas não sem batalhas militares com os seus irmãos pela sucessão do trono. O último rei de Gaza, neste caso o Gungunhane, foi deposto pelos portugueses no âmbito da ocupação efectiva. ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* P. 28; THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* P. 35. Nota de rodapé. MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 19; LIESEGANG, Gerard. "Note on the internal structure on the Gaza kingdom of southern Mozambique, 1840-1895. University of Zimbabwe. [S.D]. Pp. 178-190

⁵¹ COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 85 e 87; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 25; SERRA, Carlos, *Op. Cit.* P. 353.

⁵² ROCHA, Aurélio. *Op. Cit.* Pp. 35-36; COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 87 e 88-90; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 25-26. SERRA, Carlos. *Op. Cit.* P. 354.

⁵³ SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 57-58 e 354. Ver também HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 21 e 111.

destes trabalhadores, facto que impulsionou as trocas comerciais, o que se traduziu numa rápida expansão do comércio e um incremento no volume de importação de produtos como roupa, álcool, armas de fogo, munições, etc. De todos estes produtos, o álcool parece ter sido o mais lucrativo e de mais fácil venda. Os sujeitos que retornavam da região da África do Sul eram os principais consumidores, por exemplo, do *vinho colonial* – também conhecido pelo epíteto depreciativo de *vinho para Pretos*, que era um produto de qualidade muito precária, que se produzia em Portugal e se vendia em Moçambique⁵⁴.

Asserções económicas a parte, há que notar que, neste fornecimento de mão-de-obra, parece que os chefes locais não se preocupavam em assegurar que os cuidados com a saúde dos trabalhadores por eles tutelados fossem acautelados. Dito em outras termos, as suas únicas preocupações pareciam ser, basicamente, lucrar com o envio dos trabalhadores⁵⁵. Nas páginas que se seguem, tendo em conta os propósitos deste trabalho, restringirei o meu olhar sobre as condições de saúde dos trabalhadores que migravam para a indústria mineira da região da África do Sul.

Quando se olha para a indústria mineira da região da África do Sul neste período, é possível perceber logo a partida que, desde os primeiros anos, quase todo o circuito que envolvia a mineração - desde o recrutamento da mão-de-obra, a moradia e as condições sob as quais os mineiros laboravam - era altamente nocivo à saúde dos trabalhadores⁵⁶.

Antes de mais, é preciso vincar aqui que, durante quase todo o período em análise, as minas não dispunham de um sistema de recrutamento centralizado. Na verdade, para adquirir a sua mão-de-obra, as minas recorriam à recrutadores independentes, onde lhes era pago uma taxa por cada trabalhador que eles recrutavam – ou seja, tratava-se do chamado “pagamento por capitação”⁵⁷. Entretanto, se a gente olhar minuciosamente sobre a forma como o recrutamento se processava, é possível identificar, com clareza, alguns elementos que perigavam a saúde dos recrutas. Um deles estava relacionado com a quase ausência de inspecção médica admissional na

⁵⁴ SERRA, Carlos. *Op. Cit.* P. 361; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 101-103; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 184-186; THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* Pp. 33-34.

⁵⁵ SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 365-366.

⁵⁶ PACKARD, Randal. *Op. Cit.* Pp. 67-68.

⁵⁷ *Ibidem.* P. 68. Ver também COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 88; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 32.

zona de origem dos recrutados. De acordo com Packard, a maioria dos recrutadores raramente se davam ao trabalho de submeter os seus recrutados à inspecções médicas admissionais, e exceptuando os visivelmente doentes e os com deficiência física, qualquer homem podia ser recrutado⁵⁸.

Em adição, as condições sob as quais os recrutados faziam os seus trajectos para as minas parece ter sido um outro elemento que também jogava um papel importante para a precarização da saúde dos recrutados. Neste seguimento, o primeiro problema parece ser, não necessariamente em ordem de importância, a alimentação inadequada. Relativamente a este aspecto, Packard aduz que existiam dois tipos de recrutadores: Uns, que durante o trajecto para as minas forneciam alimentação mínima; outros, que não forneciam absolutamente nada, tendo o recrutado que se alimentar por conta própria. O autor complementa ainda que não era incomum os homens fazerem o trajecto de estômago vazio⁵⁹. O segundo problema parece-me que estava relacionado com os meios de viagem. Sobre esta questão, Packard afirma que os trens e navios que levavam os recrutados para as minas estavam sempre superlotados e, não raro, por causa da mistura de recrutados saudáveis e doentes, havia disseminação de doenças infecto-contagiosas como gripes, pneumonia e tuberculose. O autor acrescenta ainda que a falta de roupas adequadas para os recrutados era também um dos factores que contribuía para a eclosão destas doenças⁶⁰.

Por fim, o último problema, ao meu ver, estava voltado a distância e o tempo que se levava para se chegar às minas. Conforme aponta Harries, as jornadas eram longas ao ponto de levar dias, semanas, ou até mesmo meses, chegando a perfazer centenas de milhas de distância e, dependendo da época, sob o verão ou inverno rigoroso. É oportuno grifar que em locais onde não havia trem ou navios, a viagem seguia a pé⁶¹.

Pelo cenário descrito, dá para perceber que o trajecto para as minas era, no mínimo, longo, tortuoso e cheio de susceptibilidades. Segundo Packard, os gerentes das minas reclamavam frequentemente sobre as péssimas condições em que os

⁵⁸ PACKARD, Randal. *Op. Cit.* P. 69.

⁵⁹ *Ibidem.* P. 69.

⁶⁰ *Ibidem.* Pp. 69-70.

⁶¹ SHEPHERD, W. "Recruiting in portuguese east africa of natives for the mines". *Journal of the Royal African Society*. Vol. 3, nº 132, 1934. P. 253; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 30-33; PACKARD, Randal, *Op. Cit.* Pp. 68-69.

recrutas chegavam: escorbuto, malária, pneumonia e exaustão geral eram os problemas mais comuns entre os recém-chegados⁶². Dito isto, uma questão pertinente a se levantar é: será que as minas “fechavam os olhos” e contractavam os trabalhadores, mesmo sabendo que alguns estavam em condições de saúde inapropriada? Em resposta a esta indagação, veremos a seguir que, na verdade, dependia.

Ao que tudo aponta, as minas pareciam, até certo ponto, se importar com as condições de saúde dos recrutados. Tanto Packard como Mathew Smith afirmam que as minas contractavam médicos em regime de meio período para examinar os potenciais trabalhadores⁶³. No entanto, a presença destes médicos precisa ser tematizada, pois, ao contrário do que parece, ela não significa necessariamente rigorosidade nos exames de aptidão. De acordo com Maria Donnangelo e Luiz Pereira, a prática médica se orienta “por referências a objectivos que se encontram na estrutura económica, político e ideológica das sociedades na qual ela se integra”; e, sendo assim, muita das vezes, ela também “contribui para a reprodução dessas estruturas”⁶⁴. Em outras palavras, na sociedade capitalista, particularmente no capitalismo industrial, o médico é, muita das vezes, um agente a mando do capital. Isto para dizer que estes médicos contractados em regime de meio período – acredito que pouca diferença faria se estivessem empregados em regime integral, muita das vezes seleccionavam os trabalhadores mais em função das necessidades braçais por parte das mineradoras do que do estado clínico dos recrutas. Packard, de certo forma, ratifica a nossa afirmação quando pontua que “os critérios estabelecidos para certificar a aptidão dos trabalhadores oscilavam bastante entre as minas” e, principalmente, “de acordo com as suas necessidades de mão-de-obra”⁶⁵. Assim, não me parece que seja rotundamente ilógico pensar que, a disposição dos recrutadores em apostar no recrutamento de trabalhadores de forma descriteriosa, fosse incentivada também pelo conhecimento de

⁶² PACKARD, Randal. *Op. Cit.* P. 68.

⁶³ PACKARD, Randal. *Op. Cit.* Pp. 69-70. ; SMITH, Mathew. Working in the grave. The development of a health and safety system on the Witwatersrand gold mines, 1900-1939. Dissertação de Mestrado, Rhodes University, Grahamstown, 1993. P. 45; TURELL, Rob. “Kimbeley’s model compounds”. *The Journal of African History*, nº25, 1984. P. 66.

⁶⁴ DONNANGELO, Maria & PEREIRA, Luís. *Saúde e sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979. Pp. 14 e 22.

⁶⁵ PACKARD, Randal. *Op. Cit.* Pp. 69-70.

que os padrões médicos aplicados aos novos recrutas eram, na melhor das hipóteses, flexíveis.

Nas minas, ao que tudo aponta, as condições também pareciam ser muito pouco hospitalares. No entanto, começarei por debruçar sobre as condições existentes nos *compounds* ou *hostels*. Os *compounds* nada mais eram do que alojamentos que as minas ofereciam gratuitamente aos trabalhadores mineiros – note-se que, no geral, estas propriedades se encontravam situadas em locais adjacentes às minas⁶⁶. Os primeiros *compounds* fechados começaram a ser construídos em 1885, dezoito anos após a descoberta dos primeiros jazigos de diamante em Kimberley. Durante boa parte desses dezoito anos, os mineiros viviam em *compounds* abertos, que essencialmente eram espaços cercados de ferro corrugado, onde nos portões faziam-se presentes vigilantes cuja função era regular, minimamente, o movimento dos mineiros⁶⁷. No entanto, os mineiros eram livres para ir em qualquer local para passar o tempo de lazer com comida, bebida e prazeres a sua escolha. A introdução dos *compounds* fechados simplesmente acabou com essa liberdade⁶⁸. Nos *compounds* fechados, para além do forte sistema de controle, os mineiros também estavam vetados de receber qualquer tipo de visita como também precisavam de ter uma autorização expressa para sair, isso mesmo naquelas horas que não eram de trabalho⁶⁹.

Dito isto, provavelmente duas questões podem ter surgido: a primeira, por que da mudança de *compounds* abertos para fechados? a segunda, por que desse controle social implacável nesses últimos espaços. Em relação a estes dois questionamentos, autores como Valdemir Zamparoni ou Lulli Calinicos afirmam que, na generalidade, os *compounds* fechados objectivavam estabilizar a mão-de-obra, uma vez que obstruíam a bastante frequente prática de quebra de contractos, por parte dos trabalhadores, por razões como a procura de melhores condições de trabalho e salários mais atractivos;

⁶⁶ MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 133; CALLINICOS, Luli. *Gold and workers (1886-1824)*. Johannesburg: Ravan Press, 1981. P. 43.

⁶⁷ Não consegui encontrar muitas informações que me permitissem perceber como era a lógica interna dos *compounds* abertos. No entanto, acredito que fora o controle social rígido, em muitos aspectos os *compounds* abertos e fechados funcionavam de maneira semelhante.

⁶⁸ TURREL, Rob. *Op. Cit.* Pp. 60-61; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 67.

⁶⁹ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 203-206; SMITH, Mathew. *Op. Cit.* P. 76 e HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 132-135. MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 133; CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* P. 43 e 50.

evitar a prática de roubo de pedras de diamantes – o que muitas das vezes incluía revistas pelo corpo todo, chegando a alcançar até mesmo o recto; controlar e disciplinar, rigorosamente, o dia-a-dia dos mineiros, com o fito último de aumentar a produtividade⁷⁰. Relativamente a este último aspecto, Zamparoni parafraseia que:

Ao tirar os mineiros das ruas, os patrões [das minas] a um só tempo levaram a paz às áreas urbanas e passaram a controlar seus trabalhadores, não só durante a jornada de trabalho, mas também em seu cotidiano: onde residiam, com quem se relacionavam, o que comiam e, principalmente, limitavam o acesso à bebida, tida como fonte de acidentes e brigas entre facções e que, nas segundas feiras, causava altos índices de absentismo⁷¹.

Nos *compounds* fechados, fora o controle rígido, o outro aspecto que também chama muita atenção eram as condições de saúde degradantes. Tood Cleveland, fazendo uma descrição generalizada destes espaços, conta que as condições eram bastante desafiadoras, uma vez que se tratavam de locais superlotados, com péssimas condições sanitárias, falta de sistema de drenagem e, portanto, pouco saudáveis⁷². Esmiuçando particularmente sobre os dormitórios, Callinicos afirma que para além de não terem uma boa ventilação e aquecedores, estes espaços chegavam a acomodar entre 20 a 50 pessoas num mesmo local. A autora complementa que a maioria dos *compounds* tinha piso de terra, onde no tempo chuvoso ficava enlameado ou alagado. Portanto, quando os dormitórios ficavam cheios e, neste sentido, sem camas para acomodar todos os trabalhadores, alguns deles tinham que dormir nestes pisos⁷³.

A dieta alimentar parece que era outro elemento que se agregava ao leque das condições horríveis acima descritas. Sobre essa questão, Callinicos, corroborada por Packard, refere que as refeições nos *compounds* fechados eram usualmente inadequadas, sem variedades, e os trabalhadores tinham que, nalgumas vezes, comprar a sua própria comida para suplementar as suas refeições. Isso numa situação

⁷⁰ CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* Pp. 43 e 50-51; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 203-205. TURELL, Rob. *Op. Cit.* Pp. 70 e 71. MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 134; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 67-68.

⁷¹ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 205.

⁷² TURELL, Rob. *Op. Cit.* P. 64; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 77-78; CLEVELAND. Tood. *Stones of connection: A history of Africa's diamond.* London: Yale Press, 2014. Pp. 89-90.

⁷³ CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* Pp. 43-44; TURELL, Rob. *Op. Cit.* P. 65.

em que, durante o período em análise, o mineiro quase sempre teve um salário achatado⁷⁴.

Pelos relatos expostos, pode-se facilmente depreender que as condições de saúde nos *compounds* fechados eram bastante insalubres e férteis para contracção e/ou disseminação de doenças. Ademais, as taxas de doenças extraordinariamente altas parecem confirmar o nosso augúrio. Packard, por exemplo, informa que em 1883, 1 em cada 15 mineiros estava doente⁷⁵. Callinicos, corroborada por Cleveland, avança que os *compounds* eram frequentemente atingidos por surtos de disenteria, varíola, febre tifóide e diarreias, mas que as infecções intestinais e doenças pulmonares como silicose, pneumonia, bronquite e tuberculose, eram as que anualmente provocavam uma verdadeira hecatombe por entre a população mineira ⁷⁶.

É preciso vincar aqui que muitas das doenças acima referenciadas também estavam associadas as condições de trabalho no subterrâneo das minas que, portanto, não se mostravam menos nocivas à saúde dos mineiros. No entanto, parece que o problema começava antes mesmo do início das actividades laborais. Como bem referem Harries e Zamaproni, para que se iniciasse o trabalho, o sinal era tocado entre 3 à 4 horas da manhã. Os trabalhadores calcorreavam algumas centenas de metros entre o *compound* e a entrada das galerias. Chegado à entrada, expostos a um frio acentuado, eles tinham que esperar em fileiras muito longas para que pudessem assim descer ao subsolo, onde a tempérie contrastava com a da superfície, isto é, era demasiadamente elevada⁷⁷. Já no subterrâneo, as condições pareciam ser atroz. Tanto Harries quanto Callinicos relatam que fora as elevadas temperaturas, as galerias eram locais empoeirados, escuros, com pouca ventilação e bastante água proveniente da crosta terrestre e dos tectos, e não possuíam banheiros⁷⁸. Harries acrescenta ainda que perante essas condições adversas, os trabalhadores laboravam praticamente nus

⁷⁴ CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* Pp. 44-45 e 49; Packard, *Op. Cit.* P. 167; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 77-78; GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* P. 43.

⁷⁵ PACKARD, Randal. *Op. Cit.* PP. 168.

⁷⁶ CLEVELAND, Thompson. *Op. Cit.* P. 91; CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* P. 49; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 196; MCCULLOCH, Jock. *Op. Cit.* P. 9; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 77-78 e 113-114.

⁷⁷ HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 77 e 150-151; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 197; CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* P. 52.

⁷⁸ CALLINICOS, Luli, *Op. Cit.* p. 52; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 202.

durante longas horas⁷⁹. E, ao que tudo indica, parece que neste período os mineiros não eram fornecidos equipamentos de protecção individual – vale lembrar também que enquanto estivessem a desempenhar as suas actividades laborais, que oscilava entre nove a 15 horas diárias, os mineiros não eram fornecidos nenhum tipo de alimento; caso eles quisessem se alimentar, tinha que trazer a sua própria comida⁸⁰. Como se pode ver, estavam aqui criadas condições essenciais para o surgimento e/ou propagação de várias doenças como silicose, pneumonia, tuberculose, entre outras.

Fotografia 1 – Mineiros trabalhando



Fonte: HARRIES, Patrick. *Work, culture and identity: migrant labour in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*: Portsmouth: Heinemann, 1994: 116.

⁷⁹ HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 77; 115 e 202. Ver também ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 197.

⁸⁰ Os mineiros brancos, por seu turno, não trabalhavam mais que dez horas diárias, e durante este período, eles tinham um intervalo de duas horas para pode passar refeição. CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* P. 52.

Quando evoco as condições a que os trabalhadores estavam sujeitos nas minas, é-me fácil perceber a razão da intemperança no consumo de bebidas etílicas. Aos meus olhos, o consumo imoderado de álcool era uma forma usada pelos trabalhadores para entorpecer ou aliviar, ainda que por algumas horas de embriaguez, as amargas condições a que eles foram impostos. Nesta direcção, este consumo desmedido de álcool não deve ser visto como um problema de responsabilidade individual; parece-me que ele é também uma consequência inelutável de determinadas condições a que o trabalhador estava submetido. Ou seja, a responsabilidade por este estado de coisas deve ser debitada também à aqueles que fizeram do trabalhador uma mercadoria, um objecto, uma coisa.

Por falar em consumo de álcool – o que remete a descontração ou diversão, é importante referir que, apesar do forte controle social existente nos *compounds* fechados, os mineiros tinham os seus momentos de lazer, onde jogavam críquete, futebol, praticavam salto em comprimento, corrida de três pernas ou mesmo de saco, dançavam – onde vestiam-se e catavam da forma como faziam nos locais de onde eles eram provenientes⁸¹.

⁸¹ HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 75-76; CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* Pp. 45-46; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 205.

Fotografia 2 – Mineiros dançarinos trajados de forma tradicional



Fonte: HARRIES, Patrick. *Work, culture and identity: migrant labour in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*: Portsmouth: Heinemann, 1994: 123.

Contudo, parece haver poucas dúvidas que, neste período, o problema das doenças nas minas estava relacionado a uma séria de factores que, na verdade, actuavam de forma conjunta. Era a maneira como o recrutamento se processava, aliada às péssimas condições existentes nos *compounds* e nas minas, que acabava por acometer a saúde dos trabalhadores⁸² – em outras palavras, a degradação da saúde dos mineiros estava intimamente relacionada com a forma de produção capitalista. Como bem diz Marx, este é um modo de produção que ao trabalhador, basicamente, “usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou

⁸² Ver CALLINICOS, Luli. *Op. Cit.* P. 49.

insalubres do processo de trabalho, para não falarmos das medidas necessárias para assegurar a [sua] comodidade [...]”⁸³.

2.2 A MIGRAÇÃO DURANTE O PERÍODO COLONIAL

De início, é preciso referenciar que durante o período considerado, o controlo do fluxo da mão-de-obra moçambicana que ia para as minas da região da África do Sul passou a estar nas mãos dos colonialistas portugueses, facto que só foi possível através de acordos internacionais que, ao longo do tempo, foram assinados com as diferentes entidades da região da África do Sul. Para que se compreenda melhor essa questão, faz-se necessário debruçar um pouco sobre o processo de ocupação colonial portuguesa em Moçambique.

Uma das principais deliberações saídas da Conferência de Berlim (1884-1885) foi que as potências imperialistas europeias deviam proceder a *ocupação efectiva* das suas áreas de interesse, como forma de garantir a posse sobre as mesmas⁸⁴. O que acontece é que em Portugal, a segunda metade do século XIX é marcada por uma acentuada crise económica. “Usando a linguagem da época⁸⁵”, Portugal era, naquela altura, “uma nação com uma economia decadente”⁸⁶. Entre outros factores, a crise estava relacionada com a independência do Brasil, que acabou deixando Portugal sem os lucros dos produtos daquele país; a guerra civil portuguesa, que durou de 1828 a 1834, e opunha os irmãos D. Pedro e D. Miguel, que disputavam pela sucessão do trono português; o acentuado atraso dos sectores agrícola e industrial⁸⁷. Em outras palavras, Portugal não tinha capital financeiro suficiente para ocupar toda a região de Moçambique. Perante esta limitação, a ocupação se processou de diferentes formas. Assim, Portugal arrendou grande parte do território da região de Moçambique – no

⁸³ MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro 01, volume 01, 25ª edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. P. 486.

⁸⁴ SERRA, Carlos, *Op. Cit.* P. 201.

⁸⁵ PEREIRA, Míriam. “Decadência’ ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português”. *Análise Social*, 1978, vol. xiv, p. 7; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 16.

⁸⁶ PEREIRA, Míriam. *Op. Cit.* P. 7.

⁸⁷ REIS, Jaime. “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, 1984, vol. XX, Pp. 9-15.

centro e no norte – à Companhias Concessionárias⁸⁸. “Tais Companhias, constituídas principalmente por capitais estrangeiros”⁸⁹ (ingleses, franceses, belgas e alemães), tornaram-se autênticos Estados, na medida em que tinham autonomia político-administrativa, podiam cunhar a sua própria moeda, emitir selos postais, colectar impostos, etc. De todas elas, as Companhias de Moçambique e a do Niassa eram as maiores e as únicas com o estatuto de majestática. A primeira foi fundada em 1888, e ocupava as actuais províncias centrais de Manica e Sofala. A última foi criada em 1891, e ocupava as actuais províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado. Juntas, estas companhias majestáticas controlavam cerca de 50% do território da região de Moçambique⁹⁰. Além destas duas, foram fundadas outras pequenas companhias tais como a Companhia do Zambeze, em 1892; A companhia do Boror, em 1904; e a Companhia Agrícola de Lugela, em 1908. Todas estas pequenas companhias estavam localizadas na actual província central da Zambézia⁹¹.

É importante grifar que as companhias, tanto as majestáticas como as mais pequenas, no âmbito das suas obrigações para com Portugal, tinham que proceder a ocupação militar das áreas à elas concedidas. E como era de se esperar, este processo de ocupação militar não se mostrou fácil, pois as companhias enfrentaram forte resistência por parte dos povos locais, e só nas primeiras duas décadas do século XX é que conseguiram controlar a totalidade das regiões que lhes foram concedidas⁹².

Se em partes da zona Centro e Norte da região de Moçambique, a estratégia de ocupação portuguesa foi o arrendamento de grandes extensões de terra, na parte Sul, a ocupação se fez por via militar. Assim, em 1895, Portugal enviou uma expedição militar composta por “2000 homens armados de metralhadora para derrotar o reino”⁹³ mais imponente da região, e que representava o principal óbice para que os portugueses pudessem se instalar plenamente – o Reino de Gaza. Neste mesmo ano a tropa portuguesa conseguiu derrotar o Reino de Gaza, mas, evidentemente, foi-lhe imposta uma resistência tenaz por parte do exército de Gaza, principalmente nas

⁸⁸ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 41; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 16.

⁸⁹ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 16; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 41.

⁹⁰ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 41-42. Ver também SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 201-247.

⁹¹ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 16; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 41-42.

⁹² SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 228-236 e 234-330.

⁹³ THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* P. 35.

batalhas de Marracuene e Colela⁹⁴, onde as tropas portuguesas venceram com grandes dificuldades⁹⁵. É preciso vincar que a destruição do Reino de Gaza, é vista pelos portugueses como “o marco da instalação do Estado português na região” de Moçambique⁹⁶. Com isto, não se quer aqui dizer que a ocupação militar terminou, pois outras regiões de Moçambique continuaram fora da alçada portuguesa pelo menos até cerca de 1930⁹⁷.

É preciso referenciar aqui que em 1889, no Transval, surgiu uma importante organização que veio impulsionar a indústria mineira – a Câmara das Minas. Criada por um grupo de minas, por sinal as principais e maiores, esta organização tinha como objectivo “regulamentar e uniformizar a exploração mineira e representar os interesses das minas a ela afiliadas”⁹⁸. Foi, portanto, no seio desta organização que acabou sendo criada, em 1897, uma agência de recrutamento que se chamava *Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA) – os motivos da sua criação são óbvios: desvincular as companhias mineiras da dependência do fornecimento de trabalhadores, que era feito pelos recrutadores independentes; regular e ampliar a oferta de trabalho e erradicar o pagamento dos supostos altos salários, que como vimos, eram condicionados pela concorrência por força de trabalho entre as minas⁹⁹.

É importante mencionar que logo após a destruição do Reino de Gaza e a consequente implantação do Estado colonial na região Sul, o governo colonial português apressou-se em estabelecer contactos com o Transval a fim de criar um sistema de recrutamento. Foi na base desses contactos que eles acabaram assinando, em 1897, o Regulamento para o Engajamento dos Indígenas na Província de Moçambique para o Trabalho na República do Transval¹⁰⁰. Nele estabeleceu-se, por exemplo, que o recrutamento devia ser feito somente por agentes reconhecidos pelo

⁹⁴ Estas batalhas foram travadas, respectivamente, a 2 de Fevereiro e 7 de Novembro de 1895. COVANE, Luís. *As relações económicas...*P. 35.

⁹⁵ SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 213-220; THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* Pp. 35-38.

⁹⁶ THOMAZ, Fernanda. *Op. Cit.* P. 36; COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 35.

⁹⁷ SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 213-222.

⁹⁸ MUNGÓI, Dulce. *Op. Cit.* P. 68; COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 15.

⁹⁹ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 181-182; MUNGÓI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 20-21; MCCULLOCH, Jock. *Op. Cit.* P. 9; COVANE, Luís. *O trabalho migratório...*Pp. 100; 102 e 103; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 22.

¹⁰⁰ COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 101.

governo colonial português; e atribuiu-se o monopólio de recrutamento de mão-de-obra nas “terras de Moçambique” à WNLA¹⁰¹. E neste sentido, é oportuno frisar que os migrantes que fossem para as minas e não tivessem tido uma autorização oficial dos portugueses para empreender tal viagem eram classificados como clandestinos¹⁰².

Dito isto, a meu ver, a acção levada a cabo pelo governo colonial português, no sentido de regularizar a migração, mostra basicamente três aspectos. O primeiro, e bastante óbvio, o governo colonial pretendia se transformar, pelo menos em Moçambique, no único fornecedor de mão-de-obra para as minas, a fim de lucrar o máximo possível com o velho fluxo migrante¹⁰³. Segundo, a incapacidade do capital português para explorar a mão-de-obra local empregando-a em empreendimentos económicos¹⁰⁴. Terceiro, ao trabalhador esvaziava-se por completo a capacidade de vender a sua força de trabalho pela maior oferta, bem como de escolher em qual companhia mineira gostaria de “oferecer” os seus serviços¹⁰⁵.

É necessário referenciar que em 1901, através de um acordo assinado, igualmente, entre o Transval e o governo colonial português, o chamado *Modus vivendi*, o monopólio de recrutamento concedido à WNLA sofreu uma pequena alteração, na medida em que passou a se circunscrever somente na região Sul de Moçambique¹⁰⁶. Ao que tudo aponta, ao reduzir o monopólio à região Sul, o governo colonial tinha como objectivo evitar conflitos com as companhias concessionárias, uma vez que a gestão dos recursos humanos nas áreas “das” companhias era um assunto que somente a elas cabia. Ou seja, somente as companhias podiam autorizar o recrutamento de mão-de-obra nas “suas” terras¹⁰⁷.

Deve ser sublinhado aqui que, ao controlar o fluxo migratório, tal como acontecia com os antigos chefes locais, o governo colonial português, através de cobranças de taxas de migração, conseguia arrecadar avultadas somas de dinheiro. O grande diferencial aqui é que as configurações burocráticas montadas pelos portugueses,

¹⁰¹ Ibidem. P.107. Ver também ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 181-182; MORAIS, Carolina. *Op. Cit.* P. 73.

¹⁰² COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 101-106.

¹⁰³ COVANE, Luís. *As relações económicas...*P. 37.

¹⁰⁴ Ibidem. P. 36.

¹⁰⁵ COVANE, Luís. *O trabalho migratório...*P. 112.

¹⁰⁶ Ibidem. P. 103.

¹⁰⁷ SERRA, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 235-236.; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* 19-21.

transformava esse fluxo numa verdadeira “máquina de fazer dinheiro”. Aliás, não é por acaso que Mouzinho de Albuquerque - um dos comandantes das ofensivas contra o Reino de Gaza, e mais tarde nomeado comissário régio de Moçambique (1896-1898)¹⁰⁸ - via esse fluxo como um “grande elemento de riqueza” para o governo colonial português¹⁰⁹. Num dos seus artigos, o jornal *O Africano* foi um pouco mais longe e chegou a considerar esse fluxo como o “motor da riqueza”¹¹⁰ da colónia de Moçambique. Ao que tudo aponta, essas asserções não eram sem razão. Para dar alguns exemplos dos ganhos a favor dos portugueses, recorro mais uma vez ao Zamparoni, onde aludindo sobre o Regulamento afirma que:

[...] Estabelecia a exigência de licenças para os recrutadores, para atuação num único distrito, ao custo de 909\$000 réis em moedas de ouro, entre imposto, emolumentos e caução, pagos antecipadamente. [Por] cada contrato deveria pagar [-se] emolumentos de 4\$500 réis-ouro e a cada passe concedido ao trabalhador engajado pagar-se-ia 1\$680 réis-ouro na vila fronteiriça de Ressano Garcia, único ponto autorizado a permitir a saída de trabalhadores. Chegados à África do Sul, os passes eram novamente visados pela Curadoria dos Indígenas, ao custo de 2 shilings e 6 pences; a mudança de patrão, nos raros casos em que isso era tentado ou permitido aos “indígenas”, este deveria pagar 20 shelings à Curadoria, e, para cada trabalhador que o engajador não apresentasse ao Curador haveria uma multa de 9\$000 réis em moedas de ouro¹¹¹.

Olhando para estas exigências fiscais, se calhar podemos tender a pensar que a regularização do fluxo da mão-de-obra acabava, em última instância, por “pesar” aos bolsos dos proprietários das companhias mineiras. Entretanto, um olhar mais detido mostra que a coisa não era bem assim. Parece que as minas conseguiam amortizar os custos de recrutamento através das frequentes “reduções deliberadas dos salários” dos mineiros¹¹².

¹⁰⁸ COVANE, Luís. *As relações económicas...*P. 35-36.

¹⁰⁹ ALBUQUERQUE, Mouzinho. *Op. Cit.* P. 106; COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 37.

¹¹⁰ “O Motor da Riqueza suspenso” de Joshua Macabele publicado em *O Africano*, 08/03/1919. In: ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 193. Nota de rodapé. Ainda sobre a importância de trabalho migratório para economia colonial ver COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 36.

¹¹¹ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 183. Ainda sobre os ganhos, ver também BOUENE, Felizardo & SANTOS, Maciel. “O *modus vivendi* entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909). Um caso de “imperialismo ferroviário”. *Africana Studia*, nº 9, 2006, P. 244.

¹¹² NEWITT, Malyn. *Op. Cit.* P. 430; RITA-FERREIRA, António. *Op. Cit.* P. 77; CALLINICOS, Luís. *Op. Cit.* P. 50.

Ainda sobre os ganhos, Zamparoni adita que para “além da extração fiscal direta, o Estado colonial em Moçambique passou posteriormente a beneficiar-se do *deferred paid*”¹¹³. Efectivado com carácter obrigatório a partir de 1928, através de uma Convenção assinada entre o governo colonial português e a União Sul-Africana¹¹⁴, o *deferred paid* era um sistema que postulava que após nove meses de contracto, 50% do salário dos trabalhadores seriam descontados pelas minas para serem pagos em Moçambique no fim dos contractos, em escudos, na altura a moeda moçambicana¹¹⁵. Deve-se realçar aqui que, através de um Acordo assinado em 1964, pelos mesmos signatários da Convenção de 1928, o montante do *deferred paid* sofreu um pequeno aumento, na medida em que os trabalhadores passaram a ser descontados 60% do seu salário, após os primeiros seis meses de contracto¹¹⁶ - é interessante notar que até a altura em que desenvolvi o trabalho em tela, o *diferred paid* continuava em vigor. É oportuno pontuar aqui que, como também se verá mais adiante, este sistema sempre foi bastante impopular entre os mineiros.

Importa esclarecer que, na verdade, o *deferred paid* já existia desde o ano de 1909, quando foi assinado uma Convenção entre o governo colonial português e o Transval, mas só que nesta altura tinha um carácter opcional¹¹⁷. Não consegui encontrar nenhum dado que mostre que o *deferred paid* tenha sido aplicado (envolvendo estes dois actores) antes de ter sido introduzido de forma obrigatória, em 1928.

Com base no exposto acima, talvez a questão que pode surgir para um leitor leigo no assunto é: como, em termos práticos, o *deferred paid* era vantajoso para o governo colonial português? Em relação a esta indagação, Ruth First é bastante elucidativa quando afirma que este sistema fornecia uma espécie de “crédito sem juros ao sistema financeiro colonial”, visto que “os pagamentos diferidos eram transferidos mensalmente e congelados numa conta bancária até ao regresso do mineiro”; garantia

¹¹³ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 183. FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 23

¹¹⁴ A União Sul-Africana foi criada em 1910 na região da África do Sul, com o estatuto de domínio do império britânico, na sequência da derrota das repúblicas boers pelos britânicos na guerra que decorreu entre os anos 1899 e 1902. A União era formada pelas duas colónias britânicas, bem como as duas repúblicas boers.

¹¹⁵ COVANE, Luís. *O trabalho migratório...* Pp. 105-106.

¹¹⁶ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* 72; Acordo de 1964. Artigo X. P. 18.

¹¹⁷ COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 116-117; MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 71.

a entrada de divisas estrangeiras no país – onde as mesmas podiam, “em alguns casos”, serem pagas em ouro; evitava que os trabalhadores gastassem todo o seu salário na África do Sul e, neste sentido, forçava que parte do salário fosse gasto em Moçambique, usualmente em postos comerciais portugueses¹¹⁸. Fazendo um gancho em relação ao último ponto, deve-se realçar que estes salários foram o principal esteio da economia comercial das aldeias – particularmente na região Sul – até a independência de Moçambique, em 1975¹¹⁹.

É importante referenciar que, apesar da existência da migração da mão-de-obra pelos canais concebidos como oficiais, sempre houve, em paralelo, a migração que na lógica colonial era considerada como clandestina. Vários são os autores que afirmam, inclusive, que o fluxo migratório “clandestino” era, de longe, muito superior ao “oficial”¹²⁰. A ser verdade, essa realidade mostra, por um lado, a ineficácia da polícia colonial quando o assunto era patrulhar as zonas fronteiriças. Por outro, a incapacidade da economia colonial portuguesa em Moçambique de absorver os trabalhadores que não estavam em condições de migrar no âmbito dos acordos entre a administração portuguesa e o governo sul-africano¹²¹.

Olhando para os homens que faziam parte do fluxo “clandestino”, percebe-se automaticamente as forças propulsoras por detrás do mesmo. De acordo com Covane, a migração clandestina era feita pelos seguintes sujeitos: os jovens menores, os rejeitados pela inspecção médica, os fugitivos dos contractos de trabalho forçado ou do serviço militar, os endividados com os impostos, os criminosos, os que moravam próximo à fronteira com a região da África do Sul, os que queriam ter a possibilidade de escolher o patrão e as minas aonde trabalhar, os que evitavam o *deferred paid*, entre outros¹²². Segundo Zamparoni, a migração “clandestina”, quando não era feita “com a

¹¹⁸ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 72; NORMAN, William. *Living on the frontline: Politics, migration and transfrontier conservation in the Mozambique villages of the Mozambique-South Africa borderland*. Tese de Doutorado, LSEPS, London, 2004. P. 45; COVANE, Luís. *As relações económicas...* Pp. 81-82 e 97-98.

¹¹⁹ NEWIT, Malyn. *Op. Cit.* P. 459; COVANE, Luís. *O trabalho migratório...*Pp. 169-176.

¹²⁰ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 179-181; COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 213-14; NEWIT, Malyn. *Op. Cit.* P. 460; MORAIS, Carolina. *Op. Cit.* P. 74; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 130.

¹²¹ COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 107.

¹²² COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 106; ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 215; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 130

ajuda de recrutadores independentes” – tornados ilegais após os “acordos com o Transval”, era feita por grupos de homens pertencentes a uma mesma aldeia ou região¹²³.

De qualquer forma, a meu ver, o trajecto para as minas por via “clandestina” era, no mínimo, pouco recomendável, e, no máximo, um autêntico suicídio. De acordo com Zamparoni, migrar de forma “clandestina” “significava andar dias e dias a pé[,] evitando os caminhos mais conhecidos e patrulhados por tropas de *sipaíos*”¹²⁴. O autor complementa ainda que “os que tinham parentes pelo caminho eram por eles ajudados”; já para aqueles que não tinham, este trajecto se mostrava bastante complexo, uma vez que as pessoas eram temerárias que os migrantes, por exemplo, fossem “potenciais transmissores de doenças” ou até mesmo espíritos malignos e, desta forma, tratavam-lhes de forma muito pouco amistosa¹²⁵. E por fim, o autor pontua que

“[...] para enfrentar tamanha jornada, [os migrantes] tinham que carregar [carregavam] pesados fardos com cobertores e agasalhos para protegerem-se do frio, e panelas, água, mandioca, farinha de milho, sal, para garantir a alimentação, além de rolos de tabaco, usado quer para comprar comida quer como pagamento nas travessias de rios”¹²⁶.

Neste trajecto para as minas não era incomum, afirma Zamparoni corroborado por Harries, por exemplo, estes homens “clandestinos”

[...] serem atacados não só por animais selvagens, mas também por salteadores, falsos policiais que os extorquiam, ou [...] serem interceptados por policiais a serviço das empreiteiras que os obrigavam a trabalhar na construção de ferrovias ou obras públicas; ou ainda [...] sujeitarem-se a agricultores brancos de ambos os lados da fronteira, que exigiam dinheiro ou trabalho como direito de passagem por suas terras¹²⁷.

De acordo com Harries, perante o cenário descrito nos parágrafos acima, muitos simplesmente davam a volta e desistiam da viagem; muitos morriam pelo caminho por

¹²³ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 215; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 118.

¹²⁴ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 215. Ver também HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 202-201. Os *sipaíos* eram uma espécie de polícia colonial, mas que era formada por homens locais.

¹²⁵ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 215; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 118.

¹²⁶ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 215; Ver também HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 117-118.

¹²⁷ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 215-216; HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp. 115-117.

doenças, fome, frio, exaustão, etc; e muitos conseguiam chegar às minas, mas muitas das vezes emaciados, desnutridos e doentes¹²⁸. Harries acrescenta ainda que muitos chegavam tão mal que eram acomodados nos *compounds*, e por lá permaneciam por cerca de um mês ou mais sem trabalhar, até que se recuperassem e estivessem aptos fisicamente para poderem lher dar com o árduo trabalho das minas¹²⁹.

Esta acomodação reacende, por exemplo, imagens do tráfico de escravo para o Brasil, sobretudo se olharmos que muitos dos africanos que pelo suplício das viagens chegavam magros, eram levados para as chamadas casas de engorda – que eram locais onde eles permaneciam até ficarem com aparência saudável e, em seguida, eram vendidos. Alias, não é só essa acomodação que lembra o tráfico de escravos¹³⁰. A forma anti-humana como como os recrutas eram transportados para as minas, bem como a lexicografia envolvida nesse fluxo migrante também lembra. Em relação a este último aspecto, serve de exemplo alguns termos como clandestino, engajadores, desertores, niggers¹³¹...

Contudo, é preciso destacar que as companhias mineiras eram bastante receptivas aos migrantes “clandestinos”, pois parece que para elas “era mais barato pagar eventuais multas por emigração clandestina [...], do que arcar com todo o processo de recrutamento”¹³² que, como se viu, não se mostrava pouco dispendioso.

¹²⁸ HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* Pp.115-118; ver também ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 216.

¹²⁹ HARRIES, PATRICK. *Op. Cit.* P. 117; CLEVELAND, TODD. *Op. Cit.* P. 56.

¹³⁰ Disponível: <https://rioonwatch.org.br/?p=20172>. Acessado a 20 de Fevereiro de 2020.

¹³¹ Ver HARRIES, Patrick. *Op. Cit.* P. 127.

¹³² ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 216; SMITH, Mathew. *Op. Cit.* P. 35; COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 108.

Fotografia 3 – Migrantes “clandestinos” a caminho das minas



Fonte: CALLINICOS, Luli. *Gold and Workers (1886-1924)*. Johannesburg: CADEC, 1987. P. 34.

De qualquer forma, não é sobre os que migravam de forma “clandestina” que o meu trabalho versa – até porque não se figura tarefa fácil estudá-los, pois as fontes que falam sobre eles são bastantes exíguas. Ou seja, o meu olhar é voltado, basicamente, sobre os que migravam no âmbito dos acordos entre Moçambique e África do Sul.

É interessante notar que, ao contrário dos antigos chefes locais, o governo colonial português, desde muito cedo – para ser um pouco mas preciso, desde o Regulamento de 1897 até o Acordo de 1964 – se mostrou “preocupado” com o bem-estar e saúde dos trabalhadores que eram por si tutelados. Aos portugueses interessava, só para aqui exemplificar, que os “seus” trabalhadores fossem tratados de forma equitativa em relação aos sul-africanos no respeitante a questões como por exemplo acomodação, dieta alimentar, vestimenta, período de repouso, acidentes e doenças que fossem adquiridas ocupacionalmente¹³³.

¹³³ LISBOA, *Acordo de 1964* (1964), Artigo 13º, P. 10; ver também o mesmo artigo em MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 72-73. No respeitante a todos os acordos firmados entre o governo colonial português e autoridades sul-africanas em torno do trabalho migratório, ver COVANE, Luís. *As relações económicas...*Pp. 18-34; 45-56; 68-78 e 100-123.

Aos meus olhos, esta “preocupação” por parte do governo colonial português não deve, de forma alguma, ser vista como um gesto filantrópico ou paternalista, mas sim como uma *tentativa* de se criar condições mínimas para que este fluxo se mantivesse e se reproduzisse – afinal de contas não se está aqui a falar do “motor da riqueza da colónia” de Moçambique? Não parece natural que os portugueses tentassem, de alguma maneira, proteger o tal “motor”? O interessante aqui a ser notado é que a “preocupação” dos portugueses estava mais virada para a situação dos mineiros nas minas, e não, por exemplo, para a forma como o recrutamento se processava – chamou-me atenção, para falar aqui apenas de um único aspecto, as condições em que os recrutados eram transportados para as minas, assunto este que falarei com um pouco mais de detalhe nos parágrafos que seguem.

No entanto, é preciso destacar aqui que esta “preocupação” – por parte do governo colonial português, com o bem-estar e saúde dos trabalhadores que eles tutelavam – parece que terminava mesmo no campo legislativo. Digo isto porque desconheço acções administrativas concretas e sistemáticas no terreno que visassem salvaguardar o tal bem-estar e saúde dos trabalhadores – na verdade, é esta a razão nuclear que me faz crer com uma dose significativa de veemência que a tal “preocupação” se tratava de uma “tentativa...”

De qualquer forma, a meu ver, o que se verificou neste período é que, tal como no período passado, quase todo o circuito que envolvia a mineração ainda continuava a perigar a saúde dos trabalhadores, mas talvez não nos mesmos moldes. Começarei por analisar a forma como o recrutamento se processava. Inicialmente, é preciso mencionar aqui que diferentemente do que acontecia no período transacto, neste período, com base nos acordos que regiam o fluxo migratório, nenhum trabalhador podia ser recrutado sem passar por inspecção médica na sua zona de origem¹³⁴. Mas entretanto, parece que a rigurosidade dessas inspecções flutuava ao sabor das necessidades de mão-de-obra por parte das minas. A este respeito, Newitt afirma que, quando as minas precisavam com urgência de mão-de-obra, as exigências nas inspecções médicas baixavam, e quando não precisassem tanto, as exigências eram bastante altas¹³⁵.

¹³⁴ COVANE, Luís. *O trabalho migratório...* P. 108; SHEPHERD, W. *Op. Cit.* P. 255.

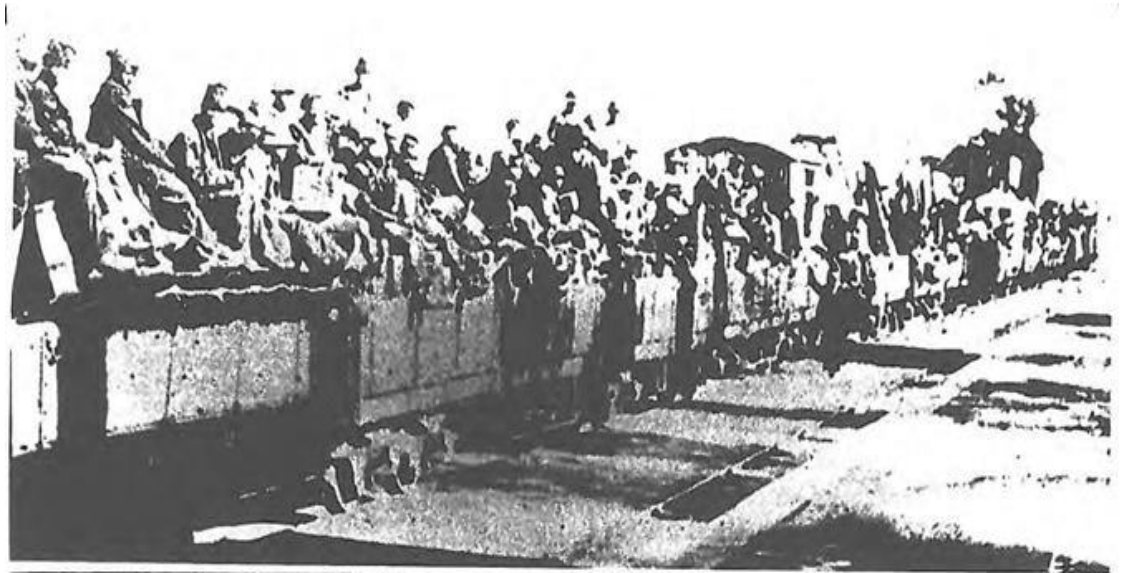
¹³⁵ NEWITT, Malyn. *Op. Cit.* P. 435; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 53.

Portanto, pode-se perceber que, ao baixar as exigências médicas, podia-se estar a introduzir nas minas indivíduos cuja potencialidade em contrair e/ou disseminar doenças podia ser alta – ou seja, os médicos estavam também neste período a mando do capital e, como tal, priorizavam as suas exigências.

Em adição, o outro problema que considero nocivo à saúde dos trabalhadores eram as condições dos meios usados para se chegar às minas. Sobre essa questão, Zamparoni, citando o jornal *O Africano*, afirma que perante “à inclemência do sol, da chuva, e do frio”, os trabalhadores iam para as minas “embarcados em vagões [de comboio] abertos, próprios para o transporte de gado, ou completamente fechados, próprios para o transporte de cargas, tão superlotados que não permitiam deitar”. E como alimento para suportar os fatídicos dois dias de viagem, os trabalhadores eram oferecidos “02 biscoitos”¹³⁶.

¹³⁶ (OA, 08/12/1911). In: ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 195-196; ver também SHAPHERD, W. *Op. Cit.* Pp. 254-255.

Fotografia 4 – Vagões de comboio embretumado de gente rumo às minas

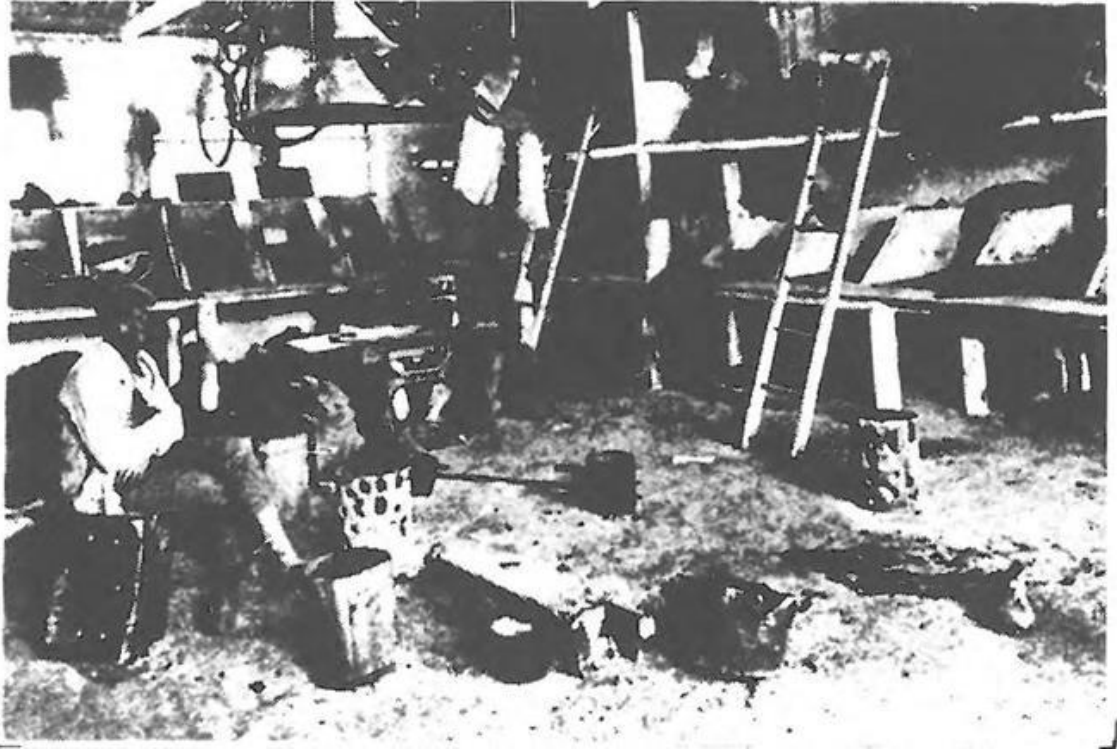


Fonte: CALLINICOS, Luli. *Gold and Workers (1886-1924)*. Johannesburg: CADEC, 1987.P. 20.

Em relação ao período passado, neste período, de uma forma geral, as condições nos *compounds* parecem ter melhorado significativamente. De acordo com Packard, em algumas companhias mineiras foram construídos *compounds* melhores, introduziu-se sistema de água encanada e reduziu-se as superlotações nos dormitórios. Todavia, o autor avança ainda quem em muitas minas as condições nos *compounds* não registaram avanços ou até mesmo pioraram. Neste seguimento, o autor afirma que, por exemplo, muitas minas não dispunham de um sistema de água encanada, e ainda usavam água de poço, mesmo com os seus problemas de saúde inerentes¹³⁷.

¹³⁷ PACKARD. Randal. *Op. Cit.* P. 171.

Fotografia 5 – Interior dos dormitórios nos *compounds*



Fonte: CALLINICOS, Lulli. *Gold and Workers (1886-1924)*. Johannesburg: CADEC, 1987. P. 18.

Ao que tudo aponta, parece que as condições no subterrâneo das minas, no geral, não melhoraram tanto assim quando comparado com o período passado. As pequenas grandes mudanças parecem ter sido o facto de algumas minas construírem salas de espera, aonde os mineiros aguardavam antes de descer ao subterrâneo; oferecerem equipamentos de protecção individual; construírem banheiros. Ou seja, as grandes ameaças à saúde dos trabalhadores, tais como altas temperaturas, humidade, fraca ventilação, etc., permaneceram.

É preciso não perder de vista que essas melhorias nos *compounds* e no subterrâneo das minas foram paulatinas. O que significa dizer que as minas continuaram a ceifar milhares de vidas. Segundo Smith, só nas primeiras três décadas do século XX, cerca de 93.000 mineiros africanos morreram por doenças nas minas do

Transvaal¹³⁸. A tabela 1 abaixo traz as principais causas da mortalidade por entre a população mineira da região de Moçambique que trabalhava no Transvaal durante o primeiro semestre de 1913. Como bem pontua Zamparoni, “os dados indicam que tais mortes estão intimamente associadas às inseguras condições de trabalho nas galerias, à má alimentação, superlotação e insalubridade generalizada nos *compounds* [...]”¹³⁹.

Tabela 1 – Mapa necrológico de mineiros no Transvaal-1913

Causa mortis	Totais	%
Pneumonia	1.003	41,36
Meningite	226	9,32
Acidentes	212	8,74
Tuberculose	205	8,45
Tísica de mineiro ou silicose	94	3,87
Disenteria	92	3,80
Febre Tifóide	62	2,55
Escorbuto	37	1,53
Diarreia	12	0,50
Paludismo	12	0,50
Outras doenças	470	19,38
Total	2.425	100,00
Total de mortos por doenças	2.213	91,25

Fonte: AZEVEDO, J. *Relatório do Curador – Ano económico 1912-1913*. Curadoria dos Indígenas Portugueses no Transval. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1913, p. 22. In: ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. 2. Ed. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2012. P. 197.

É preciso evidenciar que os números da tabela acima, dizem respeito somente as mortes que ocorreram enquanto os trabalhadores ainda faziam parte do quadro dos funcionários das minas, mas não fazem menção à aqueles mineiros que eram

¹³⁸ SMITH, Mathew. *Op. Cit.* P. 12.

¹³⁹ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* P. 196.

repatriados com a saúde completamente arruinada, e que como consequência disso, perderam a vida nas suas respectivas zonas de origem¹⁴⁰.

Pela natureza de algumas doenças que acometiam os trabalhadores, é mais do que lógico pensar que muitos dos migrantes retornados das minas acabavam se tornando vectores de transmissão destas moléstias nas suas áreas de origem. Em relação a este aspecto, Zamparoni afirma, uma vez mais, que lá para os anos de 1913, a tuberculose e a pneumonia “eram apontadas como as principais causadoras de morte entre a população moçambicana nos distritos de Lourenço Marques, Inhambane e Gaza, mesmo entre aqueles que nunca tinham ido às minas”¹⁴¹ – lembrando aqui que essas doenças pulmonares “transmitem-se com desenvoltura, principalmente em situações de fome e desnutrição”¹⁴². Parece que as doenças venéreas eram também outras das moléstias que compunha o leque de doenças que os mineiros eram portadores e espalhavam nas suas comunidades. A este respeito, o autor afirma que os mineiros:

“[...] Disseminavam pelas aldeias não só as doenças pulmonares, mas também o sífilis e a gonorreia, temidas tanto pelo sofrimento físico e pelas mortes que causavam, quanto porque esterilizavam as mulheres – algo grave para as sociedades nas quais é fundamental a descendência e que marginaliza as pessoas estéreis [...]”¹⁴³.

É interessante notar que mesmo com todos os malefícios físicos e mentais que a indústria mineira causava aos mineiros e às suas comunidades, ela ainda tinha o despudor de reputar o trabalho migratório como algo “altamente benéfico para as populações indígenas”¹⁴⁴. Para demonstrar esta lógica de raciocínio, recorro à fala do presidente da Câmara das Minas. Esta fala foi retirada do livro de António Rita-Ferreira intitulado “O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e África do Sul”. Em nenhum momento o autor menciona o contexto em que ela foi proferida, limitando-se apenas a dizer que foi expressa em “Junho de 1960”. Assim, segundo o presidente:

“Desde há muito que vem sendo reconhecida a influência civilizadora que as minas de ouro exercem sobre o indígena tribal. Essas centenas de milhares de homens oriundos de tantas regiões subdesenvolvidas da África austral são, nas nossas minas, postos em contacto com a

¹⁴⁰ ZAMPARONI, Valdemir. *Op. Cit.* Pp. 201-202.

¹⁴¹ *Ibidem.* P. 198.

¹⁴² *Ibidem.* P. 198

¹⁴³ *Ibidem.* Pp. 202-203.

¹⁴⁴ RITA-FERREIRA, António. *Op. Cit.* P. 73.

civilização ocidental, de um modo que lhes evita esses males, que, no resto do planeta, se encontram normalmente associados à transição de ambientes agrícolas para industriais. Vivem em sociedades bem ordenadas e bem protegidas, escudados contra a existência cheia de riscos dos bairros indígenas. O alojamento, a alimentação equilibrada, a assistência médica e hospitalar, completamente gratuitas, representam quase sempre um grande melhoramento no seu modo de vida habitual, na sua saúde, no seu bem-estar físico [...] ¹⁴⁵.

Olhando para a fala acima, fica claro que o magnífico senhor presidente “esqueceu-se” de mencionar os números assustadores de doenças e acidentes de trabalhos que as companhias mineiras sul-africanas colecionavam. Em outras palavras, parece que esse era um típico discurso “para o inglês ver”.

Contudo, parece evidente que apesar das minas, nesse período, terem registado algumas melhorias relativamente ao período transacto, o facto é que elas continuaram a desafiar as condições básicas de higiene e salubridade e, conseqüentemente, se mantiveram na sua senda recta de fazer inúmeras vítimas mortais quer por acidentes, quer por doenças.

2.3 MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE E A MIGRAÇÃO

Para começar, é preciso referenciar aqui que, a independência de Moçambique em relação à Portugal se deu somente no terceiro quartel do século XX, mais precisamente no dia 25 de Junho de 1975. Portanto, esta independência não foi conquistada de forma pacífica, muito pelo contrário. A semelhança de todas as colónias portuguesas no continente africano, também em Moçambique foi necessária uma luta por via armada e de carácter nacional contra o colonialismo português – vale lembrar que este conflito bélico foi liderado pela FRELIMO ¹⁴⁶ e durou dez anos, isto é, entre

¹⁴⁵ Ibidem. Pp. 73-74.

¹⁴⁶ A fundação da FRELIMO se deu a 25 de Junho de 1962, em Dar-es-Salam, na Tanzânia. Ela é, na verdade, resultado de um mesclar de três movimentos nacionalistas de base “regional”: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMO) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). DE BRITO, Luís. *A Frelimo, o marxismo e a construção do estado nacional 1962-1983*. Maputo: IESE, 2019. P. 31; MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976. P. 128; MACAGNO, Lorenzo. “Fragmentos de uma

1964 e 1974. Após a independência, no seu terceiro congresso, em 1977, a FRELIMO adoptou o marxismo-leninismo como ideologia de governo¹⁴⁷.

A análise das fontes faz-me perceber que antes de 1975, as relações políticas e económicas entre Moçambique e África do Sul eram bastante harmónicas¹⁴⁸. No entanto, parece que com a independência de Moçambique, as relações entre estes dois Estados passaram a ter um sabor acentuadamente amargo. De um lado, o “novo” Moçambique repudiava com veemência o governo minoritário do *apartheid*¹⁴⁹. Do outro, a África do Sul olhava para a ideologia marxista-leninista adoptada pela FRELIMO como uma potencial entrave para as suas ambições políticas e económicas¹⁵⁰.

É preciso pontuar aqui que nos meados da década de 1970, Moçambique não era o único país que não tinha afinidade com o regime do *apartheid*. Vários países da região, que na altura já se encontravam independentes, tais como Angola, Botswana, Tanzânia e Zâmbia, também não reuniam qualquer tipo de simpatia em relação ao *apartheid*. Para ser um pouco mais preciso, os países da região, incluindo Moçambique, estavam contra o regime de minoria branca existente não somente na África do Sul, mas também na Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) e na Namíbia¹⁵¹. A oposição em relação à estes regimes de minoria branca foi formalizada através da criação de uma organização, em 1976, chamada Estados da Linha de Frente (ELF). O objectivo do ELF

imaginação nacional”. *Revista Brasileira de Ciências sociais*, vol.24, n° 70, 2009. P. 18; MUNGUI, Dulce. *Op. Cit.* P. 52. Nota de Rodapé.

¹⁴⁷ MUNGUI, Dulce. *Op. Cit.* P. 52; DE BRITO, Luís. *Op. Cit.* Pp. 87 (Nota de rodapé) e 92; MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.* P. 17-18; FERNANDES, Carlos. “Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos”. *Afro-Ásia*, n° 48, 2013. Pp. 27-28; GASPAS, Napoleão. *Op. Cit.* P. 48.

¹⁴⁸ MUNGUI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 55-56; GASPAS, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 48.

¹⁴⁹ Regime de segregação racial que vigorou oficialmente entre os anos 1948 e 1994, onde os direitos da maioria dos habitantes (negros, mestiços e indianos) foram cerceados a favor do governo formado pela minoria branca. LACERDA, Tamires et al. “O apartheid na política internacional entre 1948 e 1994”. *Conjuntura Internacional*. Vol. 12, n° 3, 2015. Pp. 179-184.

¹⁵⁰ MAHARAJ, Mac. “Determinantes Internas da Política Externa de Pretória”. *Estudos Moçambicanos*, n° 7, 1990, P. 100. Ver também DÖPCKE, Wolfgang. “Uma nova política exterior depois do Apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n° 41, 1998, P. 137; DARCH, Colin. “Trabalho Migratório na África Austral: Um Apontamento Crítico Sobre a Literatura Existente”. *Estudos Moçambicanos*, n° 3, 1981, P. 87; MUNGUI, Dulce. *Op. Cit.* P. 55; COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 245; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. Viii; MUNGUI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 55-56.

¹⁵¹ CASTELO-BRANCO, Luís. A Política Externa Sul-Africana: do Apartheid a Mandela. Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa, 2003, Pp. 108-109 e 110-111. É importante lembrar que nesta altura a Namíbia era domínio da África do Sul.

“era coordenar esforços, recursos e estratégias de apoio aos movimentos de libertação na região”, nomeadamente a *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e *Zimbabwe African People’s Union* (ZAPU), na Rodésia do Sul; o *Pan-Africanist Congress of Azania* (PAC) e o *African National Congress* (ANC), na África do Sul; e a *South West People’s Organisation* (SWAPO), na Namíbia¹⁵².

Foi precisamente neste âmbito que Moçambique passou a apoiar o ANC. No entanto, parece que com este gesto de solidariedade, Moçambique acabou pagando uma factura muito alta, pois foi neste contexto que como forma de desencorajar Moçambique a continuar prestando apoio ao ANC, a África do Sul, por exemplo, em 1986, orquestrou um plano que culminou com a morte de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique, vítima de um acidente de aviação¹⁵³.

O interessante aqui a ser notado é que, apesar dos antagonismos existentes entre Moçambique e a África do Sul, a migração da mão-de-obra moçambicana para as minas sul-africanas em momento algum parou¹⁵⁴. Entretanto, ao que tudo aponta, a manutenção do trabalho migratório por parte do governo da FRELIMO, pelo menos inicialmente, não foi algo que foi feito de ânimo leve. Já no período da luta de libertação nacional, o discurso político da FRELIMO condenava asperamente a natureza da migração sob o colonialismo, na medida em que afirmava que o governo colonial português vinha vendendo criminosamente os moçambicanos para as minas, donde contraíam moléstias incuráveis¹⁵⁵. A partir do momento que tomou o poder, parece que o governo da FRELIMO pretendia, de facto, eliminar o trabalho migratório, e com esta mão-de-obra estimular o desenvolvimento de sectores domésticos, como por exemplo a agricultura e a indústria. O objectivo era, por um lado, tornar o país auto-suficiente e, por outro, reduzir a dependência económica em relação à África do Sul, reforçando a

¹⁵² CASTELO-BRANCO. *Op. Cit.* P. 111; OSOLON, Thomas. “África do Sul e Seus Vizinhos: Estratégias Regionais em Confrontação”. *Estudos Moçambicanos*, nº 8, 1990, P.34. Ver também THOMPSON, Carol. *Challenge to Imperialism: the Frontline States in the Liberation of Zimbabwe*. London: Westview Press, 1985, P. 14.

¹⁵³ MACAGNO, Lorenzo. *Op. Cit.* Pp. 17-18; MINTER, William. *Os contras do apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique – Estudos, 1998. Pp. 60-61. DE BRITO, Luís. *Op. Cit.* P. 98.; CASTELO-BRANCO. P. 110.

¹⁵⁴ MUNGÓI, Dulce. *Op. Cit.* P. 55.

¹⁵⁵ COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 246-248; Ver também o jornal semanal *Tempo*, Junho de 1975; GASPAREL, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 49-51.

economia nacional e ao mesmo tempo enfraquecendo a economia racista do país vizinho¹⁵⁶.

Vale lembrar que Moçambique não era o único país que tinha a sua economia dependente da África do Sul. Quase todos os países da região Austral de África, como Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, se encontravam na mesma condição. Portanto, foi com o objectivo de reduzir essa dependência que estes países criaram, a 1 de Abril de 1980, em Lusaka (Zâmbia), a *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC)¹⁵⁷ (hoje SADC¹⁵⁸). Ora, retornemos ao trabalho migratório.

É preciso mencionar também que a postura inicial do governo da FRELIMO, que advogava o término do sistema do trabalho migratório, chegou até mesmo a suscitar estudos que tinham como objectivo fornecer subsídios suficientemente holísticos para que se compreendesse de forma mais acurada esta questão do trabalho migratório para as minas sul-africanas¹⁵⁹. De todos os estudos, há que destacar o que resultou numa das obras mais expressivas intitulada “O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane”, escrita por investigadores do Centro de Estudos Africanos (CEA) da UEM, que por sinal eram correligionários da FRELIMO¹⁶⁰. Entre outros aspectos, este estudo asseverou, em resumo, que o trabalho migratório

¹⁵⁶ COVANE, Luís *Op. Cit.* Pp. 246-248; GASPARG, Napoleão. *Op. Cit.* P. 50; MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 55-56; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* Pp. 1-4.

¹⁵⁷ ADAM, Yussuf. “A Luta pelo futuro da África Austral: A estratégia do CONSAS e SADCC”. *Estudos Moçambicanos*, nº 3, 1981, Pp. 71-73; JOHNSON, Phyllis & MARTIN, David. *Destructive Engagement: Southern Africa at War*. Harare: ZPH, 1986, Pp. 2-3 e VALIGY, Ismael. “SADCC: Um modelo de Cooperação Regional”. *Estudos Moçambicanos*, nº 9, 1991, P. 167.

¹⁵⁸ *Southern African Development Community*, da qual a África do Sul actualmente também faz parte.

¹⁵⁹ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* Pp. 1-4; MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 55-56.

¹⁶⁰ RUTH, First. *Op. Cit.* Pp. 1-4; MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 56. Este livro foi escrito sob a coordenação de Ruth First, que foi vice-directora e directora científica do CEA-UEM, membro do *African National Congress* e do Partido Comunista Sul-africano. Ela “foi assassinada, com uma carta-bomba, pelos serviços secretos da África do Sul, em agosto de 1982, no seu escritório no CEA”. Três dos seus colegas ficaram seriamente feridos com o ataque: Aquino de Bragança, Bridget o’Laughlin e Pallo Jordan. FERNANDES, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 16-17 e 19 (a última página, ver nota de rodapé); COSTA, Diogo. “Ruth First e a história das ciências em Moçambique”. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, nº 2, 2015. Pp. 18 e 24. MASSANGAIE, Arnaldo. A política externa de Moçambique e sua inserção no processo de integração regional na África Austral. Tese de doutoramento, UFRGS, Porto Alegre, 2017. P. 212.

para as minas não era algo, em si, simples de ser desmantelado. Muito pelo contrário, tratava-se de algo muito antigo e profundamente enraizado – principalmente na região Sul de Moçambique – ao ponto de ter se tornado uma necessidade estrutural por parte da população¹⁶¹.

Parece que perante este estado de coisas, o governo da FRELIMO começou a ter lucidez do quão complexo era o fenómeno que acabava de herdar. O discurso que visava pôr termo ao escoamento contínuo de homens teve de ser ajustado à realidade dos factos¹⁶². Mas, no entanto, parece que não foi somente o facto das zonas rurais estarem estruturalmente integradas como reserva de mão-de-obra para a economia regional dominada pela África do Sul que ditou a manutenção do trabalho migratório.

Na verdade, nos seus primeiros anos, o governo da FRELIMO enfrentou sérias dificuldades económicas. Os elementos que tiveram a sua cota de influência para estas dificuldades são vários, mas, entretanto, destacarei aqui quatro, por mim considerados como sendo elementares. O primeiro deles, sem ser necessariamente em ordem de importância, foi o êxodo da comunidade portuguesa após a independência de Moçambique. Para além de Moçambique ter herdado uma economia marcadamente débil, este êxodo, para piorar ainda mais o cenário, acabou criando uma escassez acentuada de profissionais qualificados, visto que os portugueses, durante o período colonial, e em função dos seus privilégios da cor, eram os únicos que podiam acessar o ensino superior. Há que ressaltar aqui que este êxodo foi acompanhado também por sabotagens económicas, que se traduziram em acções como por exemplo a destruição de “fábricas, equipamentos agrícolas, camiões, máquinas, gado”, etc¹⁶³.

O segundo foi a solidária decisão do governo da FRELIMO em aplicar as sanções da Organização das Nações Unidas (ONU) contra a Rodésia do Sul. Entre 1976 e 1979, Moçambique encerrou a sua fronteira com a Rodésia do Sul¹⁶⁴. A fronteira

¹⁶¹ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* Pp. 1-3; COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 246-248.

¹⁶² COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 246; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* Pp. 2-4; MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 55-56.

¹⁶³ ISAACMAN, Allen & Isaacman, Barbara. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Westview Press, 1983. P. 145. Ver também DE BRITO, Luís. *Op. Cit.* Pp. 101-106; FERNANDES, Carlos. *Op. Cit.* Pp. 27-28; GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 53-54.

¹⁶⁴ Diferentemente das outras colónias britânicas na África, a Rodésia do Sul era a única com um sistema de auto-governo, pois a elite política branca tinha poderes para arbitrar sobre assuntos internos em quase todos os campos, inclusive a defesa. No entanto, vale lembrar que

só foi aberta em 1980, quando a Rodésia do Sul se tornou independente. Como referi *a priori*, uma vez que Moçambique era um dos principais países através do qual a Rodésia do Sul fazia as suas importações e exportações, estima-se que com a aplicação das sanções, Moçambique tenha perdido anualmente em torno de 105 a 165 milhões de dólares – note-se que estes valores seriam provenientes de taxas portuárias, encargos de frete e remessas de trabalhadores migrantes. Perante as sanções, a Rodésia do Sul não se comportou com um mero expectador passivo, visto que retaliou à Moçambique através de ataques militares contra propriedades e equipamentos, cujo prejuízo foi calculado em torno de 300 milhões de dólares¹⁶⁵.

O terceiro foram as calamidades naturais que assolaram Moçambique na primeira década do pós-independência. Destaque aqui vai para as catastróficas cheias de 1977/78 e a prolongada seca de 1982/83, que em muito acabaram por comprometer o caminho para o desenvolvimento agrícola do país¹⁶⁶.

Para finalizar, o quarto e último foi a guerra entre o governo da FRELIMO e a RENAMO¹⁶⁷, ocorrida entre os anos 1976 e 1992, “que era caracterizada por um alto

apesar destes poderes, a autoridade máxima sobre a colónia continuava a ser da Grã-Bretanha. Com a descolonização da África, a Grã-Bretanha almejava que fosse concedida independência à Rodésia do Sul e fosse instalada um governo de maioria negra. Os colonos sul-rodésianos, por seu turno, eram contra essa vontade da metrópole, e a 11 de Novembro de 1965 proclamaram uma Declaração Unilateral de Independência (DUI). Em outras palavras, houve uma ruptura unilateral entre a colónia e a metrópole. Os britânicos pediram a ONU para impor sanções económicas ao novo regime da Rodésia do Sul. A Rodésia do Sul continuou a existir como um Estado não reconhecido graças a assistência dos regimes de minoria branca que ainda existiam na região: a África do sul e Portugal (através da sua colónia de Moçambique) – por exemplo, muitas das importações e exportações de produtos eram feitos por via destes dois países. Neste sentido, com a independência de Moçambique, o novo governo adoptou, como vimos, uma postura rígida (militarmente e economicamente) também em relação ao governo minoritário existente na Rodésia do Sul – recorde-se que esse governo era liderado por Ian Smith. VISENTINI, Paulo. *Zimbabwe*. Brasília: Thesaurus Editora, 2010. 5-10; MINTER, William. *Op. Cit.* Pp. 32 e 41.

¹⁶⁵ GASPAS, Napoleão. *Op. Cit.* P. 54; ISAACMAN, Allen & Isaacman, Barbara. *Op. Cit.* P. 146.

¹⁶⁶ GASPAS, Napoleão. *Op. Cit.* P. 54; COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 258-268.

¹⁶⁷ Resistência Nacional de Moçambique, foi um movimento de guerrilha fundado em 1976, pelo *Rhodesian Central Intelligence Organisation* (CIO) da Rodésia do Sul. A sua criação surgiu em retaliação não só ao apoio que o governo de Moçambique prestava ao ZANU e ZAPU, mas também pelo facto deste mesmo governo ter encerrado as suas fronteiras com a Rodésia do Sul em 1976. Inicialmente, as fileiras da RENAMO eram compostas por homens provenientes de vários quadrantes: agentes da CIO, dissidentes da FRELIMO de antes e depois da independência, agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) (serviços secretos portugueses), recrutados na zona fronteiriça entre Moçambique e Rodésia do

nível de morte e destruição de equipamentos e propriedades”, o que em última instância também acabou atrasando “a implementação das políticas económicas da FRELIMO”¹⁶⁸.

Com base nestas informações pode-se facilmente depreender que, nos primeiros anos, as condições económicas de Moçambique eram bastante críticas. Moçambique não estava em condições de oferecer empregos alternativos aos trabalhadores migrantes¹⁶⁹. Muito pelo contrário, parece que Moçambique precisava mesmo é de aumentar os quantitativos de migrantes para as minas, não só como forma de reduzir as altas taxas de desemprego, mas também de se beneficiar economicamente com este fluxo migrante. Em outras palavras, eliminar o trabalho migratório significava para Moçambique, em termos práticos, uma espécie de suicídio económico. Portanto, foi perante este quadro que o governo da FRELIMO passou a encorajar a migração, chegando a apelar, inclusive, que o governo da África do Sul contratasse mais mineiros¹⁷⁰. Um desses apelos encontra-se num dos artigos do jornal sul-africano *The Citizen*, publicado em Setembro de 1979, cujo título era “Recrutem os nossos trabalhadores, pede Samora à RSA”. Neste artigo, tal como o título sugere, Samora

Sul, e antigos militares moçambicanos que faziam parte do exército colonial na luta de libertação do país. Posteriormente, as fileiras foram sendo alargadas por civis moçambicanos – alguns se incorporavam voluntariamente, outros por coerção, para ser mais concreto, eram raptados. O seu primeiro comandante foi André Matsangaissa, que foi morto em combate, em 1979, pelas forças do governo da FRELIMO, e no seu lugar entrou Afonso Dhlakama. Com a independência da Rodésia do Sul, em 1980, a RENAMO passou a ser armada e dirigida pela África do Sul. Esta acção visava acabar com o apoio que a FRELIMO prestava aos membros do ANC, lutar contra o marxismo frelimiano e aumentar a dependência, em termos económicos, que os países vizinhos tinham reactivamente à África do Sul. O conflito entre a RENAMO e o governo da FRELIMO terminou em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em Roma. HONWANA, Alcinda. *Espíritos vivos, tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002. Pp. 185-188; LORENZO, Macagno. *Op. Cit.* P. 20; MINTER, William. *Op. Cit.* Pp. 2-3 e 8.

¹⁶⁸ GASPAS, Napoleão. *Op. Cit.* P. 54. HONWANA, Alcinda. *Op. Cit.* 242-247. A destruição de propriedades tem uma relação directa com a saúde dos moçambicanos em geral, e em particular com a saúde dos mineiros que regressavam das minas da África do Sul com a saúde debilitada, uma vez que, por exemplo, “nos finais de 1988, 978 postos de saúde rurais – quase metade do total do país – tinham sido destruídos ou forçados a encerrar as suas portas devido aos ataques da RENAMO”. Em outros termos, todos estes sujeitos devem ter tido dificuldades de ter assistência médica hospitalar. MINTER, William. *Op. Cit.* P. 4.

¹⁶⁹ COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 244

¹⁷⁰ MUNGROI, Dulce. *Op. Cit.* P. 56.

Machel basicamente pede que mais mineiros moçambicanos fossem recrutados, por forma a aliviar o sofrimento entre os habitantes nas zonas rurais¹⁷¹.

Ora, parece que a concepção do “novo” Moçambique como ameaça chegou a ser extensiva até mesmo às minas. Segundo Alan Whiteside, a partir dos finais da primeira metade da década de 1970, as minas começaram a recrutar cada vez menos moçambicanos porque elas temiam que estes sujeitos já “estivessem endoutrinados com ideias socialistas”¹⁷². Todavia, apesar desta ameaça, é interessante notar que o ano de 1975 foi o ano recorde no tocante ao recrutamento da mão-de-obra para as minas, uma vez que foram recrutados cerca de 113,484 mineiros¹⁷³ (ver a tabela 2 abaixo).

Tabela 2 – Trabalhadores recrutados pelas minas, 1920-1975 (anos seleccionados)

Ano	Moçambicanos	Total de mineiros recrutados pelas minas	(%)
1920	76,370	211,838	36
1928	66,094	200.202	33
1929	60,831	199,704	30
1930	56,258	230,892	33
1932	39,129	210,341	19
1934	50,665	243,212	21
1936	70,092	308,860	23
1942	74,507	310,406	24
1946	74,117	297,231	25
1947	78,308	295,486	27
1949	82,636	328,042	25

¹⁷¹ *The Citizen*. Joahanesburg, 18.08[sic].1979. In COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 245; GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* P. 55.

¹⁷² WHITESIDE, Alan. The future of foreign labour migration to south Africa” (conferência sobre a economia da África Austral período pós apartheid, Universidade de Nova York, 29 de Setembro – 2 de Outubro de 1986). P. 15. In. COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 245.

¹⁷³ CRUSH, Jonathan et al. *South Africa’s Labour Empire: A History of Black Migrancy to the Gold Mines*. Cape Town: David Philip, 1991. Pp. 232-233. In: GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* P. 34. Ver também FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 51.

1951	89,243	325,834	27
1954	86,103	349,454	25
1959	81,673	425,378	19
1960	79,065	426,951	19
1970	93,773	357,972	26
1973	74,759	352,362	21
1974	86,324	319,974	27
1975	113,484	451,514	25

Fonte: CRUSH, Jonathan et al. *South Africa's Labour Empire: A History of Black Migrancy to the Gold Mines*. Cape Town: David Philip, 1991, Pp. 232-233. In: GASPAR, Napoleão. *The Reduction of Mozambican Workers In South African Mines, 1975-1992: A Case Study of Gaza Province-District of Chibuto*. Dissertação de Mestrado, WU, 2006. P. 34.

Uma pequena contextualização ajudaria a perceber o porquê desse cenário aparentemente paradoxal. Na verdade, este pico só foi alcançado porque em 1974, o governo do Malawi decidiu, de forma unilateral, suspender completamente o recrutamento de homens do seu país e retirou cerca de 80. 000 malawianos das minas. Esta decisão seguiu em decorrência de um despenho de avião ocorrido no mesmo ano, em Francistown (Botswana), no qual cerca 74 mineiros malawianos perderam a vida¹⁷⁴. Portanto, as minas se viram numa “saia justa” e, nesse sentido, utilizaram a “mão-de-obra moçambicana para substituir parcialmente a falta dos trabalhadores habitualmente recrutados no Malawi”¹⁷⁵.

Convém ressaltar que desde o início, a indústria da mineração na África do Sul dependia, acentuadamente, da força braçal migrante que provinha dos vários países da zona austral de África. Assim, até lá para os anos de 1974/1975, Moçambique – juntamente com Lesotho e Malawi – era um dos países que mais fornecia trabalhadores para o sector mineiro¹⁷⁶. Pela tabela 3 que apresento abaixo, é possível perceber uma quebra vertiginosa nos quantitativos dos trabalhadores recrutados em Moçambique,

¹⁷⁴ GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* P. 40; Ver também FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 51.

¹⁷⁵ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 52.

¹⁷⁶ MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 61-63; GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* P. 40. Só para exemplificar, a força braçal moçambicana e malawiana, desde os meados da década de 1960 até aos finais do ano de 1973, constituía entre 30% e 44% do total da força de trabalho existente nas minas. FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 51.

sobretudo a partir de 1976. Estaria esta quebra relacionada somente com o receio que as minas tinham em recrutar trabalhadores endoutrinados? As minhas fontes mostram que não.

Tabela 3 – Trabalhadores recrutados pelas minas, 1976-1992

Ano	Moçambicanos recrutados
1976	40,626
1977	43,855
1978	42,560
1979	29,933
1980	41,542
1981	37,751
1982	41,542
1983	39,731
1984	45,230
1985	55,571
1986	47,704
1987	40,912
1988	36,188
1989	48,335
1990	48,478
1991	49,715
1992	52,816

Fonte: Departamento do Trabalho Migratório (DTM) – ‘Ministério do Trabalho de Moçambique, Mineiros recrutados para as Minas na África do Sul’, Maputo, 2004, p. 1. In: GASPAR, Napoleão. *The Reduction of Mozambican Workers in South African Mines, 1975-1992: A Case Study of Gaza Province-District of Chibuto*. Dissertação de Mestrado, WU, 2006. P. 41.

Na verdade, parece que esta redução dramática estava também relacionada a outros factores que estavam a ter lugar a nível da própria indústria mineira sul-africana e que, até um certo ponto, funcionavam de forma interrelacionada. Um destes factores foi a política da indústria mineira sul-africana de internalização da sua mão-de-obra,

iniciada na primeira metade dos anos 70 do século XX, e que consistia, basicamente, em priorizar a mão-de-obra doméstica ao invés da estrangeira¹⁷⁷. De acordo com Dulce Mungoi, esta política visava reduzir as elevadas taxas de desemprego existentes na África do Sul¹⁷⁸. A meu ver, parece que não foi só isso que justificou esta política, ora vejamos. Como expus mais acima, a partir dos meados da década de 1970, a região austral de África começou a testemunhar acentuadas alterações na sua arena política, facto que culminou com a criação de organismos como ELF e a SADCC. Dito de outra forma, as mudanças na configuração política e económica da África austral começavam a colocar “em questão a sobrevivência dos regimes” de minoria branca da região¹⁷⁹. Se formos a ver, quase todos os países que faziam parte destes organismos eram históricos fornecedores de mão-de-obra para a indústria mineira sul-africana. Sendo assim, uma vez percebida a política externa desses países, parece ser lógico que os gestores das minas comesçassem a duvidar da continuidade do fornecimento de mão-de-obra por parte destes países¹⁸⁰.

De qualquer forma, o que se percebe é que foi neste âmbito da política de internalização e disabores intergovernamentais, que o número de agências de recrutamento da WNLA existentes em Moçambique sofreu uma redução brusca. Há registos que apontam que antes da independência, Moçambique contava com cerca de 21 agências distribuídas pelas três actuais províncias do Sul de Moçambique¹⁸¹ – ou seja, Maputo, Gaza e Inhambane. Entretanto, após a independência, como se pode ver através do mapa 2 ilustrado a baixo, o número de agências foi reduzido para quatro – duas em Maputo (Alto-Maé e Ressano Garcia), uma em Inhambane (Maxixe) e outra em Gaza (Xai-Xai)¹⁸². Até o período em que desenvolvi o trabalho aqui apresentado, Moçambique continuava a contar com somente estas quatro agências aqui apontadas. É oportuno mencionar que a partir de 1977, a WNLA “alterou” o seu nome, e passou a

¹⁷⁷ MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* p. 61-62; CRUSH, Jonathan et al. *South Africa's Labour Empire: A History of Black Migrancy to the Gold Mines*. Cape Town: David Philip, 1991, Pp. 234-235; COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 237; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* Pp. 36-37.

¹⁷⁸ MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 62.

¹⁷⁹ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 36.

¹⁸⁰ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 36; GASPAS, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 49 e 50-51.

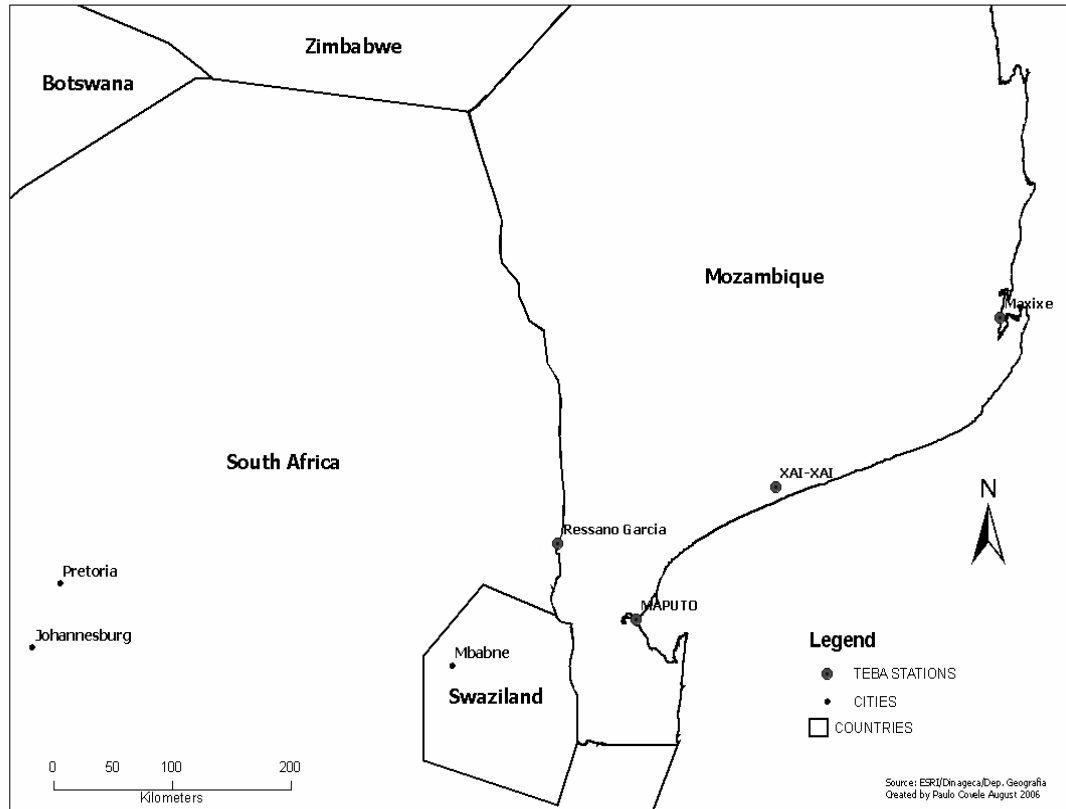
¹⁸¹ GASPAS, Napoleão. *Op. Cit.* P. 51.

¹⁸² GASPAS, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 48-49; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 54.

ser chamada de *The Employment Bureau of Africa* (TEBA)¹⁸³. O curioso é que mesmo após essa mudança na nomenclatura, no transcurso das entrevistas com os mineiros que participaram deste trabalho, a TEBA era intermitentemente referida como WNLA.

¹⁸³ Na verdade, a TEBA resulta da fusão, feita em 1977, entre WNLA e a *Native Recruiting Cooperation* (NRC). A NRC, criada em 1912, também pelas minas sul-africanas, era uma empresa que recrutava trabalhadores, exclusivamente, a nível doméstico. Vide: HARINGTON, Jeann et al. "A Century of Migrant Labour in The Goldmines of South Africa". *The Journal of The South African Institute of Mining and Metallurgy*, 2004, Pp. 65-66. GASPARD, Napoleão. *Op. Cit.* P. 51; MCCULLOCH, Jock. *Op. Cit.* P. XX; MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 20. Nota de rodapé. COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 100. GASPARD, Napoleão. *Op. Cit.* P. 51

Mapa 2 – Estações da TEBA e as principais rotas para as minas, c.1970-c.1990



Fonte: ESRI/Dinageca/Dep.Geografia. In: GASPARG, Napoleão. The Reduction of Mozambican Workers in South African Mines, 1975-1992: A Case Study of Gaza Province-District of Chibuto. Dissertação de Mestrado, WU, 2006. P. Viii. Mapas.

Um outro factor que acho que também pode ter contribuído na redução do quantitativo de trabalhadores originários de Moçambique foi o aumento da mecanização nas minas de ouro. De acordo com First, a partir da década de 1970, o preço do ouro no mercado internacional começou a registar uma valorização assinalável, facto que permitiu que as indústrias pudessem acumular mais lucros e, por conseguinte, apostar numa maior mecanização¹⁸⁴. Conforme aponta Covane, a mecanização trouxe consigo a exigência de que devia se recrutar trabalhadores que tivessem uma educação escolar reactivamente boa, de modo a facilitar a assimilação das novas técnicas de extracção. Isto para dizer que “a saúde física e mental, idade e simplesmente vontade de migrar deixavam de ser considerados como únicas exigências ou requisitos para que os

¹⁸⁴ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* Pp. 36 e 37. Ver também GASPARG, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 43-44.

trabalhadores fossem recrutados”¹⁸⁵. Em síntese, “saber ler, escrever, contar e até mesmo noções sólidas de matemática ou física” acabaram por se tornar assim critérios primordiais de elegibilidade¹⁸⁶.

No meu entendimento, este investimento na maquinaria não deve ser visto como um esforço por parte das companhias mineiras no sentido de reduzir a intensificação do ritmo do trabalho e, com isso, proporcionar menor desgaste, tanto físico como mental, dos trabalhadores. Muito pelo contrário, me parece que o objectivo central era aumentar a produtividade no trabalho com vista a maximizar os lucros¹⁸⁷.

Através fragmentos acima, já dá para perceber que muitos moçambicanos acabaram caindo no desemprego¹⁸⁸ – Marx chama esse contingente de trabalhadores que compõem as fileiras do desemprego de exército industrial de reserva¹⁸⁹. Na lógica de produção capitalista, este exército é visto como algo bastante positivo porque não só actua como inibidor das reivindicações dos trabalhadores que estão no activo, como também contribui para o rebaixamento dos seus salários. Dito em outras palavras, o exército acaba actuando como uma espécie de instrumento de chantagem dos capitalistas ao desfavor daqueles trabalhadores que estão no activo – isto porque estes últimos receiam serem substituídos.

Deve se destacar aqui que a partir de 1973, “uma vaga de movimentos grevistas” começaram a ter lugar nas minas. Entre os anos 1973 e 1975 eclodiram cerca de 33 casos de resistência, alguns dos quais moçambicanos também estiveram envolvidos¹⁹⁰. Entre outras razões, as greves estavam relacionadas “com o nível baixo dos salários e o forte controle social” existente nos *compounds*. Muitos dos grevistas ou foram despedidos, ou foram submetidos a acções disciplinares, como por exemplo, a transferência para outras minas¹⁹¹. Em resposta a demanda dos mineiros, e

¹⁸⁵ COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 243;

¹⁸⁶ *Ibidem.* P. 243.

¹⁸⁷ Para mais informações sobre o papel da mecanização na sociedade capitalista, vide BRAVERMAN, Harry. *Op. Cit.* 135-203.

¹⁸⁸ COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 243; FIRST, Luís. *Op. Cit.* P. 40; GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* Pp. 44; 52-53 e 64,

¹⁸⁹ MARX, Karl (a). *Op. Cit.* 560-570.

¹⁹⁰ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. 36; GASPAR; Napoleão. *Op. Cit.* P. 50-52.

¹⁹¹ CLARKE, Duncan. “Contract labour from Rhodesia to the south African mines: a study in a international division of a labour service”. Cape Town: SALDRU, Working Paper, nº6, Pp. 11-12. In: RUTH, First. *Op. Cit.* P. 36.

impulsionados sobretudo pelos lucros resultantes da valorização do preço do ouro a partir dos finais de 1973, as minas “abriram os cordões à bolsa” e começaram, paulatinamente, a aumentar os salários dos mineiros¹⁹². De acordo com Napoleão Gaspar, entre 1973 até 1980, as minas aumentaram o salário dos mineiros oito vezes¹⁹³. O interessante aqui a ser notado é que, apesar dos salários começarem a subir desde os finais de 1973, muitos dos meus entrevistados associavam as melhorias salariais com a tomada de poder por parte da FRELIMO, em 1974/75. O Sr. Elias Matsinhe, por exemplo, que foi mineiro entre os anos de 1970 e 1980, disse-me que as mudanças na tabela salarial tinham a ver com o interesse e esforços encetados pela FRELIMO para melhorar as condições dos migrantes que estavam sob a sua tutela. Como eles mesmo disse: “no tempo de colono nós éramos “vendidos” . Os portugueses tinham [quis dizer, ganhavam...] dinheiro quando íamos para lá nas minas [...]. Dinheiro que nós recebíamos era muito pouco, mas com Machel as coisas começaram a mudar”¹⁹⁴.

Trouxe esta discussão do aumento salarial porque, na verdade, parece que este aumento foi um dos factores que também contribuiu para a redução dos trabalhadores nas minas. Esta visão é, de facto, confirmada por First quando afirma que com o aumento dos salários, as minas passaram a ser mais atractivas para os homens sul-africanos¹⁹⁵. Lembrando aqui que neste período, o nível de desemprego na África do Sul era bastante acentuado. Em outros termos, as minas e os altos salários por elas praticados passaram a representar para os sul-africanos uma espécie de conjugação do útil ao agradável.

De todo modo, é preciso sublinhar que por força das circunstâncias ou não, a verdade é que o governo da FRELIMO não só manteve o sistema de trabalho migratório, como também passou a controlá-lo. Isso significa dizer que, tal como acontecia com os chefes africanos e os portugueses, ao controlar o fluxo migratório, o

¹⁹² Khan, B. 'The Crisis and South Africa's Balance of Payments'. In: S. Gelb (ed). *South Africa's Economic Crisis*. Cape Town: David Philip, 1991, pp. 80-84; FIRST, Ruth. *Op. Cit.* Pp. 36-37 . COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 238-239

¹⁹³ GASPAR, Napoleão. *Op. Cit.* P. 62.

¹⁹⁴ Entrevista com Elias Matsinhe. Maputo, 29 de Março de 2019. Ver também FIRST, Ruth. *Op. Cit.* P. lx.

¹⁹⁵ FIRST, Ruth. *Op. Cit.* Pp. 37 e 60. Ver também COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 239; NAPOLEÃO, Gaspar. *Op. Cit.* P. 43.

governo da FRELIMO passou a arrecadar importantes somas fiscais. Em termos de lógica de funcionamento do trabalho migratório, o governo da FRELIMO não alterou quase nada. Até o momento em que desenvolvi o trabalho que aqui apresento, o fluxo migratório continuava sendo orientado por um dispositivo legal firmado no período colonial – o Acordo de 1964¹⁹⁶. Parece não haver dúvidas que os ganhos económicos é o que mantém o acordo inalterado, mesmo em um contexto pós-independência – como exemplo dos tais ganhos, posso citar aqui o caso daqueles que são provenientes do sistema de *diferred paid*¹⁹⁷.

É interessante notar que quase todos os ex-mineiros com os quais conversei não são a favor do *diferred paid*. O curioso é que não é necessariamente o desconto compulsivo na fonte que eles vêem como problema. Na verdade, eles até que acham este desconto útil, na medida em que eles argumentam que permite que os mineiros não gastem todo o seu dinheiro na África do Sul com “coisas fúteis”, como por exemplo bebidas e prostitutas. O problema parece residir nos altos “abates” que o *diferred paid* implica. “Abates” estes que parecem estar aquém da compreensão dos mineiros. Na verdade, os valores monetários referentes ao *diferred paid* seguem um circuito que vai das companhias mineiras para a central da TEBA, que se encontra localizada na África do Sul. Esta, por sua vez, faz a transferência dos valores para o Banco de Moçambique (BM) que, posteriormente, faz o repasse destes mesmos valores em parcelas para as filiais da TEBA existentes em Moçambique¹⁹⁸. É, portanto, neste circuito que o dinheiro dos mineiros acaba sofrendo os indesejados “abates”.

Estes “abates” é, em si, um dos aspectos que lembram de imediato o caso de outros moçambicanos – os chamados *madjermanes*¹⁹⁹ – que no âmbito de acordos entre os governos de Moçambique e a República Democrática Alemã (RDA), foram trabalhar para as fábricas deste último país, durante o período compreendido entre

¹⁹⁶ Ver também MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* 74.

¹⁹⁷ Vale reiterar que os ganhos não se restringiam aos montantes que provinham do *diferred paid*. É preciso lembrar também, como inclusive já demonstrei, daqueles que eram advintes das configurações burocráticas. Sobre estes aspectos, ver também GASPARG, Napoleão. *Op. Cit.* P. 60.

¹⁹⁸ MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 115-116.

¹⁹⁹ Sobre outros aspectos semelhantes entre estes e os que migravam para as minas da África do Sul, ver OPPENHEIMER, Jochen. “Os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã”. *Revista Lusotopie*, 2004. Pp. 87-89.

1979 e 1989²⁰⁰. Tal como acontecia com os mineiros que estavam envolvidos no trabalho migratório para as minas da África do Sul, os *madjermanes* também recebiam uma parte dos seus salários de forma diferida²⁰¹, e como tal, estes dinheiros seguiam um circuito que não só escapava a compreensão destes trabalhadores, mas também implicava em cortes que eles, igualmente, não compreendiam. Os *madjermanes* recebiam os seus salários em marcos, e neste contexto, o dinheiro passava pelo então Banco Alemão de Comércio Externo, SA e desembocava no BM em dólares²⁰² – note-se que os trabalhadores regressados recebiam em metical, usando-se um câmbio histórico, ou seja, o câmbio referente ao dia da transferência, e não ao dia em que o dinheiro era levantado²⁰³. Portanto, era também neste complexo circuito entre bancos que o dinheiro dos *madjermanes* não só era “abatido”, mas também ia pagando, de forma paulatina, a dívida externa de Moçambique com a RDA²⁰⁴. Em adição, na altura em que os regressados levantavam o seu dinheiro em Moçambique, os seus montantes

²⁰⁰ As relações entre a FRELIMO e a RDA tiveram as suas origens lá para os tempos de luta de libertação. No pós-independência, a RDA acabou tomando-se num parceiro de grande importância para Moçambique em várias áreas e sectores como “mineiro (Moatize), têxtil (Mocuba), serviços de segurança (SNASP), comércio externo e formação de professores”. Concomitantemente, Moçambique “acumulou uma dívida crescente e insustentável em relação à RDA”. Foi no âmbito dessa dívida que ambos governos celebraram, em 1979, um acordo que visava enviar jovens moçambicanos – tanto do sexo masculino como feminino, e sob modalidade temporária e rotativa, isto é, de quatro anos – para trabalhar nas fábricas do RDA, como forma de reduzir estas dívidas; aspecto esse que seria possível através de parte de salários dos tais sujeitos migrantes – há registos que dão conta de que em 1989, encontravam-se presentes na RDA cerca de 15100 trabalhadores(ras). O ocaso deste esquema ocorreu com a queda do muro de Berlim e posterior reunificação da Alemanha, em 9 de Novembro de 1989 e 3 de Outubro de 1990, respectivamente. Com a unificação da Alemanha, muitas das empresas que empregavam os moçambicanos entrou na bancarrota, e como corolário, muitos destes sujeitos acabaram sendo repatriados para Moçambique. No que toca a dívida, depois de uma série de reescalamentos, ela acabou sendo perdoada em 2002. OPPENHEIMER, Jochen. *Op. Cit.* Pp. 85-87 e 91;93.

²⁰¹ Em 1979 a percentagem era de 25%. Em 1989 a percentagem foi aumentada para 60%, e 1989 decresceu para 40%. HERNADEZ, Hector. *Ma(d)germanes: passado colonial e presente diasporizado: reconstrução etnográfica de um dos últimos vestígios do socialismo colonial europeu.* Tese de Doutoramento, UNICAMP, Campinas, 2011. P. 19. Ver também OPPENHEIMER, Jochen. *Op. Cit.* Pp. 89-90.

²⁰² OPPENHEIMER, Jochen. *Op. Cit.* Pp. 90-91.

²⁰³ Em função da inflação que se verificava no país, na metade dos anos 1980, o poder de compra dos salários dos *madjermanes*, que lhes era pago de forma diferida, baixava significativamente com a aplicação deste tipo de câmbio. OPPENHEIMER, Jochen. *Op. Cit.* P. 97.

²⁰⁴ *Ibidem.* Pp. 90-91.

eram novamente taxados em 10%²⁰⁵ – nesta direcção, deve-se recordar aqui que, a “RDA «transferia» também 50% das cotizações dos trabalhadores para a segurança social (doença, invalidez e reforma) para Moçambique, de modo que estes trabalhadores adquiriam direitos em relação ao estado moçambicano nesta matéria”²⁰⁶. Só para dar aqui um exemplo, entre 1988 e 1989, os moçambicanos eram “cortados” mensalmente, “em média 300 marcos do seu salário e 75 marcos a título de Segurança Social”²⁰⁷.

É importante destacar aqui que, aspectos como por exemplo as injustas “taxas de câmbio aplicadas às remessas”, a falta de “assistência médica em Moçambique dos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho na ex-RDA”, e o não “reembolso da cotização para a Segurança Social «transferida»”, geraram muita controvérsia entre o governo da FRELIMO e os *madjermanes*. Desde o seu retorno ao país, estes últimos têm demandado, junto às instâncias governamentais, que as questões aqui apontadas sejam revistas – de recordar que estas demandas tem sido feitas de forma individual ou através de associações, que muita das vezes envolve acções como manifestações de rua, com palavras de xingamento, principalmente em frente à órgãos do Estado como o MITESS e a Assembleia da República²⁰⁸. Numa destas manifestações, um dos *madjermanes* que respondia pelo nome de Virgílio Amade foi atingido mortalmente com um tiro na cabeça disparado pelas Forças de Intervenção Rápida (FIR)²⁰⁹.

O facto do *diferred paid* continuar a ser practicado mesmo depois da independência de Moçambique é algo que, em si, não é pouco instigante. Numa das entrevistas com Fernando Mucavele, não podia deixar de lhe perguntar qual a razão do *diferred paid* estar em vigor até mesmo nos dias actuais. A resposta dele à esta indagação foram, basicamente, duas: primeiro, que o governo de Moçambique tinha, sem dúvidas, alguns ganhos financeiros com este sistema; segundo, que era uma forma de “ajudar” os mineiros a gastarem os seus salários de forma correcta – principalmente reactivamente a aspectos ligados a própria família do sujeito migrado,

²⁰⁵ Ibidem. P. 97

²⁰⁶ Ibidem. Pp. 89-90.

²⁰⁷ Ibidem. 89-90.

²⁰⁸ Ibidem. Pp. 96-97; ver também HERNANDEZ, Hector. *Op. Cit.* Pp. 25-121.

²⁰⁹ HERNANDEZ, Hector. *Op. Cit.* P. 46. Ver também OPPENHEIMER, Jochen. P. 98. Nota de rodapé.

tais como, investir em insumos agrícola²¹⁰, melhorar ou construir uma casa, abrir um determinado negócio ou simplesmente sustentar a família²¹¹.

Como acertadamente assinala Mungoi, este discurso coloca a nu a forma bastante preconceituosa como estes trabalhadores são tratados pelas instituições do governo, uma vez que eles são vistos como pessoas incapazes de gerir racionalmente o seu próprio salário – ou seja, são pessoas “sem discernimento”. Não obstante, o discurso mostra, igualmente, como estas instituições fazem pouco esforço (ou mesmo fazem esforço nenhum) para imiscuir-se nos planos pessoais destes sujeitos migrantes. Na realidade, o *differred paid* é uma das formas elementares através da qual o governo frelimiano, tal como os seus antecessores, consegue tirar vantagem sobre o velho trabalho migratório, e, a sua preocupação não parece que seja que os migrantes usem o seu salário da forma mais racional possível, mas sim o lucro²¹²

²¹⁰ Muitos dos sujeitos que migram têm machamba (roça), muita das vezes familiar.

²¹¹ Entrevista com Fernando Mucavele, técnico do MITESS. Maputo, 25 de Maio de 2019. Ver também MUNGROI, Dulce. *Op. Cit.* P. 116.

²¹² Ver MUNGROI, Dulce. *Op. Cit.* P. 116.

3 EXPERIÊNCIAS DA ACTIVIDADE MINEIRA

O presente capítulo, em termos mais holístico, analisa a experiência dos meus interlocutores enquanto trabalhadores das minas. Em termos mais micro, descreve sobre as motivações que os levava a migrar para as minas, as suas experiências no respeitante a acomodação, trabalho, adoecimento e a maneira como foram tratados pelas suas respectivas companhias mineiras enquanto corpos adoecidos.

3.1 POR QUE MIGRAR?

A análise da fala dos meus interlocutores mostra, de maneira transparente e inequívoca, que uma das principais razões que os levava a deixar as suas casas, parentes e até mesmo postos de trabalho em Maputo para migrar para as minas sul-africanas era, basicamente, a procura por melhores condições socioeconómicas para os seus familiares. Armando Chissengo, que trabalhou nas minas entre os anos 1990 e 2011, contou-me que largou o seu emprego de conferente, num dos supermercados na cidade de Maputo, para migrar para as minas porque tinha a pretensão de ganhar um salário melhor, que lhe permitisse edificar uma habitação própria, e desta forma abrigar adequadamente os seus familiares. Como ele mesmo disse:

“As condições aqui estavam complicadas. Precisava de uma casa. A casa onde eu ficava era casa de caniço, de lonas. Para falar a verdade, nem eram lonas de verdade, era plástico. Nessa casa vivíamos eu, minha esposa e uma criança [o filho do casal]. Quando vinha ventania aquilo [a tal casa] não aguentava. Chuva, pior. Passávamos muito mal, aqui no Xiquelene²¹³[...]. Meu tio tinha me emprestado essa [tal] casa. Desde que cheguei lá nas minas, consegui comprar terreno, consegui construir uma casa. Trabalhei, consegui comprar um outro terreno em Guava²¹⁴, construí, assim agora tenho duas casas”²¹⁵.

²¹³ Um dos bairros nos arredores da cidade de Maputo.

²¹⁴ É um bairro que administrativamente pertence ao distrito de Marracuene, província de Maputo.

²¹⁵ Entrevista com Armando Chissengo, ex-mineiro. Maputo, 11 de Junho de 2019.

Tovela José, mineiro entre 1967 e 2008, foi outro que também preferiu deixar seu posto de trabalho numa fábrica de calçados na cidade de Maputo para ir para as minas da África do Sul. Sobre as motivações que lhe fizeram migrar, ele disse o seguinte:

“[...] A vida estava a pesar. Responsabilidade já era maior. A família já era grande. Naquela altura eu tinha dois ou três filhos. As crianças precisavam ir para a escola, precisavam comer [...]. A minha mulher nessa altura não trabalhava [...]. Com o dinheiro da fábrica já não dava para responder a família [no sentido de que já não dava para suprir as necessidades da sua família], então resolvi aventurar-me nas minas”²¹⁶.

Um outro aspecto que também aparecia frequentemente na fala dos meus interlocutores como sendo um dos factores que também lhes impulsionava a migrar para as minas era a conjuntura socioeconómica do país. Jamine Rodrigues, mineiro entre os anos 1985 e 2002, trouxe um retrato mínimo da situação socioeconómica em Moçambique, particularmente na década de 1980, e como isto influenciou na sua decisão de partir para as minas. Eis, então, as palavras dele:

“[...] É assim, em 1985, eu fui desmobilizado do exército, do Ministério da Defesa. Naquela altura, neste país não havia emprego para alguém trabalhar. Era difícil você apanhar emprego. Não era só emprego, o país todo estava mal. Mesmo para você ter pequeninas coisas [produtos de primeira necessidade], como um chinelo, era um problema, você não encontrava nas lojas. A maioria usava chinelos feitos à mão. Não é como agora que você tem tudo o que quer [...]. Mesmo para construir, você não encontrava material nas lojas, mesmo com dinheiro no bolso [...]. Da maneira como as coisas estavam aqui em casa [Moçambique], eu disse: “deixa-lá eu ir trabalhar na África do Sul” [...]. Preferi, mesmo, sair de casa [Moçambique] e ir trabalhar nas minas [...], preferi, mesmo [...]”²¹⁷.

No capítulo transacto, forneci alguns subsídios que mostram que a situação económica que o governo da FRELIMO herdou dos portugueses não era das melhores, razão pela qual, inclusive, decidiu-se manter o sistema do trabalho migratório também por causa dos dinheiros que ele provia. O facto é que, sobretudo nos primeiros dez anos do Moçambique pós-independência, a economia do país praticamente não avançou, ou seja, continuou marcadamente deficitária. Assim, este estado de coisas acabou por resultar, como é lógico, numa deterioração progressiva das condições de

²¹⁶ Entrevista com Tovela José, ex-mineiro. Maputo, 8 e 10 de Junho de 2019.

²¹⁷ Entrevista com Jamine Rodrigues, ex-mineiro. Maputo, 12 de Junho de 2019.

vida dos moçambicanos – ou seja, a conjuntura socioeconómica de Moçambique favorecia, mais do que nunca, a migração para as minas sul-africanas²¹⁸. Entre os factores que comprometiam decisivamente o desenvolvimento económico do país encontrava-se, como apontei no capítulo anterior, por exemplo, as secas – que afectaram o país entre os anos 1977/78 e 1982/83 – e a guerra entre o governo da FRELIMO e a RENAMO²¹⁹.

A análise da fala dos nossos interlocutores mostrou também, nitidamente, que alguns deles migravam porque se viram inspirados por familiares ou mesmo amigos, que ao retornarem das minas traziam consigo diversos bens, tais como cobertores, vestes, calçados, camas, bicicletas, rádios, carros, entre tantos outros e melhoravam, aos olhos da sua comunidade, não somente as suas condições de vida, mas também a de seus parentes²²⁰. Em resumo, os retornados das minas eram olhados, na sua comunidade, como pessoas que tinham tido muito sucesso a nível profissional, e por esta razão, muitos daqueles que se encontravam na fase juvenil sentiam-se fortemente atraídos a fazerem o mesmo percurso.

Tamele Chivambo, que foi mineiro entre 1985 e 2007, é um dos exemplos de alguém que foi para minas influenciado, principalmente, por um tio materno. Sobre esta questão, ele disse o seguinte:

“O meu tio, irmão da minha mãe, trabalhava nas minas. Ele dizia que trabalhar lá, você consegue ter isto e aquilo [bens materiais diversos]. Também eu via as coisas que ele trazia quando voltava das minas [...], malta manta, lençóis, djamo [geleia], rádio, muitas coisas [...], muitas coisas ele trazia. Alguns amigos também via [ouvia] a falar, e as vezes via as coisas que eles traziam [...], mas quem [eu] via bem mesmo, era esse meu tio, irmão da minha mãe. Sempre que ele voltava das minas, nos chamava [...] nós que éramos da família para ir em casa dele. Nos oferecia algumas coisas [...]”²²¹.

Um outro factor que deve ser olhado como um dos elementos que também fazia com que estes sujeitos, directa ou indirectamente, migrassem para as minas, diz respeito a questões de ordem sociocultural. A região sul de Moçambique, que quase

²¹⁸ COVANE, Luís. *Op. Cit.* P. 237.

²¹⁹ MATSHINHE, Salomão. Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto? Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2011. P. 27.

²²⁰ Sobre este aspecto, ver também MUNGOI, Dulce. *Op Cit.* 102.

²²¹ Entrevista com Tamele Chivambo, ex-mineiro. Maputo, 2 e 3 de Junho de 2019.

sempre foi um reservatório de mão-de-obra para as minas sul-africanas, era/é predominantemente patriarcal e patrilinear. Sob influência destes sistemas é possível perceber que, sobretudo no contexto das relações familiares e de casamento, as tarefas estavam/estão claramente definidas de acordo com os sexos. Desta forma, as tarefas domésticas estavam/estão, na maioria das vezes, resguardadas às mulheres, enquanto que o trabalho mineiro era/é tido como actividade masculina, sobretudo pelo facto de exigir um uso acentuado da força física²²².

É importante destacar aqui que nos últimos anos, algumas mulheres têm rompido com essa noção grotescamente errónea de que as minas não é um “espaço para mulheres”, pois a partir de 1997, a TEBA começou a recrutar as primeiras mulheres moçambicanas²²³. Dito isto, provavelmente a questão que surge é: por que é que só a partir desta data que estas mulheres começaram a migrar? Na verdade, as mulheres, seja qual fosse a sua nacionalidade, foram legislativamente inibidas de trabalhar no subterrâneo das minas – lembrando aqui que as minas só recrutavam trabalhadores dos países vizinhos, a princípio, para trabalhar nas galerias subterrâneas. A interdição teve início em 1911, com a aprovação do *Mine and Work Act*²²⁴. Esta lei foi substituída em 1991, pelo *Minerals Act*, que também manteve a proibição. Entre as razões que se avançavam para justificar essa restrição encontrava-se a de que o trabalho no subterrâneo era muito ruim e perigoso. As mulheres passaram a ter permissão para trabalhar no subterrâneo somente a partir de 1996 quando foi aprovado o *Health and Safety Act* em substituição do *Minerals Act*. Essa mudança no arcabouço legal sul-africano acontece em decorrência dos desenvolvimentos políticos que ocorreram na África do Sul em 1994, quando o governo democrático, liderado por Nelson Mandela, chegou ao poder²²⁵. Contudo, sobre a presença destas mulheres

²²² COVANE, Luís. *Op. Cit.* Pp. 198-203. Ver também MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 100

²²³ Entrevista com José Bonzula, Coordenador de Desenvolvimento da TEBA. Maputo, 10 de Abril de 2019.

²²⁴ Este acto teve sucessivas emendas em 1926, 1956 e 1959, mas em todas elas as mulheres tiveram o acesso ao subterrâneo vedado. CAMAPANELLA, Rycroft. “Sex Discrimination”. *Employment Law*, n° 7, 1991. Pp. 78-79. Para mais informações ver também Breckenridge, Keith. “The Allure of Violence: Men, Race and Masculinity on the South Africa Gold Mines, 1900-1950”. *Journal of Southern African Studies*, n° 4, 1998. Pp. 669-693.

²²⁵ MUDIMBA, Prisca. *Re-defining gender equality in the South Africa mining sector*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Pretória, Pretória, 2017. P. 66-67.

neste “universo masculino”, tenho inúmeros questionamentos que são inoportunos mencioná-los e tentar dissecá-los no espaço deste trabalho, mas espero fazê-los num trabalho futuro.

3.2 DOS EXAMES CLÍNICOS AO *SCHOOL MINE*

De início, é preciso referenciar aqui que, assim que os recrutas chegavam às companhias mineiras, eles infalivelmente passavam por dois exames, quais eram: o médico e o psicotécnico. Na verdade, o exame médico era essencialmente composto por duas etapas. Na primeira, os recrutados eram feitos, como diz Jamine Rodrigues, “um *check up* geral”, onde eram analisadas a “urina, o sangue, os olhos, os ouvidos e o peito”²²⁶. Portanto, está claro que o objectivo aqui era apurar se o recruta tinha algum tipo de patologia que pudesse lhe impedir de laborar nas minas. Com base neste informe, pode-se tender a pensar que o tal “*check up* geral” era um exame, de certa forma, minimamente rigoroso. Entretanto, as conversas com os meus interlocutores mostraram que não era bem assim. Quase todos eles disseram que se tratava de exames muitos superficiais e feitos de maneira muito apressada, sobretudo por conta do elevado número de recrutas que precisava passar por tais avaliações.

Na segunda etapa, denominada *mhutchongolo*, eles faziam exercícios físicos numa sala climatizada cuja temperatura oscilava entre 40 à 45°. Nesta etapa, como já se pode adivinhar, o objectivo era verificar se o recruta tinha higidez física suficiente para o desempenho do trabalho caracteristicamente fastidioso e perigoso nas “tartáricas” galerias subterrâneas. Em relação as duas fazes que essencialmente compunham o exame médico, Jamine Rodrigues contou-me a sua experiência nos seguintes termos:

“Depois de chegar lá [nas minas], fomos no médico. Lá é para saber se você está bom. Te fazem toda a inspecção. Avaliam teu sangue, vêem se você tem doenças venéreas, tuberculose, tudo. [avaliam] Até ouvido, vistas, tudo. Depois você vai nos testes mais pesados [...], aquele treino de calor [...], num sítio [local] muito quente. Um sítio [local] onde só de você ficar parado, fica molhado, por causa do calor. Você tira toda roupa [...], só põe uma sainha. Você deve saltar aí, de cima para baixo [...], dar pinos, fazer flexões. Depois eles te colocam aquela coisa para ver a

²²⁶ Entrevista com Jamine Rodrigues, ex-mineiro. Maputo, 12 de Junho de 2019

temperatura [termómetro], para ver se depois de você fazer aqueles movimentos todos, você tem outras coisas [doenças]. Aquela coisa [o termómetro] vai dizer tudo. Se você está doente, te mandam embora para casa, mas te dão o dinheiro de volta e também te pagam pelos dias que você ficou lá na mina”²²⁷.

Após concluírem os seus exames médicos, os recrutas iam fazer uma prova psicotécnica, cujo objectivo era testar as suas capacidades intelectuais – este teste era chamado *murawawa*. Portanto, era com base no desempenho obtido nesta prova que os recrutas eram atribuídos a tarefa que iam desempenhar nas minas²²⁸. A despeito do *murawawa*, Tovela José contou-me como isto funcionava em termos práticos:

“Aquilo ali [o *murawawa*] eles querem ver se você tem alguma coisa na cabeça [...], se você é inteligente ou não. Eles tiram [projectam] um filme²²⁹ a mostrar como se monta uma peça. Depois eles apagam [desligam] o filme, trazem aquilo que mostraram no filme, colocam na tua frente, para você montar. Tem carteira aí, cada um [senta] na sua carteira. Você faz aquilo que viu no filme [montagem da tal peça]. Se consegue fazer aquilo ali, tem mais um ponto”²³⁰.

Por último, os recrutas iam receber formação profissional durante algumas semanas (ou até mesmo meses) num local chamado *school mine* – na verdade, o período de permanência neste espaço dependia mais da flexibilidade de apreensão dos conhecimentos por parte de cada um dos recrutas. Sobre o que se aprendia em termos práticos no *school mine*, Deodato Mabote, que foi mineiro entre 1990 e 2010, disse o seguinte:

“Lá no *school mine* aprendia-se a língua que se chama *Fanakaló* [...], porque sem essa língua você não pode comunicar-se com ninguém. Na minha altura havia malawiano, zimbabwiano, masotho, matswana, maswazi, eram pessoas de muitas regiões. Agora, sem essa língua você não podia comunicar. Essa língua é que unia todo trabalhador de todos os países. Lá também se aprendia o trabalho que você ia fazer lá em baixo [nas galerias subterrâneas] [...]. Aprendíamos também aquela coisa de como se prevenir dos acidentes, como usar os equipamentos (de protecção individual), o regulamento da mina [...], **todos os**

²²⁷ Entrevista com Jamine Rodrigues, ex-mineiro. Maputo, 12 de Junho de 2019.

²²⁸ Entre as várias categorias profissionais encontram-se, por exemplo, machine operator, driller, stoper, winch operator, Team leader, timber boy, loader, loco driver, pipe fitter, blaster.

²²⁹ Aparentemente, não se tratava de filme. Parece que eram vídeos de curta duração, “de mais ou menos uns dez minutos” ou menos, onde se instruíam como montar uma determinada peça.

²³⁰ Entrevista com Tovela José, ex-mineiro. Maputo, 8 e 10 de Junho de 2019.

ensinamentos [sublinhado meu] davam-se ali mesmo, no *school mine*²³¹.

Relativamente à “todos os ensinamentos” que o Deodato Mabote se referia, procurei saber dele se incluía também ensinamentos sobre os direitos que eles tinham enquanto trabalhadores mineiros – mas mais particularmente em relação a questões ligadas a saúde, como por exemplo, faltar ao trabalho caso estivesse doente, receber compensação monetária em caso de doenças pulmonares como a tuberculose ou a silicose. Em relação a esta indagação, a resposta de Deodato Mabote foi a seguinte:

“A mina não te diz nada sobre essas coisas de direitos. Só te dizem as obrigações que você tem, e as sanções. Te dizem, “se você fizer isso, a sanção é esta”. Essa coisa de direitos a mina sempre escondeu. Mas também vai te dizer por que? Se você não é nada. Algumas coisas sobre direitos viemos saber aqui em Moçambique, depois de anos e anos a trabalhar lá. Eles sempre escondem os direitos que você tem. Aí você só podia faltar ao serviço se estivesse mal de verdade [isto é, muito doente]”²³².

Deve-se mencionar aqui que, não foi só Deodato Mabote que disse que as minas ocultavam informações relativas aos direitos que os mineiros tinham – na verdade, quase todos os mineiros que participaram deste trabalho também disseram a mesma coisa. De todo modo, uma coisa para mim é clara: esta atitude das minas de ocultar os direitos que os mineiros tinham, era um dos factores que contribuía fortemente para a inobservância da legislação trabalhista que resguardava tais direitos aos mineiros. Como se verá mais adiante, alguns dos meus interlocutores que contraíram tuberculose nas minas tiveram os seus direitos, enquanto trabalhadores, simplesmente cerceados pelas companhias mineiras.

3.3 OS COMPOUNDS: DA “PRISÃO” À “LIBERDADE”

Para começar, há que destacar que, durante o período em que estavam a serviço das minas, todos os mineiros por mim entrevistados moraram nos *compounds*. Assim, quando o assunto era falar do funcionamento interno dos *compounds*, os meus

²³¹ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

²³² Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

entrevistados se expressavam, recorrentemente, fazendo menção as diferenças que se verificavam nestes espaços no “período do *apartheid*” – tido como de “prisão” e “muito mau”; e no período “depois do *apartheid*” ou “tempo de Mandela” – que era olhado como sendo de “liberdade”.

“No período de *apartheid*”, parece que o funcionamento interno dos *compounds* não era muito diferente daquele que verificou-se no capítulo precedente do trabalho aqui apresentado. De todos os meus interlocutores, Deodato Mabote foi o que fez uma das descrições mais exaustivas e coerente sobre como funcionavam estes espaços. Seguem, então, as palavras dele na íntegra:

“Naquele tempo as coisas não eram nada fáceis. Era obrigatório ficar [morar] na mina [nos *compounds*]. Não havia direito nenhum de você estar [morar] fora [dos *compounds*]. Todo o trabalhador tinha que estar trancado [nos *compounds*] [...]. Aquilo [os *compounds*] era muito grande, tinha uma coisa de quatro, cinco, seis ou sete mil homens [...]. Ali [nos *compounds*] tinha de tudo: refeitório, dormitório, posto médico, casa de banho, bar²³³, lojas²³⁴, tudo [...]. Cada quarto tinha uma coisa de 18 camas; dormíamos 18 pessoas. Mas eram camas do tipo beliche, um em cima do outro. Lá [nos *compounds*] não se saía, não se podia receber ninguém, mesmo pessoas da tua família ali [nos *compounds*] não entrava. Tinha polícias que controlavam aquilo [os *compounds*], não eram pessoas qualquer, eram polícias, mesmo. Lá na minha companhia você tinha que sair só nas segundas, quartas e sextas-feiras. Mas para você sair era com machimbombo [ônibus] da companhia [...]. Íamos para cidade. O machimbombo [ônibus] saía às 9h da companhia e chegava na cidade às 9h:15’ ou 9h:30’. Então fazíamos compras, brincadeiras²³⁵, bebia-se, mas até 14h devia-se estar dentro do machimbombo [ônibus] [...], porque o machimbombo [ônibus] ficava a nossa espera enquanto estávamos a fazer nossas brincadeiras. Depois ele [o machimbombo] [ônibus] arrancava de volta para a mina”²³⁶.

Em relação aos dormitórios, para além da superlotação evidenciada pelo discurso acima apresentado, um outro aspecto que também me chamou muita atenção foi o meio que se usava para se debelar o frio. Sobre este aspecto seguem, uma vez mais, as palavras de Deodato Mabote:

²³³ As cervejarias eram controladas directamente pelas minas. Este facto aumentava ainda mais o controle gerencial sobre as actividades de lazer dos mineiros.

²³⁴ As lojas, conhecidas como *kwamashonisa*, eram propriedades concessionárias da mina e detinham, basicamente, o monopólio da venda de alimentos e bens de consumo.

²³⁵ No sentido de que divertiam-se, o que pode incluir também envolver-se com mulheres, sejam elas prostitutas ou não.

²³⁶ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

“Na África do Sul fazia muito frio [...], não era fácil. Nos quartos tínhamos uns fogões muito grandes, tinha tamanho de carinha de mão [...] [em referência à carinha de mão usada nas obras de construção civil]. Esse fogão nós chamávamos de *imbandla*. Era o que nos aquecia. Nós colocávamos carvão aí e prontos. Às vezes também [colocávamos] um pouco de lenha [...], mas muitas das vezes era carvão, mesmo. Nós [também] aproveitávamos aquele fogão para fazer chá nas noites”²³⁷.

É evidente que este método de contornar o frio não era o mais recomendável e atentava contra à saúde dos trabalhadores pois, como é sobejamente sabido, a queima de combustíveis sólidos (por exemplo: o carvão e a lenha) – principalmente em ambientes fechados, “é um factor de risco ambiental cujos efeitos à saúde são severos e que podem levar os indivíduos mais expostos ao adoecimento e a morte”²³⁸.

Ao que tudo aponta, parece que a maneira como os *compounds* estavam organizados era outro aspecto que também estava projectado para reforçar o controlo social sobre os mineiros. De acordo com os meus entrevistados, o *compound* era administrado por um gerente - que infalivelmente tinha que ser um sujeito branco. Existiam também os *compound policemen*, que eram os que controlavam os portões dos *compounds*, as filas para o refeitório e as casas de banho. À eles também cabia a tarefa de revistar os quartos em busca de, por exemplo, bebidas alcoólicas, instrumentos contundentes e produtos roubados. Tinha também os *indhunas* ou *izindhunas*, que eram os representantes de cada uma das nacionalidades existentes no *compound*. O seu papel era basicamente acompanhar o comportamento dos mineiros que provinham dos seus respectivos países, bem como arbitrar as disputas entre eles, caso houvessem. Por fim, existiam também os *sibhondas* ou *izibhondas*, que eram os líderes de cada quarto, e tinham a tarefa de manter a ordem e tranquilidade nestes cómodos. Em termos práticos, estas figuras não só distribuíam tarefas aos membros do quarto de forma a mantê-lo limpo e arrumado, mas também arbitravam as pequenas querelas que por vezes lá aconteciam.

Em relação aos quartos, também chamou-me muita atenção a forma como eles se encontravam dispostos. De acordo com os meus interlocutores, “no tempo do

²³⁷ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

²³⁸ SINDIGAS, PUC-RJ e UERJ. Queima de lenha e carvão em ambientes fechados: poluição do ar e riscos para a saúde. 2017. P. 7.

apartheid” os quartos tinham uma distribuição que obedecia o critério da nacionalidade – ou seja, não se mesclava, em um mesmo quarto, indivíduos de países diferentes. Portanto, como bem nos elucida Tovela José, “não havia mistura. Você encontrava moçambicanos aqui, sul-africanos lá, malawianos lá [...], assim sucessivamente”²³⁹. Aos meus olhos, não se tratava aqui de uma distribuição desprezível. Pelo contrário, acredito que o pano de fundo desta medida era a fragmentação destes grupos com o desígnio último de impedi-los que se juntassem para protestar contra a ordem estabelecida. Em outros termos, tratava-se da clássica tática de “dividir para reinar”.

Apesar do controle rígido que existia nos *compounds*, é importante destacar aqui que os mineiros tinham os seus momentos de descontração e lazer – aliás, a fala de Deodato Mabote, de alguma forma, já evidencia isso. Segundo os meus entrevistados, nas horas vagas eles se divertiam, por exemplo, assistindo TV, escutando rádios, jogando cartas ou damas, jogando futebol. Fora isso, era também algo bastante comum os mineiros fazerem pequenos biscates como cozer sapatos, reparar relógios, rádios, cortar cabelo ou até mesmo cozer roupas²⁴⁰.

Os meus interlocutores confidenciaram também que era bastante comum a prática de empréstimo de dinheiro entre eles – funcionava, mesmo, como algo do tipo agiotagem. Tomás Chaimisse, mineiro entre os anos 1998 e 2004, era um dos que emprestava dinheiro à outros mineiros. Sobre esta prática ele disse o seguinte.

“Lá sempre houve gajos [“caras”] que faziam essa coisa de emprestar dinheiro. Eu era um deles, era um grande agiota. Era [algo] muito lucrativo, valia a pena. Você dava 50 randes, ele [a pessoa que pedia emprestado o dinheiro] te trazia 120 randes. Dava 100 randes, recebia 150 randes. Se a pessoa não quisesse pagar, nós tínhamos um contacto com a polícia [*compound policeman*]; dávamos alguma gorjeta e a polícia [*compound policeman*] resolvia”²⁴¹.

Ao que tudo aponta, a qualidade da alimentação era também o outro aspecto que guardava muitas semelhanças com aquilo que abordei no capítulo passado. Dito em outras palavras, tratava-se de uma comida com um valor nutricional muito pobre. Relativamente a esta questão, Tomás Chaimisse disse o seguinte:

²³⁹ Entrevista com Tovela José, ex-mineiro. Maputo, 8 e 10 de Junho de 2019

²⁴⁰ Sobre as actividades de lazer e as actividades, ver também MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* P. 136.

²⁴¹ Entrevista com Tomás Chaimisse, ex-mineiro. Maputo, 20 e 21 de Junho de 2019.

“Você sabe como é que é uma refeição para muita gente. Aquela refeição era uma refeição baixa [no sentido de que tinha pouco valor nutritivo]. O que você comia eram só quantidades. Só davam comida para força, e mais nada. Colocavam muita água. Feijão, você via feijão este lado, via óleo este lado, cebola aquele lado. Aí era só para você ter força para trabalhar, e mais nada”²⁴².

É por demais sabido que 1994 foi um dos anos mais marcantes na história da África do Sul porque foi neste ano que o *apartheid* colapsou, resultando assim na introdução de um sistema democrático e plurirracial liderado pelo incontornável Nelson Mandela, um dos líderes históricos do *African National Congress* (ANC). No entanto, é importante destacar aqui que estas mudanças na arena política sul-africana, aliada à pressões dos movimentos sindicais, trouxeram conspícuas mudanças na indústria mineira²⁴³. O novo governo implementou políticas e legislações que visavam melhorar as condições dos trabalhadores nestes espaços²⁴⁴. No que toca aos *compounds*, entre várias outras medidas, as companhias foram obrigadas a oferecer uma alimentação adequada aos trabalhadores, liberalizar as suas movimentações, reduzir a sobrelotação existente nos quartos²⁴⁵ – ou seja, e como ver-se-á também com base em outros exemplos, foram lançadas directrizes que visavam, essencialmente, subverter a lógica dos *compounds* do tempo do *apartheid*.

Com base na fala de Deodato Mabote é possível perceber, de forma bastante transparente, as significativas melhorias que foram sendo registadas nos *compounds* a partir de 1994, principalmente no respeitante as condições habitacionais e nos serviços que se prestavam. Seguem, então, as palavras dele na íntegra:

“A partir do momento que Mandela subiu ao poder, as coisas começaram a mudar [...], muita coisa mudou. No meu quarto, antigamente dormíamos 18 pessoas, passamos a ser quatro pessoas. Já não havia aquilo de separar pessoas [em função das nacionalidades], podiam ficar todos no mesmo quarto, não havia problemas. A comida melhorou muito. Quando se cozinha para muita gente é sempre um pouco complicado, mas melhorou muito. [...]. Podíamos sair e voltar na hora que queríamos [do *compound*] [...]. O importante era saber

²⁴² Entrevista com Tomás Chaimisse, ex-mineiro. Maputo, 20 e 21 de Junho de 2019.

²⁴³ MUNGROI, Dulce. *Op. Cit.* P. 54-55; 57 e 138.

²⁴⁴ Ver Minerals Act, 1992; Mine Health and Safety Act, 1996, Labour Relations Act, 1996.

²⁴⁵ MUNGROI, Dulce. *Op. Cit.* P. 138.

respeitar a hora do trabalho, a hora que devia descer para a mina [...]. Tudo mudou”²⁴⁶.

No respeitante aos quartos, vale destacar aqui que os fogões (*imbhandlas*) usados para aliviar o frio foram substituídos por aquecedores eléctricos. No entanto, parece que esta mudança trouxe também consigo outros problemas, pois de acordo com alguns dos meus entrevistados, estes aquecedores causavam fortes hemorragias nasais a alguns dos trabalhadores mineiros. Nestes casos, estes sujeitos problemáticos eram alocados em outros quartos onde não se fazia uso dos tais aquecedores.

É interessante notar que a venda de alimentos e produtos de primeira necessidade deixou de ser monopólio das lojas concessionárias das minas. Desta forma, alguns dos mineiros passaram a se dedicar, nas suas horas vagas, a pequenas actividades comerciais. Sobre este aspecto, Deodato Mabote disse o seguinte:

“Muitos ali [nos *compounds*] faziam os seus pequenos negócios. Há aqueles que vendiam, cigarros, doces, bolachas [...]. Outros iam comprar fardos na cidade para ir vender roupas ali mesmo [nos *compounds*]. Vendia-se muita coisa, calcões, camisas, sapatos. Tudo que dava para se vender, lá se vendia”²⁴⁷.

Foi também no âmbito destes “ventos de mudanças” na indústria mineira que morar nos *compounds* deixou de ser algo obrigatório, na medida em que os mineiros passaram a ter o direito de poder escolher se pretendem se acomodar nestes espaços ou não. A aqueles que optavam por morar fora dos *compounds*, as minas davam um valor complementar ao salário por forma a subsidiar o alojamento – este subsídio de moradia era chamado *Living-Out Allowance* (LOA)²⁴⁸.

Olhando particularmente para a mudança supramencionada, uma questão que considero ser bastante pertinente, e que não deve deixar de ser colocada é: uma vez que os mineiros passaram a ter a opção de poder morar fora dos *compounds*, por que, então, todos os meus interlocutores moraram nestes espaços durante todo o período em que estiveram ao serviço das minas?

²⁴⁶ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

²⁴⁷ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

²⁴⁸ PELDERS, Jodi & NELSON, Gill. “Living Conditions of mine workers from eight mines in south Africa. *Development Southern Africa*, nº36, 2018. P. 226; ver também MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* Pp. 138-139.

Sobre este questionamento, a resposta dos meus entrevistados revelou existirem motivações de várias ordens²⁴⁹. Deodato Mabote, por exemplo, disse que optou por permanecer no *compound* “por questões de segurança”, uma vez que, segundo ele, nos bairros circunvizinhos das minas os assaltos eram muito frequentes²⁵⁰. No caso de Jamine Rodrigues, a decisão prendeu-se a questões meramente profissionais, pois o seu turno de trabalho “começava por volta das 4h da manhã” e, para ele, “seria muito difícil ser pontual”, tendo em conta que ele não tinha carro próprio e a companhia mineira não dispunha de carro para o transporte do seu pessoal²⁵¹. Já Tovela José disse-me que a sua decisão deveu-se ao facto dele considerar o valor do subsídio insuficiente para custear “todas as despesas de uma casa”, como “luz, água e comida”²⁵². Por último, Tomás Chaimisse disse que preferiu ficar porque não queria entrar em desacordos com a sua esposa em Moçambique, uma vez que esta não era favorável à ideia dele morar fora do *compound*, pois receava que ele pudesse se envolver ou “casar com outra mulher”²⁵³.

No entanto, convém ressaltar aqui que apesar dos meus entrevistados terem optado por permanecer nos *compounds*, parece que muitos moçambicanos, para não falar dos mineiros em geral, aderiam ao subsídio de moradia e, portanto, iam morar fora dos *compounds*. As motivações para à tomada da tal decisão também eram várias.

De acordo com os meus entrevistados, alguns optavam por morar fora dos *compounds* “porque queriam ir morar com as suas amantes mesmo tendo esposa em Moçambique”²⁵⁴ – parece que o receio que a esposa de Tomás Chaimisse tinha, não era sem razão. Outros, assim decidiam “porque queriam ter o seu espaço, queriam ter a sua privacidade”²⁵⁵. E, por fim, existiam também aqueles que assim preferiam porque com o subsídio de moradia podiam pegar uma parte do mesmo e enviar para os seus

²⁴⁹ As motivações de todos os meus entrevistados giravam mais ou menos em torno dos quatro casos exemplificados. De todas as motivações, o primor pela segurança – e portanto, o receio de assaltos - era a que mais dominava.

²⁵⁰ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

²⁵¹ Entrevista com Jamine Rodrigues, ex-mineiro. Maputo, 12 de Junho de 2019.

²⁵² Entrevista com Tovela José, ex-mineiro. Maputo, 8 e 10 de Junho de 2019. A partir do momento que os trabalhadores eram beneficiados com o LOA, eles perdiam o direito de passar as refeições no refeitório dos *compounds*.

²⁵³ Entrevista com Tomás Chaimisse, ex-mineiro. Maputo, 20 e 21 de Junho de 2019.

²⁵⁴ Entrevista com Tomás Chaimisse, ex-mineiro. Maputo, 20 e 21 de Junho de 2019.

²⁵⁵ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

familiares nas suas zonas de origem. Neste último caso, os meus interlocutores complementaram que com o objectivo de poupar dinheiro e assim puder reforçar a renda da sua família, muitos mineiros acabavam se juntando em números de três, quatro, cinco ou seis pessoas, e iam arrendar casas acentuadamente precárias, por exemplo, com um ou dois cómodos (um quarto ou um quarto e sala); sem água encanada e às vezes até mesmo sem luz²⁵⁶ – ou seja, estes sujeitos acabavam indo morar em locais cujas condições de habitação eram análogas às existentes nos *compounds* no período do *apartheid*.

É importante mencionar também que ainda no âmbito destes “ventos de mudanças”, nos *compounds* passou a ser permitido que os mineiros recebessem visitas dos seus familiares, particularmente esposas e filhos. Na verdade, foram criados quartos específicos para que eles pudessem receber estes hóspedes; mas entretanto, esta visita não poderia ser por um período que excedesse 30 dias²⁵⁷. Contudo, muitos dos meus entrevistados disseram que conseguir uma autorização para receber tais visitas era algo que demandava um certo tempo – chegando a seis meses de espera ou até mais, isto porque o número dos aposentos era desproporcional reactivamente a procura²⁵⁸.

3.4 O SUBSOLO: ESPAÇO QUE “NÃO É PARA UM SER HUMANO TRABALHAR”

De início, é preciso referenciar que os mineiros saíam dos *compounds* já equipados para o trabalho nas minas. A indumentária era essencialmente composta por *overall* (fato macaco), *macarape* (capacete), protectores de ouvidos, óculos, máscaras, luvas, caneleiras e joelheiras. Baseando-se nos princípios de segurança do trabalho nas minas, é oportuno frisar que os mineiros eram expressamente proibidos de descer para as galerias subterrâneas sem estes equipamentos de protecção, bem como de dispensá-los durante as suas jornadas laborais.

²⁵⁶ Entrevista com alguns membros da AMIMO. Maputo, 25 de Março de 2019.

²⁵⁷ Entrevista com José Bonzula, Coordenador de Desenvolvimento da TEBA. Maputo, 10 de Abril de 2019. Ver também MUNGOI, Dulce. *Op. Cit.* 139.

²⁵⁸ Ver também DULCE, Mungoi. *Op. Cit.* P. 139.

O itinerário diário de trabalho começava, portanto, em um local chamado *waiting place*. Neste espaço, durante cerca de 15 à 20 minutos, os mineiros eram instruídos pelo chefe do turno a observarem os princípios básicos de segurança nas minas. Vale lembrar aqui que estas instruções eram transmitidas na “língua das minas”, isto é, em *fanakaló*. A respeito desta instrução, Carlos Chichava, que foi mineiro entre 1985 a 2008, disse o seguinte:

“Antes de você descer na mina, você tinha que passar do *waiting place*. Lá te recordam os princípios da mina, que eram quatro. Isso se faz todos os dias [...]. [...] Os *four steps* [quatro princípios] eram os seguintes: 1°. *Mina setcha lo ndawu* [fazer uma verificação do espaço físico de trabalho]. 2°. *Mina setcha lo palha Kalo job na lo kalo ku vimbela lo nguze* [fazer uma verificação das condições dos equipamentos de segurança, bem como do trabalho]. 3°. *Mina setcha noko lo madoda yena jopa Kalo ndlela Kalo ku vimbela lo nguze* [olhar para a conducta dos colegas]. 4°. *Mina lunguissa manje so* [solucionar eventuais problemas, antes de dar início as actividades laborais]”²⁵⁹.

Parece supérfluo mencionar aqui que esta instrução diária visava prevenir acidentes e doenças, sobretudo tendo em conta a periculosidade para o corpo que caracterizava o trabalho no subsolo. De qualquer forma, após deixar o *waiting place*, os mineiros dirigiam-se à um local denominado *shaft bank*, que era aonde aguardavam o elevador que os levava às profundezas das minas, e davam assim início as suas actividades laborais.

É interessante notar que, quase todos os mineiros que participaram deste trabalho descreveram o primeiro dia que desceram para as galerias subterrâneas como tendo sido uma experiência marcadamente claustrofóbica. Relativamente a este aspecto, Deodato Mabote, contou-me as sensações que teve, em diferentes momentos, nos seguintes termos, que passarei aqui a citar:

“As pessoas nos *hostels* falavam como é nas minas. Mesmo quando você está no *school mine* já te falam tudo. Mas eu tive medo, não posso mentir. Só aquele elevador já dá medo. Não é um elevador normal. Aqui [em Moçambique] eu já tinha subido elevador, mas aquele da mina era outra coisa. Era muito grande, podia entrar cerca de cento e tal pessoas [...]. Há elevadores com dois andares [...], outros com três andares. Quando você está a descer, parece que estás a cair [sensação de queda livre]. Cada vez que você desce, começa a sentir calor. Depois de

²⁵⁹ Entrevista com Carlos Chichava, ex-mineiro. Maputo, 6 de Junho de 2019. Ver também MUNGUI, Dulce. *Op. Cit.* P. 150.

uns minutinhos já estás lá em baixo. Lá em baixo é aonde dá mais medo. Vi pessoas uma parte ajoelhado a trabalhar [a trabalhar agachado]. Vi pedras que parecia que iam se partir para mim [desabar em sua direcção]. Fiquei com medo [...], mas os colegas mais velhos, que estavam nas minas há mais tempo, te dizem para ficar calmo, ter coragem [...]. Mas depois habituei, já não tinha mais medo. Quando vinham outros mineiros, os novatos, já era eu que lhes instruía para ficarem calmo [...], eu já era veterano [...]"²⁶⁰.

Pedi ao Deodato Mabote que fizesse uma descrição física de como era o subterrâneo da mina no tempo em que ele era mineiro. Como se poderá perceber, o seu relato também apresenta muitas semelhanças com o que foi abordado no capítulo passado – ou seja, tratava-se de um local bastante perigoso e insalubre, que acabava por implicar numa série de riscos à saúde física e mental dos trabalhadores. Seguem, então, as palavras dele:

“Aquilo não é sítio [local] para trabalhar [...], não é um sítio [local] para um ser humano trabalhar. O calor que há lá, é outro. Sabe que lá na mina quando você entra, você tira uma quantidade de água [suor] do seu corpo? Em menos de cinco minutos você já está molhado [...], já está com a bota cheia de suor [...], você tem que despejar aí. A respiração vem de cima para baixo [a respiração só é possível através de maquinários que estão instalados na superfície da mina] [...]. Há muito barrulho [...]; há aqueles químicos que metem na água [...]; há cheiro muito forte que vinham dos explosivos, dos dinamites. Havia também *matope* [lama], poeira. A poeira lá, não vale a pena. Compras um carro, mete na mina, em menos de uma semana você pode não conhecer a cor do carro. Mesmo eu se saísse da mina com outras pessoas, você podia não conseguir dizer onde eu estou [quis dizer que teria dificuldades de identificá-lo]. Aquilo também sempre treme [terramoto] e há desabamentos. Muita gente morre lá em baixo, porque acidente da mina não tem aviso. Num piscar de olho você pode ver seu amigo enquanto está coberto, está debaixo de um montão de pedras. Mesmo eu se saí de lá bem, não é porque eu era cuidadoso, foi a minha sorte, eu tinha sorte [...]. Há sítios [locais] em que o mineiro trabalha sem condições de ficar de pé [...], num sítio [local] que se chama *square* [...]. Meu irmão, a mina não é um sítio [local] para brincadeira. Nós íamos lá também porque enfim, não tínhamos escolha [...]"²⁶¹.

Pela fala acima, já é possível perceber uma certa tonalidade que demonstra que Deodato Mabote tinha plena consciência do quão perigoso e insalubre era trabalhar nas entranhas da terra. Ele chega até a associar certas doenças às condições laborais

²⁶⁰ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15 e 16 de Maio de 2019.

²⁶¹ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15 e 16 de Junho de 2019.

nocivas existentes nas galerias subterrâneas. Sobre esta questão, ele se expressou da seguinte maneira:

“A mina tem muitos problemas. Você lá não tem uma respiração condigna [...]. Você tira toda água do seu organismo [...]. Aquela poeira toda [...], cheiro de dinamites, aqueles gases, tudo isso vai entrando para dentro de si [...]. Como resultado, as pessoas ficam com silicoses [...], tuberculoses [...]”²⁶².

É importante mencionar aqui que, em razão das altas temperaturas que se verificavam nas galerias subterrâneas, muitos mineiros se sentiam extremamente desconfortáveis com os equipamentos de protecção individual e dispensavam alguns dos seus artigos, tais como *macarape* (capacete), máscara, botas e até mesmo *overall* (fato macaco). O interessante aqui a ser notado é que, se o mineiro sofresse um acidente e fosse verificado que no momento do ocorrido ele não estava devidamente equipado, a companhia mineira não se responsabilizava na totalidade pelos danos causados ao tal mineiro. Sobre esta forma de actuar das minas, Jamine Rodrigues dá mais detalhes:

“Se você sofresse um acidente lá na mina [...], uma pedra qualquer desabasse e te atingisse na cabeça ou nos pés, a mina tem instrutores que vinham fazer perícia [...], ver como o acidente ocorreu, e se você estava bem equipado ou não. Se você não estava equipado, aí a companhia não se responsabilizava porque você é que foi negligente. A única coisa que eles faziam é, se você sofreu acidente e não morreu, eles vão te levar para o hospital e te tratar. Se você morreu, vão te meter no caixão e vão te mandar para teu país. Agora, se a pedra te atingiu enquanto você estava equipado, a mina entrava [arcava] a 100%”²⁶³.

Esta lógica de actuar das minas – se responsabilizar parcialmente pelos acidentes, se verificado que o mineiro não estava devidamente equipado - para mim, é um pouco incoerente. É verdade que o mineiro, para a sua própria segurança, não devia dispensar nenhum dos artigos de protecção; mas também é clarividente que ele era, de certa forma, compelido a fazê-lo. A pergunta que tenho é a seguinte: como é que uma pessoa poderia trabalhar durante 8h de tempo naquela atmosfera sufocante, sem dispensar, mesmo que momentaneamente, um dos artigos de protecção?

²⁶² Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15 e 16 de Junho de 2019.

²⁶³ Entrevista com Jamine Rodrigues, ex-mineiro. Maputo, 12 de Junho de 2019.

Ainda sobre os acidentes nas minas, é interessante notar que na óptica das companhias mineiras, estes acidentes eram também causados por questões de ordem sobrenatural, razão pela qual elas tentavam domesticar o aleatório (os acidentes) através de cerimónias, que eram realizadas regulamentemente. Sobre esta questão, Deodato Mabote dá aqui um exemplo de como, mais ou menos, funcionavam estas cerimónias. Eis as suas palavras:

“Quem fazia [providenciava] as cerimónias eram os chefes das minas [...], os donos das minas. Também participavam curandeiros. [eram um ritual em que] senhoras [...], cerca de quatro, desciam para as minas nuas e ficavam durante 4h lá em baixo. iam alegrar os *xiphocos* [fantasmas] lá na mina porque eram eles que criavam acidentes. Aquelas coisas [fantasmas] quando viam elas [as senhoras] naquelas condições [nuas] ficavam contentes. Então as pessoas podiam trabalhar à vontade [...], sem nenhum problema. Essas senhoras eram chamadas “madrinhas das minas”. Quando elas saíam, eram pagas cerca de 75 mil randes a cada uma delas. O ritual era feito duas vezes por ano [...], no primeiro e segundo semestre [em meses aleatórios, desde que fosse semestralmente]”²⁶⁴.

Ao que tudo aponta, parece que os mineiros também realizavam os seus próprios rituais - tanto para prevenção de acidentes como de eventuais doenças - nas suas áreas de origem. Nenhum dos meus interlocutores confirmou ter se submetido aos tais rituais, mas quase todos eles confirmaram que muitos mineiros quando vão para as minas passavam pelos curandeiros e faziam pequenas cerimónias para que nada lhes acontecesse em suas jornadas. É possível que os meus interlocutores tenham ocultado que eles também recorriam a estes rituais. Digo isso porque, como moçambicano, tenho observado que na zona urbana e periurbana, as pessoas que frequentam os curandeiros são olhadas, pela comunidade, com um certo tabu.

Contudo, é difícil, para não dizer impossível, saber até que ponto estes rituais, tanto por parte das companhias mineiras como dos próprios mineiros, eram eficazes. Mas entretanto, uma coisa é certa: as doenças e acidentes de trabalho sempre foram uma marca registada das companhias mineiras sul-africanas²⁶⁵. De todos os meus

²⁶⁴ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15 e 16 de Junho de 2019.

²⁶⁵ MCCULLOCH, Jock. “The illusion of safety: Migrant labour and occupational Disease on south Africa’s Gold mine”. In: *A long way home: migrant worker worlds, 1800-2014*. Johannesburg: Wits University Press, 2014. P. 107; SIMRAC. *A Handbook on Occupational Health Practice in the South african Industry*. 2001. Pp. 121; 155-156.

entrevistados, pelo menos dois tiveram acidentes de trabalho, que passarei a comentar. Um deles aconteceu com Jamine Rodrigues, que foi atingido por uma pedra que acabou danificando-lhe a rótula do joelho, e foi necessário colocar uma outra artificial. O outro aconteceu com Tomás Chaimisse, que igualmente foi atingido por uma pedra que lhe estrangulou a perna esquerda, resultando na sua amputação, e posteriormente, colocação de uma prótese²⁶⁶. Já sobre as doenças, particularmente a tuberculose, debruçar-me-ei no subcapítulo a seguir.

3.5 EXPERIÊNCIAS DE ADOECIMENTO E TRATAMENTO DAS MINAS

Com base no que arrolei até aqui, é fácil compreender que o trabalho migratório em análise envolvia muito mais do que uma simples saída destes homens das suas respectivas áreas de origem em busca de recursos que lhes permitissem ter uma vida melhor. Na verdade, esta deslocação para as minas implicava também à inserção destes sujeitos migrantes em um processo laboral caracterizado, essencialmente, pela penosidade, periculosidade e insalubridade que, como consequência lógica, resultava na contracção e desenvolvimento de patologias a curto, médio e longo prazo.

Armando Chissengo foi um dos migrantes que teve tuberculose em 2009. Sintomas tais como uma tosse persistente e suor nocturno foram o que lhe fez procurar por atendimento médico na companhia aonde ele trabalhava, onde acabou sendo diagnosticado como tuberculoso. Na sua fala, ele associa a tuberculose – doença que infelizmente o apartou por alguns dias das suas actividades laborais – à poeira nociva que ele inalava nas galerias subterrâneas durante os anos em que ele lá trabalhou. Sobre estas questões e outras, seguem então as palavras dele:

“Eu estava a me sentir mal. Tossia muito, até tirava escarro, e às vezes saía com um pouco de sangue. Nas noites transpirava muito. [...] Pior lá em baixo [nas galerias subterrâneas] [...], era aonde passava mais mal. Por causa das condições de lá, não conseguia respirar muito bem. As coisas não estavam bem [quis dizer que a sua saúde não estava boa]. Fui no hospital que tinha aí na mina, e lá eles me disseram que é TB [tuberculose] [...]. Apanhei aquela coisa [a tuberculose] lá em baixo [nas

²⁶⁶ Em ambos casos, as suas devidas companhias mineiras não só foram responsáveis pela assistência médica e pagamento das reabilitações, como também compensou-os pelos acidentes.

galerias subterrâneas] por causa daquela poeira que tinha lá [...]. Quando eles descobriram que tenho TB [tuberculose], me levaram de carro para outro hospital grande da companhia que fica fora da mina. O hospital que fica dentro da mina é pequeno, funciona mais para coisas pequenas, tipo malária, constipação, pequenos ferimentos, pequenos acidentes [...]. Ali você não pode ficar de baixa [internado], por exemplo. Coisas grandes [como internações ou assistência médica especializada] faziam no hospital grande [...]. Aquele hospital de fora era hospital de verdade. Era um hospital muito grande, tratavam de tudo. Todas as doenças ali tratavam. Fiquei de baixa [internado] por uns 30 dias no hospital [grande], a tomar medicamentos [...]. Depois recebi alta e voltei para a mina. Lá na mina continuei a tomar os meus medicamentos até fazer [completar] seis meses. Mas nesse tempo, eu tomava medicamentos a trabalhar. Eles [a gerência da mina] me deram um *job* [trabalho] no *surface* [superfície], andava a tratar a relva. Quando fiquei curado da TB [tuberculose] voltei a trabalhar lá em baixo [nas galerias subterrâneas]. Saí da mina bom [...] [quis dizer que não tinha nenhum problema de saúde]. Mesmo quando você está a sair de lá, eles te examinam [...], não apanharam nada em mim. Até na data hoje nunca mais tive recaída [de tuberculose]²⁶⁷.

Baseando-se na etiologia da tuberculose apresentada na introdução deste trabalho, está bastante claro que a tuberculose não é causada por inalação de poeira, mas sim por inalação de gotículas que pairam no ar e que contêm bacilos da tuberculose activos. Na verdade, a concepção da poeira da mina como causadora da tuberculose não é algo exclusivo ao Armando Chissengo, pois quase todos os mineiros diagnosticados com esta doença e que participaram desta pesquisa, mostraram ter, basicamente, o mesmo raciocínio. Mas, no entanto, é preciso frisar aqui que a inalação da poeira de sílica – que em sua essência é a poeira que estes mineiros se referem – é também um dos factores que predispõe o hospedeiro à contracção da tuberculose. Dito em outros termos, a poeira de sílica cria lesões nos pulmões, facto que acabam facilitando sobremaneira a infecção pelo bacilo da tuberculose²⁶⁸.

Apoiando-se, igualmente, na mesma etiologia, pode se questionar se, de facto, Armando Chissengo contraiu a tuberculose no subterrâneo da mina. Digo isto porque,

²⁶⁷ Entrevista com Armando Chissengo, ex-mineiro. Maputo, 11 de Junho de 2019.

²⁶⁸ NAUDE, J et al. "Tuberculosis and silica exposure in South African gold mines". *Occup Environ Med*, 2006, n° 63. Pp. 187 e 191. Ver também ROBERTS, Jaine. *The hidden epidemic amongst former miners: silicosis, tuberculosis and the occupational diseases in mines and works act in the Eastern Cape, South Africa*. Westville: Health Systems Trust and Department of Health, 2009. P. 51; BARBOZA, Carlos. "Tuberculose e silicose: epidemiologia, diagnóstico e quimioprofilaxia". *J. Bras. Pneumol*, n° 34. Pp. 960-965.

na verdade, ele pode muito bem ter contraído a tuberculose não só no espaço a que ele se refere – as galerias subterrâneas, mas também no *compound* ou em locais que citam além dos murros da companhia mineira aonde ele trabalhava. De qualquer forma, uma coisa é certa e deve ser frisada: as minas sul-africanas sempre foram reconhecidas como um dos principais focos de contracção e disseminação da tuberculose. A título de exemplo, em 2007, a incidência da tuberculose na indústria mineira era de 4.200/100.000 mineiros – é importante que se diga que estes números devem ser olhados como sendo parciais, pois não incluem, por exemplo, casos em que os mineiros eram diagnosticados nos seus respectivos países de origem, isto é, após eles terem deixado as minas. Estes números representavam quase oito vezes mais a incidência desta mesma doença por entre toda a população da África do Sul, que era de 550/100.000²⁶⁹. Em outras palavras, isto significa dizer que o risco de se contrair a tuberculose era muito maior para os mineiros do que para a população em geral.

É importante destacar aqui que, enquanto teve complicações relacionadas com a sua saúde, Armando Chissengo recebeu um tratamento hospitalar que ele mesmo reputou como sendo bom, pese embora não tenha recebido nenhum tipo de contacto por parte da gerência da mina (ou pessoas à mando dela) procurando saber como evoluía o seu quadro clínico. Sobre estas questões, ele disse o seguinte:

“No hospital da mina, onde descobriram que eu tinha tuberculose, fui tratado bem. Mesmo lá no hospital de fora, também fui tratado bem, não posso me queixar. Os médicos sempre vinham procurar saber como eu estava. [...] A comida serviam sempre na hora certa. De manhã, muito cedo, tinha que tomar chá [quis dizer, ter o café-da-manhã]. À tardinha, lá para às 12h ou 13h, serviam o almoço. Era tudo certo por causa dos comprimidos [...], tinha que tomar comprimido na hora certa. A comida era mais ou menos [em referência a qualidade da comida]. Era um pouco melhor que do *compound*, mas não tanto assim. Quando eu estava de baixa [internado], nenhum dos chefes da companhia falou comigo a procurar saber como eu estava, talvez os médicos que me tratavam lhes dizia. Só alguns dos meus colegas é que às vezes me ligavam. Quando voltei para companhia, os comprimidos eu ia tomar no hospital da companhia. Nalgumas vezes os médicos me perguntavam

²⁶⁹ Chamber of Mines of South Africa. *The South African Mining Industry's Sustainability and Transformation Report 2007*. In: ROBERTS, Jain. *The hidden epidemic amongst former miners: silicosis, tuberculosis and the occupational diseases in mines and works act in the Eastern Cape, South Africa*. Westville: Health Systems Trust and Department of Health, 2009. P. 46.

como eu estava a me sentir e me faziam alguns exames. Me deram bom tratamento [...]”²⁷⁰.

A medida que fui conversando com Armando Chissengo, foi possível constatar, com clareza, que a partir do momento que ele foi diagnosticado como sendo portador da tuberculose no estado activo, começou a fluir na sua mente uma série de sentimentos que envolvia medo e insegurança que, na verdade, não eram voltados unicamente à ele. Sobre esta questão, ele disse o seguinte:

“Na minha vida eu nunca tinha sido apanhado com TB [tuberculose], foi a minha primeira vez lá na mina. Vi alguns colegas a morrer [por conta da tuberculose]. Eu estava sozinho lá [nas minas]. Eu não sabia se ia voltar para casa ou não [receava que fosse perder a vida]. E se eu não conseguisse voltar [no sentido de que se perdesse a vida], como iam ficar aquelas pessoas lá em casa [a família]? iam viver como? [no sentido de que sem o sustento provido por ele] Podia ser difícil [...]”²⁷¹.

Analisando o trecho acima, é possível perceber que, por um lado, Armando Chissengo não só receava que o pior pudesse acontecer com ele (a sua morte), mas também temia o efeito devastador que isso teria no seio da sua família. Por outro lado, pelo trecho “eu estava sozinho lá [nas minas]”, dá para perceber também o quão difícil era para ele lhe dar com a experiência de adoecimento estando longe de sua casa, isto é, longe do seu aconchego familiar – lembrando aqui que muitas das literaturas do campo da saúde são consensuais em afirmar que a família desempenha um papel de capital importância no processo de recuperação dos pacientes²⁷².

É importante ressaltar aqui também que, enquanto Armando Chissengo esteve a contas com a tuberculose, ele continuou a receber o seu salário de forma integral. Como ele mesmo disse: “[...] o dinheiro entrava na minha conta por completo. Não era descontado nada [...], nada mesmo, nem um centavo [...]”²⁷³.

²⁷⁰ Entrevista com Armando Chissengo, ex-mineiro. Maputo, 11 de Junho de 2019.

²⁷¹ Entrevista com Armando Chissengo, ex-mineiro. Maputo, 11 de Junho de 2019.

²⁷² SIQUEIRA, Amanda et al. Relacionamento enfermeiro, paciente e família: fatores comportamentais associados à qualidade da assistência. *Arq. Med. ABC*. 2006. Ver também: MATOS, Johnata & BORGES, Moema. A família como integrante da assistência em cuidado paliativo. *Rev. Enferm. UFPE. Online*. 2018; EUZÉBIO, Carlos & RABINOVICH, Elaine. “Compreendendo cuidado familiar do paciente com sequela de acidente vascular encefálico”. *Temas em psicologia*, vol. 14, n°1, 2006. Pp. 63-64.

²⁷³ Entrevista com Armando Chissengo, ex-mineiro. Maputo, 11 de Junho de 2019.

Nos relatos dos meus interlocutores, um dos aspectos que também me chamou muita atenção foi a afirmação bastante frequente de que “nas minas havia muitos mineiros que escondiam doenças”. Dito isto, lógico que se pode fazer uma série de questões, mas, a primeira que impreterivelmente deve se eleger, isto se não incorreremos a qualquer tipo de julgamento precipitado, é: por que é que estes mineiros procediam desta forma? Na verdade, esta conduta justificava-se pelo facto de que uma vez diagnosticados como sendo portadores de “doenças sérias”, como a tuberculose ou a silicose, estes mineiros tornavam-se, automaticamente, numa das primeiras pessoas a perderem os seus empregos assim que as companhias mineiras efectuassem demissões – a estas demissões os mineiros chamavam-nas de *wayawaya*. A respeito delas, Jamine Rodrigues faz aqui uma descrição de como funcionavam em termos práticos:

“No caso em que você, por exemplo, pegava uma tuberculose, eles [a gerência da companhia mineira] te tiravam de lá em baixo [das galerias subterrâneas] e iam te meter lá em cima, no *surface* [na superfície da mina]. Você ia fazendo pequenos trabalhos, como apanhar papel, varrer [...], pequenas coisinhas. Isso enquanto você está a tomar medicamentos. Basta terminar os seus comprimidos e depois chegar *wayawaya*, você não escapa, é o primeiro a ir para casa [a ser demitido]. [...] Até mesmo antes de terminar medicação, bastava chegar *wayawaya*, você não escapava”²⁷⁴.

Ao que parece, a prática de “*wayawaya*” não era algo exclusivo às minas sul-africanas. Terezinha Volpato, no seu estudo sobre os mineiros da região de Criciúma, em Santa Catarina, no Brasil, mostra também que, a partir do momento em que os trabalhadores eram diagnosticados com pneumoconiose, entravam na “lista negra” das minas, e eram os primeiros a serem despedidos assim que as companhias efectuavam demissões²⁷⁵. De todo modo, as consequências sociais destes despedimentos devem ter sido bastante amargas para os mineiros – tanto das minas da África do Sul como os da região de Criciúma – uma vez que, eles devem ter tido dificuldades em encontrar um emprego que lhes desse um salário que se equiparasse ou fosse superior ao que eles auferiam nas minas, sobretudo se a gente tiver em conta a baixa instrução académica

²⁷⁴ Entrevista com Massingue Rodriguês, ex-mineiro. Maputo, 12 de Junho de 2019.

²⁷⁵ VOLPATO, Terezinha. A pirita humana: os mineiros de criciúma. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 1982. P. 181.

que era uma das características comuns entre os mineiros destas duas regiões afastadas geograficamente. Por outro lado, estes mineiros podem também ter tido dificuldades de conseguir emprego em locais onde se exigisse exames médicos admissionais mais criteriosos, pois uma vez identificadas as alterações ou sequelas pulmonares, dificilmente os empregadores os contractariam²⁷⁶. Dito em outras termos, o mercado laboral deve ter se tornado mais restrito para estes mineiros.

Olhando agora unicamente para as minas sul-africanas, e voltando para as experiências do Armando Chissengo, é preciso fazer menção aqui que, no seu caso, ele não foi vítima de *wayaway*. Na verdade, após ele cumprir a medicação e, por conseguinte, se ver curado da tuberculose, se passaram alguns meses, e logo em seguida ele mesmo pediu demissão. Nas suas palavras, ele tomou essa decisão porque: “[...] estava cansado de pá. [...] Já não aguentava trabalhar no *mashaithini* [local onde se faz a extração do ouro]. Pedi mesmo [dizendo] de que estou cansado, quero ir para casa. Você deve agradecer se num [determinado] dia você consegue trabalhar e sair [...], porque noutra dia você pode entrar aí [nas minas] e não sair [no sentido de que pode perder a vida por conta dos acidentes]”²⁷⁷. A fala de Armando Chissengo evidencia, uma vez mais, o quão perigoso era trabalhar no subsolo das minas.

É importante grifar aqui que, todos os mineiros que contraíssem uma doença pulmonar como resultado da exposição à poeiras nocivas nas minas tinham direito, por lei, de solicitar uma compensação. A lei que, essencialmente, conferia esse direito chamava-se *Occupational Diseases Mines and Works Act 78* de 1973 (ODMWA)²⁷⁸. Ao abrigo dela, a tuberculose só era considerada uma doença ocupacional apenas se contraída enquanto o mineiro estava a serviço das minas ou se diagnosticada dentro de um ano após o mesmo deixar as minas²⁷⁹. Para se perceber como, em termos práticos, funcionava esta questão da compensação, é imperioso que se faça aqui algumas

²⁷⁶ Ibidem. P. 181.

²⁷⁷ Entrevista com Armando Chissengo, ex-mineiro. Maputo, 12 de Junho de 2019.

²⁷⁸ Esta lei teve as seguintes emendas: 208 em 1993 e 60 em 2002. Na verdade, esta legislação continuava em vigor mesmo no ano em que desenvolvemos o estudo em tela.

²⁷⁹ ROBERTS, Jaine. *Op. Cit.* Pp. 25 e 46-47. Ver também EHRLICH, Rodney. “A century of miner’s compensation in South Africa”. *American Journal of Industrial Medicine*, n° 55, 2012. P. 562; MURRAY, Eva. “Risk of Pulmonary tuberculosis relative to silicosis and exposure to silica dust in South African gold miners”. *Occup Environ Med*, n° 55, 1998. P. 497.

achegas importantes referentes aos processos burocráticos que culminavam ou não numa compensação.

A administração do ODMWA era feita pelo *National Department of Health* (NDH). Portanto, se as companhias mineiras detectassem nos trabalhadores mineiros alguma doença pulmonar ou mesmo sinais dela, elas deviam enviar um relatório com os seus achados para um órgão que pertencia ao NDH, cujo nome era *Medical Bureau for Occupational Disease* (MBOD). Este último órgão, por seu turno, formava um painel de médicos – que se chamava *Medical Certification Committee for Occupational Disease* (MCCOD) – para escrutinar os relatórios médicos enviados, e determinar se os mineiros em causa tinham direito a uma compensação ou não. Desta forma, a compensação era feita em função do grau de acometimento dos pulmões – onde existia, somente, dois graus. Assim, por um lado, uma doença era classificada como sendo do primeiro grau quando a perda da função pulmonar fosse avaliada como estando entre 10 e 40%. Por outro lado, quando a perda da função pulmonar fosse avaliada entre 40 e 100%, considerava-se a doença como sendo do segundo grau²⁸⁰. Portanto, está aqui bastante claro que, as pessoas que tivessem um dano pulmonar abaixo de 10% não tinham direito a compensação alguma, facto que para mim é algo incompreensível, pois, apesar de “diminuto”, o dano poderia existir.

Pelo exposto acima, ficou bastante transparente que um mineiro que contraía a tuberculose ou tinha sinais dela era elegível a uma avaliação, junto ao MBOD, para uma possível compensação. No caso do Armando Chissengo, é interessante notar que ele nunca soube que alguém com tuberculose tinha direito legal de postular por uma compensação. Ele disse também que ele nunca se quer tinha ouvido falar “desse tal de ODMWA” enquanto estava nas minas²⁸¹. É oportuno destacar aqui que, esse total desconhecimento em relação aos direitos que estavam claramente assegurados no ODMWA, não era algo exclusivo ao Armando Chissengo, pois todos os mineiros por mim entrevistados mostraram ter o mesmo problema. Portanto, este é um indicativo

²⁸⁰ WHITE, Neil et al. “Occupational lung diseases among former goldminers in two labour sending areas”. *SAMJ*, vol. 91, n°7, 2001. P. 600. Ver também ROBERTS, Jaine. *Op. Cit.* Pp. 16-18; 26-28.

²⁸¹ Entrevista com Armando Chissengo, ex-mineiro. Maputo, 12 de Junho de 2019.

mais do que claro que me faz crer com veemência que talvez algumas companhias mineiras não tinham interesse em compensar os seus trabalhadores.

Voltando agora para a problemática do silenciamento das doenças, uma questão que acho ser bastante pertinente a se fazer é: se os mineiros ocultavam doenças porque receavam que fossem demitidos futuramente, como, então, eles se “viravam” em relação a tais doenças? Reactivamente a este questionamento, as conversas com os meus interlocutores mostrou que “muitos mineiros que escondiam doenças” recorriam principalmente a automedicação como mecanismo de cura²⁸². Alfredo Balane, mineiro entre 1988 e 2010, foi um dos que receava o *wayaway* e durante muito tempo recorreu a automedicação quando se sentia incomodado. Sobre esta questão, ele disse o seguinte:

“Em 2009, chegou um certo tempo lá nas minas que eu me sentia mal. Respirava mal [...], meu peito doía, até parecia que tinha um batuque lá dentro. Eu tinha medo do *retrenchment* [demissão] [...], do *wayaway*. Não fui ao hospital da mina, fui comprar comprimido lá fora [nas farmácias]. Eu até já conhecia os comprimidos, e sempre que passava mal, ia comprar os comprimidos lá fora [nas farmácias]. Quando eu tomava aqueles comprimidos, eu me sentia mais ou menos bem, não a cem por cento, mas mais ou menos. Dava para trabalhar. Tomei durante muito tempo [comprimidos adquiridos recorrentemente nas farmácias], quase um ano”²⁸³.

Algumas literaturas do campo da saúde já advertem que a medicação por conta própria pode trazer graves consequências para a saúde das pessoas, pois ela não só pode mascarar problemas mais graves como também pode trazer outras complicações como intoxicação, resistência das bactérias, alergias, dependências aos medicamentos e até mesmo a morte²⁸⁴. Portanto, Alfredo Balane só decidiu procurar atendimento médico no hospital da sua companhia mineira quando foi vencido pelos sintomas que

²⁸² Nenhum dos meus entrevistados assumiu que ia nos curandeiros quando tinham algum problema de saúde. Porém, eles disseram que alguns mineiros iam aos curandeiros quando se sentiam incomodados. No entanto, advertiram também que não era tão comum estes sujeitos visitarem curandeiros por questões de saúde, pois o mais comum era visitá-los por questões voltadas ao próprio emprego – ou seja, fazer tratamentos para não perder o emprego ou para ter uma progressão rápida na carreira profissional.

²⁸³ Entrevista com Alfredo Balane, ex-mineiro. Maputo, 7 de Junho de 2019.

²⁸⁴ MATOS, Januária et al. “Prevalência, perfil e factores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante”. *Cad. Saúde Colet.* n° 26 (1), 2018, p. 77; MARINHO, Ray et al. “Vantagens e desvantagens da automedicação: princípios gerais”. *BJSCR*, vol. 23, n° 2, 2018, p. 105.

Ihe acometiam e, para a sua surpresa, o resultado não foi dos melhores. Eis as suas palavras:

“Chegou uma certa altura que eu vi de que precisava mesmo ir ao hospital, me sentia muito mal, mesmo. Os comprimidos já não estavam a me ajudar muito. Fui no hospital da mina, lá eles me fizeram alguns exames, e disseram de que eu tinha tuberculose e que partes de um dos meus pulmões não estavam boas e que precisava de operar [passar por cirurgia]. Não fui operado no hospital da mina. Eles me levaram para um hospital privado. Aquele hospital da mina não é muito grande. Lá eles não fazem tantas coisas assim. Quando o trabalhador tem um problema um pouco mais sério, eles não têm capacidade para atender. É como se fosse esses nossos postos de saúde aqui no bairro, mas um pouco mais grande. Não é igual a José Macamo ou Hospital Central [de Maputo]²⁸⁵. Fui operado nesse hospital privado e correu tudo bem”²⁸⁶.

Convém destacar aqui que, na opinião de Alfredo Balane, a assistência médica hospitalar que ele recebeu, tanto no hospital da sua companhia mineira como no privado, também foi boa. Neste seguimento, é oportuno ressaltar também que enquanto esteve afastado do trabalho, ele também continuou a receber o seu benefício mensal integralmente. Sobre estas e outras questões, ele se expressou da seguinte maneira:

“No hospital da mina eu fui tratado muito bem [...]. Posso dizer de que tratam muito bem, de boa maneira. Não é como aqui [hospitais de Moçambique, que na sua opinião não tratam muito bem os pacientes]. Mesmo lá no hospital privado também me trataram muito bem, foi positivo. Era um hospital muito grande, bonito. A comida era boa. Você podia escolher aquilo que você quer comer, se era ovo estrelado, batido, você escolhia. No almoço você também escolhia, se quer carne ou outra coisa. Isso tudo quem pagou foi a companhia. Não tirei nada do meu bolso, nem uma quinhenta. Depois da operação fiquei no hospital a tomar comprimido da tuberculose, e a ser visto com aqueles médicos [quis dizer que estava em observação]. Fiquei lá quase cinco meses. Às vezes vinham alguns colegas me visitar. Nenhum chefe ou uma pessoa que ele apontou vinha me visitar. Quando estive no hospital, me davam todo o meu dinheiro, [tal] como eu recebia normalmente antes de baixar [de ter sido internado]”²⁸⁷.

Apesar desta assistência aparentemente atenciosa que a companhia aonde Alfredo Balane trabalhava teve com ele, deve-se destacar aqui que a mesma não hesitou em despedi-lo assim que houve a primeira onda de *wayawayaya*. Para mim, a

²⁸⁵ Ambos são hospitais públicos de maior referência na cidade de Maputo.

²⁸⁶ Entrevista com Alfredo Balane, ex-mineiro. Maputo, 7 de Junho de 2019.

²⁸⁷ Entrevista com Alfredo Balane, ex-mineiro. Maputo, 7 de Junho de 2019.

motivação que levou a companhia de vicente a despedi-lo tem a ver com gastos financeiros e a produção, ora vejamos. Uma vez recuperado e reintegrado ao trabalho, Alfredo Balane, por causa das alterações pulmonares, corria o risco de ter, uma vez mais, outro problema de saúde, como por exemplo a silicose ou até mesmo a tuberculose – portanto, a mina corria o risco de ter que despender mais dinheiro tentando restabelecer a sua saúde. Em paralelo, uma vez afastado das suas actividades laborais, ele é um “instrumento” de trabalho que não produz, pelo contrário, só gasta. Em síntese, acredito que esta é a essência por detrás do *wayawaya* que se praticava em quase todas as companhias mineiras. Sobre a sua demissão, Alfredo Balane disse o seguinte:

“Quando faltava mais ou menos uns 30 dias para terminar a medicação e sair do hospital, na minha companhia houve *retrenchment* [demissões, ou seja, *wayawaya*]. Colocaram meu nome na lista. Saí do hospital, fui para a mina, tratei alguns papéis durante alguns dias, e depois voltei para Moçambique. Continuei a tomar os meus medicamentos enquanto estava aqui [em Moçambique]. Eles [os médicos da companhia] me deram uma guia para apresentar à um posto médico aqui em casa [Moçambique] para que pudesse continuar a tomar os medicamentos. A companhia não procurou saber se eu tinha melhorado ou não. Mas depois dos comprimidos, fiquei curado da tuberculose”²⁸⁸.

É interessante notar que ao contrário da companhia mineira aonde Armando Chissengo trabalhava, a companhia em que o Alfredo Balane trabalhava encaminhou para junto do MBOD o relatório das complicações de saúde que ele tivera, facto que acabou culminando numa compensação em seu benefício algum tempo depois²⁸⁹.

É importante sublinhar aqui que, para além do Armando Chissengo e Alfredo Balane, que foram diagnosticados como tendo tuberculose enquanto estavam a serviço das minas, houve mais dois mineiros que também foram diagnosticados com a mesma doença, só que foi num momento em que eles já estavam contratualmente desvinculados das minas – ou seja, já não trabalhavam mais nas suas respectivas companhias mineiras.

²⁸⁸ Entrevista com Alfredo Balane, ex-mineiro. Maputo, 7 de Junho de 2019.

²⁸⁹ Entrevista com Alfredo Balane, ex-mineiro. Maputo, 7 de Junho de 2019.

Um destes casos foi o de Tovela José, que descobriu que tinha tuberculose quando já se encontrava em Moçambique, isso no ano de 2008. Ele contou-me a sua experiência nos seguintes termos:

“Em 2008 eu deixei as minas [...], voltei para Moçambique, estava cansado com aquele trabalho [...]. Nesse mesmo ano apanhei uma doença que se chamava hérnia [no caso dele parece que foi a inguino-escrotal] e tive que ser operado. Eles [os médicos] não te metem na [sala de] operação sem te fazer todos os exames. Fiz todos os exames até chegar no raio-x. Foi quando detectaram tuberculose. Foi aqui no Hospital Central [de Maputo]. Eles [os médicos] disseram para mim: “você foi pega!” [no sentido de “você contraiu tuberculose”]. Eu disse: “como assim?”. Eles [os médicos] disseram: “você não sente nada?, não tem tosse, nem nada?” Eu disse que “não”. Eles [os médicos] perguntaram: “qual é o problema que você tem?” Eu disse: “o problema que eu tenho é que quando durmo à noite, estou a suar muito, até molho todos os lençóis. Mesmo o colchão também fica molhado”. Eu não sabia que aquilo [o suor excessivo] era porque fui pega [no sentido de que contraiu tuberculose]. Os pulmões não trabalhavam. Os pulmões é como radiador de um carro, quando tens problemas, o carro não funciona bem [...]. Mediquei para TB [tuberculose] por seis meses. Só depois disso é que fui fazer a operação [da hérnia]”²⁹⁰.

Deve-se destacar aqui que na opinião de Tovela José, a tuberculose que ele descobriu ser portador quando já estava em Moçambique, foi adquirida quando ele ainda se encontrava ao serviço das minas. Sobre esta questão, ele se expressou da seguinte maneira:

“Na mina você não vai embora sem passar do médico para fazer exame. Eles te avaliam os ouvidos, a vista, vêem se você tem tuberculose, DTS²⁹¹ [...], tudo. Quando eu estava a sair, passei de lá [dos médicos]. Eles [os médicos] me disseram de que eu estava bom, não tinha nada. Quando você está a sair, eles não te dizem a verdade porque é dinheiro que eles gastam com você porque têm que te tratar [...], por isso dizem que você está bom, enquanto você não está. Eles [os médicos] fazem aqueles exames para cumprir [com] obrigações [...], não é porque querem te ajudar na tua saúde. Antes de eu sair, eu já transpirava nas noites, só que eu pensava que o suor era por causa do calor que tinha lá em baixo [no subsolo], porque lá [no subsolo] se transpirava muito; em pouco tempo se fica molhado de calor [suor]. A tuberculose que eu tinha, apanhei lá em baixo mesmo [no subterrâneo das minas], por causa daquela poeira que a gente engolia”²⁹².

²⁹⁰ Entrevista com Tovela José, ex-mineiro. Maputo, 8 e 10 de Junho de 2019.

²⁹¹ Doenças de Transmissão Sexual.

²⁹² Entrevista com Tovela José, ex-mineiro. Maputo, 8 e 10 de Junho de 2019.

Tem que se assinalar que não foi somente Tovela José que fez menção a essa atitude nada profissional dos médicos de fazer diagnósticos errados de forma intencional nos exames de saída dos mineiros. Na verdade, todos os mineiros disseram que em suas minas, os médicos procediam da mesma forma.

O outro caso de ex-mineiro que foi diagnosticado como sendo tuberculoso enquanto já não fazia parte dos quadros da mina foi o de Pedro Joaquim, que foi mineiro entre 1980 e 2009. Antes de me debruçar sobre a sua experiência no respeitante a tuberculose, vale a pena recapitular a forma como ele foi tratado quando teve um problema de saúde que antecedeu a tuberculose. Eis as suas palavras:

“Eu saí das minas nos finais de 2008, porque estava doente, tinha problemas de vista. Tinha dificuldade de ver, e como no *underground* [subsolo] era escuro, não conseguia ver bem. Eles [a gerência da companhia] me mandaram embora, disseram para voltar no meu país. Não havia nada que eu podia fazer [...]. No início, a minha vista dava muita comichão e a minha cabeça também doía muito. Fui no hospital da companhia umas duas vezes. Eles [os médicos] diziam que eu não tinha nada, que eu era preguiçoso e não queria trabalhar [...], e me mandavam de volta para o trabalho. Nem me viam [quis dizer que não lhe faziam exames], só me davam comprimidos. No hospital da minha mina até tinha uma regra, que era: “*one pill, hamba job*” [que em tradução de fanakaló significa: um comprimido, vai trabalhar]. Lá eles só queriam saber da produção, tua saúde não lhes interessava. Só querem a sua força [...]. Os comprimidos que me davam, não fazia nada. Chegou um tempo que piorei [...], minhas vistas ficaram inchadas, vermelhas, saíam lágrimas todo o momento e doíam. Eles [os médicos] disseram para parar de trabalhar. Fiquei no *hostel* uns 20 dias sem trabalhar, enquanto tomava comprimido. [...] Quando parei de trabalhar, não recebi visita de nenhum chefe ou qualquer pessoa da empresa a querer saber de mim, como eu estava. Somente colegas de trabalho e aqueles que viviam comigo no *hostel*, de vez em quando, vinham me visitar, saber se eu estava bem ou não. Eles [os médicos] desconseguiram me curar [...], depois fui mandado embora”²⁹³.

Parece que esse mau tratamento por parte dos profissionais da saúde em relação aos trabalhadores era algo que também acontecia em outras minas, pois muitos dos meus interlocutores referenciaram que os médicos das suas minas os atendiam com completo descaso, de forma bruta e truculenta, priorizando também a produção em detrimento da saúde dos trabalhadores. Sobre esta questão, Deodato Mabote contou-

²⁹³ Entrevista com Pedro Joaquim, ex-mineiro. Maputo, 29 de Maio de 2019.

me a experiência de um moçambicano que se chamava Jóssias Khuembe, que era um dos seus colegas de quarto.

“Tive um colega chamado Khuembe, que era de Gaza. Ele tinha dores no peito, sempre se queixava. Nas noites ele estava sempre com febre. Quando ele ia no hospital da companhia, os médicos diziam que ele estava a ser fazer [no sentido de fingir estar doente] [...], e que só queria ser dado dispensa para não trabalhar. [os médicos] Lhe davam comprimido e diziam para ir trabalhar. Não lhe avaliavam, nem nada. Era só comprimido. Só quando ele já estava mal mesmo, é que os médicos lhe fizeram as análises e descobriram que ele tinha TB [tuberculose]. Teve que ficar uma coisa de 10 à 20 dias no *compound* sem trabalhar, só a tomar aqueles medicamentos. Depois voltou a trabalhar, lhe arranjaram um trabalho em cima [na superfície da mina], na área da limpeza, lá no refeitório. Quando cumpriu os seis meses de medicação, voltou para mina [subsolo]”²⁹⁴.

Importa mencionar aqui também que, esta atitude das minas de simplesmente descartar os trabalhadores com problemas de saúde parece que era algo bastante comum. Não só muitos dos meus entrevistados, mas também vários estudos sobre mineiros de países como Lesotho, Botswana ou até mesmo da própria África do Sul, confirmam isso²⁹⁵. No entanto, é preciso perceber aqui o pano de fundo deste tipo de atitude. Estas minas, ao despachar estes mineiros “com uma mão na frente e outra atrás”, elas estavam a externalizar uma boa parte do custo de produção e colocando-a nos “ombros” destes sujeitos e dos seus familiares – o mesmo se pode dizer em relação ao caso daqueles mineiros que eram diagnosticados como não tendo nenhum problema de saúde (enquanto tinham) nos exames médicos de saída das minas. Dito de outra maneira, uma boa parte do ónus da produção capitalista acabava recaindo para os bolsos dos mineiros e seus familiares, pois estes acabavam gastando dinheiros tentando recuperar a saúde dos tais mineiros.

Pedro Joaquim foi diagnosticado como tuberculoso em 2009. Embora ele não tenha notado nenhum sintoma desta doença enquanto estava nas minas, ele afirmou

²⁹⁴ Entrevista com Deodato Mabote, ex-mineiro. Maputo, 14, 15, 16 de Maio de 2019.

²⁹⁵ Ver ROBERTS, Jaine. *Op. Cit.* Pp. Pp. 31-46 e 46-55; TRAPIDO, Ana et al. “Prevalence of occupational lung disease in a random sample of former mineworkers, Libode District, Eastern Cape Province, South Africa”. *American Journal of Medicine*, vol. 34, 1998.

com toda a convicção que um ser humano pode ter, que ele contraiu esta doença naquele espaço. Relativamente a este aspecto, ele se expressou da seguinte maneira:

“Depois de eu resolver o meu problema de vista aqui em casa [Moçambique], passou alguns meses e depois começou as tosses, passava todos os dias a tossir. Depois comecei a tossir com sangue, um pouco. Quando fui no hospital, acusou TB [tuberculose]. Tomei medicamento de TB [tuberculose] durante seis meses. [...] Quando eu estava nas minas nunca tive problema de saúde grave, só a dificuldade de visão. [...] A TB [tuberculose] que eu tinha era de lá na mina. Lá tinha muitas pessoas com TB [tuberculose], HIV/Sida e outras doenças. Alguém deve ter me dado [a tuberculose] [...]”²⁹⁶.

Tal como o caso dos três ex-mineiros até aqui apontados, também é difícil saber, de facto, a origem da tuberculose na qual Pedro Joaquim foi diagnosticado. Em relação a esta incógnita, avento aqui a seguinte possibilidade. Provavelmente ele já tinha a tuberculose quando havia deixado as minas, mas só que nesta altura ainda estava na fase lactente. Esta possibilidade ganha mais força, sobretudo, se a gente tiver em conta que as minas sempre tiveram um histórico de alta prevalência da tuberculose.

É importante fazer menção aqui que, esta actividade de mineração estava também significativamente ligada à contracção e disseminação do HIV/SIDA, isto porque muitos dos mineiros não só ficavam muito tempo separados das suas esposas, facto que os levava a terem relações extraconjugais enquanto estivessem nas minas, mas também porque eles ficavam expostos a uma florescente indústria do sexo nos entornos das companhias mineiras – não é à toa que, segundo os dados do MITESS, num intervalo de sensivelmente quatro anos (2000-2004), o HIV/SIDA tenha matado cerca de 2500 mineiros moçambicanos emigrados na África do Sul. Também aqui estes números devem ser vistos como parciais, uma vez que, só para exemplificar, alguns emigrantes que apresentavam análises positivas de HIV eram deportados da África do Sul, não entrando assim no número das vítimas mortais entre os mineiros²⁹⁷.

Convém recordar, uma vez mais, que as pessoas que vivem com o HIV/SIDA são significativamente susceptíveis de contrair a tuberculose – portanto, está aqui

²⁹⁶ Entrevista com Pedro Joaquim, ex-mineiro. Maputo, 29 de Maio de 2019.

²⁹⁷ Verem: https://www.angop.ao/noticias/?v_link=https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2005/8/37/Mocambique-Sida-matou-2500-mineiros-mocambicanos-emigrados-Africa-Sul-quatro-anos,1739449e-e154-4d61-a7c7-52ee82da88b1.html. Acesso a 10 de Dezembro de 2020.

transparente que a alta prevalência da tuberculose nas minas tinha também a ver com o facto de alguns mineiros serem seropositivos. No entanto, é interessante notar que as companhias mineiras sul-africanas usavam o HIV/SIDA como bode expiatório, na medida que justificavam que ele era a principal razão do elevado índice de tuberculose por entre a população mineira. Como bem pontua Jaine Roberts, essa justificação é muita simplista, pois desconsidera outros factores, tais como as condições de vida e trabalho precárias, que eram características dominantes nas minas²⁹⁸.

O caso dos quatro mineiros que contraíram tuberculose aqui apresentados mostra, como é evidente, que nenhum destes sujeitos foi medicamente classificado como inapto para desempenhar as suas actividades – até porque os dois últimos sujeitos já se encontravam fora das minas a quando do seu diagnóstico. Mas entretanto, é pertinente saber qual o tratamento que os mineiros recebiam neste tipo de situação. A análise da fala dos meus entrevistados mostrou que existiam dois tipos de tratamento. Em alguns casos, a companhia mineira sugeria ao mineiro incapacitado que indicasse alguém da sua família para substituí-lo. Em outros, a companhia mineira demitia o trabalhador – neste caso, algumas minas indemnizavam os trabalhadores, outras nem por isso.

Contudo, este capítulo mostrou que os trabalhadores se expunham voluntariamente a uma situação de trabalho arriscada e perigosa, sobretudo porque precisam de dinheiro para efectivarem os seus projectos pessoais – portanto, eles tinha plena noção que podiam morrer por acidentes ou contrair doenças. Antes do fim do *apartheid*, parece que o patronato não se preocupava muito com a questão da saúde dos trabalhadores. Depois de 1994 este cenário começou a se alterar, mas não tanto assim, pois parece que ele preferia reduzir os custos associados à saúde dos trabalhadores – principalmente em relação as condições no subterrâneo das minas – por forma a garantir a sua maior rentabilidade. Em outros termos, na generalidade, o trabalho nas minas da África do Sul sempre teve a marca saliente de repercutir nocivamente na saúde dos sujeitos migrantes, razão pela qual doenças como tuberculose e silicose eram bastante comuns nestes espaços.

²⁹⁸ ROBERTS, Jaine. *Op. Cit.* Pp. 51-52.

Em adição, foi possível perceber que o tratamento prestado aos trabalhadores com problemas de saúde variava muito de mina para mina. No entanto, parece que o denominador comum nestas minas era que uma vez adoecidos, estes trabalhadores se tornavam propensos a perderem os seus empregos. E por fim, foi possível vislumbrar também que por falta de conhecimentos em relação aos direitos de um trabalhador quando contraía uma doença ocupacional, muitos desses trabalhadores costumavam a ter os seus direitos cerceados pelas minas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, procurei essencialmente analisar o impacto do trabalho das minas na saúde dos migrantes moçambicanos, atendo-me com mais particularidade aos casos de ex-mineiros oriundos da cidade de Maputo, e que foram diagnosticados como portadores de tuberculose activa no recorte temporal entre 1975 e 2011.

No primeiro capítulo trouxe, basicamente, o processo histórico do trabalho migratório. Nele foi possível constatar que, desde o início, os actores que controlavam as pessoas que migravam para as minas tinham interesses que transcendiam aos dos tais sujeitos que compunham esse fluxo. Num primeiro momento, esses fluxos foram controlados pelos chefes locais, em seguida pelos colonialistas portugueses, e por fim, pelo governo da FRELIMO – todos esses actores viram este fluxo migrante como uma importante fonte de arrecadação de receitas. O capítulo mostrou também que desde as primeiras migrações até a década de 1970, trabalhar nas minas significava que o mineiro sujeitava-se a cenários férteis para a contracção e disseminação de doenças como tuberculose, silicose, pneumonia, entre tantas outras. Portanto, a questão da saúde dos sujeitos que estes actores tutelavam, parece que não era um assunto prioritário, pois não encontramos acções concretas no terreno que visassem salvaguardar o bem-estar desses sujeitos migrantes.

No segundo capítulo, trouxe a experiência dos meus entrevistados enquanto trabalhadores das minas. Nele foi possível observar que as motivações que levavam os mineiros a abraçarem o projecto migratório eram vários, entre eles a conjuntura socioeconómica do país, a necessidade de adquirir bens materiais, questões de ordem sociocultural e, principalmente, a busca por melhores condições socioeconómicas. Neste capítulo ficou também evidente que até 1994 as condições nas minas eram acentuadamente nocivas à saúde dos trabalhadores, pois facilitavam sobremaneira a contracção e disseminação de doenças. Com a mudança do jogo político, houve algumas melhorias, mas mesmo assim os riscos continuavam patentes. Assim, a experiência dos meus entrevistados revelou que o trabalho das minas impactava de forma bastante negativa na sua saúde, razão pela qual alguns deles foram diagnosticados, por exemplo, como tuberculosos.

O capítulo evidenciou também que o tratamento aos trabalhadores que apresentavam problemas de saúde variava de mina para mina. Algumas minas tratavam os trabalhadores de uma forma que me pareceu ser atenciosa, isto desde a aparição dos primeiros sintomas até a sua recuperação. Outras, só passavam a prestar a mínima atenção nas queixas dos trabalhadores quando o seu quadro clínico se agravava, e o trabalhador estivesse visivelmente abatido – antes disso, portanto, o trabalhador era tratado com completo descaso. Nesta senda, o aspecto comum é que em ambas minas, parece que os trabalhadores estavam proibidos de adoecer, pois isto tornava-os propensos a perderem os seus empregos, e nalgumas vezes, sem nenhum tipo de compensação.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Yussuf. "A luta pelo futuro da África austral: A estratégia do CONSAS e SADCC". *Estudos Moçambicanos*, nº 3, 1981.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Mousinho de. *Moçambique, 1898-1898*. Lisboa, 1934.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARBER, James & BARRAT, John. *South Africa's foreign policy: The search for status and security, 1945-1988*. Johannesburg: Southern Book Publishers, 1990.
- BEZUIDENHOUT, Andries & BUHLUNGU, Sakhela. "From compounded to fragmented labour: mineworkers and the demise of compounds in south Africa". *Antipode*. Vol. 43. No. 2. 2011.
- BOUENE, Felizardo & SANTOS, Maciel. "O *modus vivendi* entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909). Um caso de "imperialismo ferroviário". *Africana Studia*, nº 9, 2006.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: Degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRECKENRIDGE, Keith. "The allure of violence: Men, race and masculinity on the South Africa gold mines, 1900-1950". *Journal of Southern African Studies*, nº 4, 1998.
- BROCHMANN, Grete. "Migrant labour and foreign policy: The case of Mozambique". *Journal of Peace Research*, vol. 22, nº 4, 1985.
- CABAÇO, José. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*. Dissertação de Doutorado, USP, São Paulo, 2007.
- CALLINICOS, Luli. *Gold and workers (1886-1824)*. Johannesburg: Ravan Press, 1981.
- CAMAPANELLA, Rycroft. "Sex discrimination". *Employment Law*, nº 7, 1991.
- CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Ribeirão: Edições Húmus, 2010.
- CARDOSO, Fernando. "SADCC e interdependência na África austral: Realidades e perspectivas". *Estudos Moçambicanos*, nº 10, 1992.
- CASTELO-BRANCO, Luís. *A política externa sul-africana do Apartheid a Mandela*. Tese de Doutorado, ISCTE, 2003.
- COSTA, Diogo. "Ruth First e a história das ciências em Moçambique". *Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, nº 2, 2015.
- COVANE, Luís. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, 2001.

_____. *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964: Acordos e Regulamentos*. Maputo: AHM, Estudos 6, 1989.

CLARKE, Duncan. "Contract labour from Rhodesia to the south african mines: A Study in a International division of a labour service". Cape Town: SALDRU, Working Paper, nº6, 1986.

CLEVELAND, Tood. *Stones of connection: A history of Africa's diamond*. London: Yale Press, 2014.

CRUSH, Jonathan et al. *South Africa's labour empire: A history of black migrancy to the gold mines*. Cape Town: David Philip, 1991.

CRUSH, Jonathan & WILMOT, James (eds). *Crossing boundaries: Mine migrancy in a democratic South Africa*. Cape Town: IDASA/IDRC, 1995.

DARCH, Colin. "Trabalho migratório na África austral: Um apontamento crítico sobre a literatura existente". *Estudos Moçambicanos*, nº 3, 1981.

DE BRITO, Luís. *A Frelimo, o marxismo e a construção do estado nacional 1962-1983*. Maputo: IESE, 2019.

_____. "Dependência colonial e integração regional". *Estudos Moçambicanos*, nº 1, 1980, 23-32.

DONNANGELO, Maria & PEREIRA, Luís. *Saúde e sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

DÖPCKE, Wolfgang. "Uma nova política exterior depois do *Apartheid*? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul". *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 41, 1998.

EHRlich, Rodney. "A century of miner's compensation in South Africa". *American Journal of Industrial Medicine*, nº 55, 2012.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de SCHUMANN, B. São Paulo: Boitempo, 2010.

FELICIANO, José Fialho. *Antropologia económica dos thonga do Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

FERNANDES, Carlos. "Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos". *Afro-Ásia*, nº 48, 2013.

FERNANDES, Rhuann. "Lobolo: Celebração litúrgica e tradicional no Sul do Moçambique". *Campos*, nº2, 2018.

FIRST, Ruth. *O Mineiro moçambicano: Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*. Maputo: CEA, 1998.

- GARRIDO, Joan Al del Alcàzar. "Fontes orais na pesquisa histórica". *Revista Brasileira de História*, nº25/26, 1990.
- GASPAR, Napoleão. The reduction of mozambican workers in south african mines, 1975-1992: A case study of Gaza Province-District of Chibuto. Dissertação de Mestrado, WU, 2006.
- GRANJO, Paulo. "O lobolo do meu amigo Jaime: Um velho idioma para novas vivências conjugais". *Travessias – Revista de Ciências e Humanas em Língua Portuguesa*, nº 4, 2004.
- HANLON, Joseph. *Beggar your Neighbours: Apartheid power in southern africa*. London: CIIR, 1986.
- HARINGTON, Jeann et al. "A century of migrant labour in the goldmines of South Africa". *The Journal of The South African Institute of Mining and Metallurgy*, 2004.
- HARRIES, Patrick. *Work, culture and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann, 1994.
- HARRIS, Marvin. "Labour emigration among the Moçambique Thonga: Cultural and political factors". *Journal of the International African Institute*, vol, 29, nº1, 1959.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre História Operária*. Tradução de BARCELLOS, Waldea & BEDRAN, Sandra. São Paulo: Paz e Terra/SA, 2005.
- HONWANA, Alcinda. *Espíritos vivos, tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002.
- ISAACMAN, Allen & ISAACMAN, Barbara. *Mozambique: From colonialism to revolution, 1900- 1982*. Colorado: Westview Press, 1983.
- JEEVES, Alan. "Over reach: The south african gold mines and the struggle for the labour of Zambesia, 1890-1920". *Canadian Journal of African Studies*, vol. 17, nº 3, 1983.
- JOHNSON, Phyllis & MARTIN, David. *Destructive engagement: Southern africa at war*. Harare: ZPH, 1986.
- KHAN, B. 'The crisis and South Africa's balance of payments'. In: S. Gelb (ed). *South Africa's economic crisis*. Cape Town: David Philip, 1991.
- LAURELL. Asa. "A saúde como processo social". *Revista Latinoamericana de la salud*, nº 2, 1982.
- LE GUILANT, Louis. Algumas observações metodológicas a propósito da neurose das telefonistas. In: LIMA, M (org). *Escritos de Luis Le Guilant: Da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

- LIESEGANG, Gerard. Note on the internal structure on the Gaza kingdom of southern Mozambique, 1840-1895. University of Zimbabwe. [S.D].
- LURIE, Mark & STUCKLER, David. "The role of mining in the spread of TB in Africa: Policy implications". *Expert Rev. Anti Infect. Ther*, vol. 8, 2010.
- MACAGNO, Lorenzo. "Fragmentos de uma imaginação nacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 70, 2009.
- MAHARAJ, Mac. "Determinantes internas da política externa de Pretória". *Estudos Moçambicanos*, nº 7, 1990.
- MALOKA, Edward. Basotho and the mines: Towards a history of labour migrancy, c. 1890-1940. Tese de Doutorado, UCT, 1995.
- MARKS, Shula & ANDERSSON, Neil. "Issues in the political economy of health in southern africa". *Journal of Southern African Studies*, vol. 13, nº2, 1987.
- MARX, Karl. *Manuscritos filosóficos e económicos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 01, volume 01, 25ª edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- MASSABNI, António & BONINI, Eduardo. "Tuberculose: história e evolução dos tratamentos da doença". *Revista Brasileira Multidisciplinar*, vol. 22, nº2, 2019.
- MASSANGAIE, Arnaldo. A política externa de Moçambique e sua inserção no processo de integração regional na África Austral. Tese de doutoramento, UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- MATOS, Johnata & BORGES, Moema. "A família como integrante da assistência em cuidado paliativo". *Rev. Enferm. UFPE. Online*. 2018.
- MATSHINHE, Salomão. Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto? Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- MERWE, A et al. "The history and health of a nineteenth-century migrant mine-worker population from Kimberley, South Africa". *The South African Archeological Bulletin*, vol. 65, nº 192, 2010.
- MINTER, William. *Os contras do apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique – Estudos, 1998.
- MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976.
- MUNGOI, Dulce. Identidades viajeras: Família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da Terra do Rand, África do Sul. Tese de Doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

MURRAY, Eva. "Risk of pulmonary tuberculosis relative to silicosis and exposure to silica dust in south african gold miners". *Occup Environ Med*, n° 55, 1998.

MCCULLOH, Jock. *South Africa's gold mines and the politics of silicosis*. Johannesburg: James Currey, 2012.

_____. "Couting the cost: Gold mining and occupational disease in comtemporary South Africa". *African Affairs*, vol. 108, n° 431, 2009.

_____. "Sleights of hand: south africa's gold mines and occupational disease". *Journal of Environmental and Occupational Health Policy*, vol. 25(4), 2016.

_____. "The illusion of safety: Migrant labour and occupational disease on south Africa's gold mine". In: *A long way home: migrant worker worlds, 1800-2014*. Johannesburg: Wits University Press, 2014.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

NOGUEIRA, Antônio et al. "Tuberculose: uma abordagem geral dos principais aspectos". *Rev.Bras. Farm*, n° 93, 2012. Pp. 3-4.

NORMAN, William. Living on the frontline: Politics, migration and transfrontier conservation in the Mozambique villages of the Mozambique-South Africa borderland. Tese de Doutorado, LSEPS, London 2004.

OLGA, Neves. "Moçambique". In: *Nova história da expansão portuguesa – O império africano (1890-1930)*. Lisboa: Editora Estampa, 2001.

OMER-COOPER, John. *History of southern africa*, London: James Currey. 1987.

OSLON, Thomas. "África do Sul e seus vizinhos: Estratégias regionais em confrontação". *Estudos Moçambicanos*, n° 8, 1990.

PACKARD, Randal. "Tuberculosis and the development of industrial health policies on the Witwatersrand, 1920-1932". *Journal of Southern African Studies*, vol. 13, n° 2, 1987.

_____. *White plague, black labour: Tuberculosis and the political economy of health and disease in South Africa*. Los Angeles: University of California Press, 1989.

PELDERS, Jodi & NELSON, Gill. "Living conditions of mine workers from eight mines in south Africa". *Development Southern Africa*, n°36, 2018.

PENVENNE, Jeanne. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 9, 1993.

PEREIRA, Analúcia. A África do Sul independente: Segregação, "apartheid" e transição pactuada (1910-1994). In: Visentini, Paulo & Pereira, Analúcia (Org.). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

- PEREIRA, Míriam. "Decadência' ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português". *Análise Social*, vol. xiv, 1978.
- PILUSA, Mogale & MOGOTLANE, Mataniele. "Worker knowledge of occupational legislation and related health and safety benefits". *Curationis*, vol. 41, nº1, 2018.
- POCHMANM, Márcio. *Capitalismo e desenvolvimento*. In: *Brasil sem industrialização: A herança renunciada*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- POLLAK, Michel. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, vol. 5, nº10, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral como Arte da Escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- RABAH, Marcelo et al. "Tratamento da tuberculose". *J. Bras. Pneumol*, nº 43, 2017.
- REGINA, Weber. "Relatos de quem colhe relatos: pesquisa em história oral e ciências sociais". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 39, nº 1, 1996.
- REIS, Jaime. "O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)". *Análise Social*, vol. XX, 1984.
- ROBERTS, Jaine. *The hidden epidemic amongst former miners: Silicosis, tuberculosis and the Occupational Diseases in Mines and Works Act in the Eastern Cape, South Africa*. Westville: Health Systems Trust and Department of Health, 2009.
- ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique: O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)*. Dissertação de Mestrado, UNL, Lisboa, 1991.
- SALES, Marcela. *Saúde, sofrimento mental e trabalho: Um estudo sobre as determinações do sofrimento mental dos trabalhadores*. Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2019.
- SERRA, Carlos (Dir.). *História de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, 2000.
- SIMRAC. *A handbook on occupational health practice in the south african Industry*. Braamfontein: Creda Communications, 2001.
- SIQUEIRA, Amanda et al. "Relacionamento enfermeiro, paciente e família: Fatores comportamentais associados à qualidade da assistência". *Arq. Med. ABC*. 2006.
- SOUZA, Diego. *Saúde do(s) trabalhador(es): análise da "questão" e do "campo"*. Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2016.
- SHEPHERD, W. "Recruiting in portuguese east africa of natives for the mines". *Journal of the Royal African Society*. Vol. 3, nº 132, 1934.
- SMITH, Allan. "Delagoa bay and the trade of south eastern africa". In: GRAY, R & BIRMINGHAM, D. *Pre-colonial african trade*. New York, 1970.

- SMITH, Mathew. Working in the grave. The development of a health and safety system on the Witwatersrand gold mines, 1900-1939. Dissertação de Mestrado, Rhodes University, Grahamstown, 1993.
- TEMBE, Joel. “Moçambique e as sanções internacionais contra a Rodésia do Sul, 1965-1980”. *Cadernos de História de Moçambique*, nº 1, 2011, 42-52.
- TURREL, Rob. “Kimbeley’s model compounds”. *The Journal of African History*, nº 25, 1984.
- THOMAZ, Fernanda. Os “Filhos da terra”: Discurso e resistência nas relações coloniais no Sul de Moçambique (1890-1930). Dissertação de Mestrado: UFF, 2008.
- THOMPSON, Carol. *Challenge to imperialism: the frontline states in the liberation of Zimbabwe*. London: Westview Press, 1985.
- THOMPSON, Leonard. *A history of south africa*. London: Yale University, 2001.
- TRAPIDO, Ana et al. “Prevalence of occupational lung disease in a random sample of former mineworkers, Libode District, Eastern Cape Province, South Africa”. *American Journal of Medicine*, vol. 34, 1998.
- UEM/HISTÓRIA. *Manual de história da 10ª classe*. [África Austral], Maputo, 1980.
- URNOV, Andrei. *África do Sul contra África: 1966-1986*. Moscovo: Edições progresso, 1988.
- VALIGY, Ismael. “SADCC: um modelo de cooperação regional”. *Estudos Moçambicanos*, nº 9, 1991.
- VIEIRA, Sérgio. África austral: “Conflitos, percepções, e perspectivas na arena internacional”. *Estudos Moçambicanos*, nº 8, 1990.
- VISENTINI, Paulo. *Zimbabwe*. Brasília: Thesaurus Editora, 2010.
- VOLPATO, Terezinha. A pirita humana: Os mineiros de Criciúma. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 1982.
- WILSON, Francis. “Minerals and migrants: How the mining industry has shaped South Africa”. *Daedalus*, vol. 130, nº 1, 2001.
- WHITE, Neil et al. “Occupational lung diseases among former goldminers in two labour sending areas”. *SAMJ*, vol. 91, nº7, 2001.
- WHITESIDE, Alan. “The future of foreign labour migration to South Africa” (conferência sobre a economia da África austral período pós apartheid, Universidade de Nova York, 29 de Setembro – 2 de Outubro de 1986).
- YUDELMAN, David & JEEVES, Alan. “New frontiers for old: Black migrants to the south african gold mines, 1920-85”. *Journal of Southern African Studies*, vol. 13, nº 1, 1986.

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: Colonialismo e racismo em Moçambique*. 2. Ed. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2012.